

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

DISSERTAÇÃO

**VOZES DO INSÍLIO
O MOVIMIENTO CRISTIANO DE LIBERACIÓN ENTRE DISIDÊNCIA E OPOSIÇÃO
EM CUBA
(1988-2002)**

LUCRÉCIA DE MASCARENHAS BATISTA

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPPHR**

**VOZES DO INSILIO
O MOVIMIENTO CRISTIANO DE LIBERACIÓN ENTRE DISIDÊNCIA E OPOSIÇÃO EM CUBA
(1988-2002)**

LUCRÉCIA DE MASCARENHAS BATISTA

Sob a orientação do professor Dr.

Jean Rodrigues Sales

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História – PPPHR, área de concentração em Estado e Relações de Poder.

Seropédica, RJ
Janeiro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR

LUCRÉCIA DE MASCARENHAS BATISTA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História – PPHR,
Área de concentração em Estado e Relações de Poder.

DISERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Caetana Damasceno (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta Samantha (UFF)

À memória de Alda de Siqueira Santos, minha mãe Alda

&

Ao tio Gil, por tudo

AGRADECIMENTOS

À minha família, por sempre estar presente e pela boa lembrança deixada pelos ausentes.

Aos meus tão queridos amigos. Agradeço a todos sem nenhuma distinção.

Agradeço em separado o esforço de revisão do projeto feito por Giordano Bruno e Larissa Costard e o apoio de Reynier Abreu.

Ao professor Daniel Aarão Reis pela indicação do tema e pela orientação inicial ainda nos tempos do trabalho de conclusão de curso de graduação na UFF.

À professora Denise Rollemberg por todo o apoio durante o processo seletivo.

Aos professores Alessandra Carvalho, Angelo Segrillo, Beatriz Kushnir, Daniel Aarão, Denise Rollemberg, Magali Engel e Manuela Quintáns Alvarenga por terem atuado diretamente na minha formação.

Ao professor Jean Rodrigues por ter aceitado ser meu orientador e ter atuado como tal.

Aos professores Alexandre Fortes e Alvaro Nascimento pelo apoio durante o mestrado.

Aos professores Caetana Damasceno, Carlos Fico, Vania Maria Losada, Fabiane Popinigis, Jean Rodrigues, Alexandre Fortes, Alvaro Nascimento e Daniel Aarão Reis pelas disciplinas cursadas durante o mestrado.

Aos professores João Márcio e Samantha Quadrat por terem aceitado participar da banca de qualificação e terem fornecido excelentes contribuições.

Ao professores Caetana Damasceno e Ricardo Medeiros Pimenta por terem aceitado compor a banca de defesa.

À secretária do PPHR, Karla Abreu, por sua atuação sempre solícita.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ.

A Capes pela bolsa concedida.

RESUMO

BATISTA, Lucrécia de Mascarenhas. Vozes do insilio: o Movimiento Cristiano de Liberación entre dissidência e oposição em Cuba (1988-2002). 2013. Páginas. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

Este trabalho objetiva discutir a relação entre as esquerdas e as suas oposições tendo por base a experiência histórica do Movimiento Cristiano de Liberación e o relacionamento estabelecido com o governo revolucionário em Cuba no período de 1988-2002.

Palavras-chave: esquerdas, oposição, governo revolucionário, Cuba.

ABSTRACT

BATISTA, Lucrécia de Mascarenhas. Vozes do insilio: o Movimento Cristiano de Liberación entre dissidência e oposição em Cuba (1988-2002). 2013. Páginas. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

This work intends to discuss the relationship between the left-wing sets and the opposition regarding the historical experience of the “Movimiento Cristiano de Liberación” as well as the relationship with the Cuban revolutionary government between 1988 and 2002.

Key Words: left-wing organizations, opposition, revolutionary government, Cuba.

SUMÁRIO

Apresentação.....	1-4
Capítulo 1: A Revolução o tempos de renovação	5-35
I- Cuba e a Revolução.....	5-9
II- A década de 1990: o Período Especial e tempos de paz	9-15
III- Aspectos sociais da década de 1990.....	15-35
III.a – Religião e religiosidade	15-19
III.b- Intelectuais, crise e Revolução	19-27
III.c – A sociedade homogênea: a negação da pluralidade e o preconceito de cor...	27-29
III.d – O negro e a Revolução	30-35
Capítulo 2: História contada: O Movimiento Cristiano de Liberación e Cuba	36-54
I- História Política e História do Tempo Presente.....	36 -38
II- Tempo Presente e memória: a construção do arquivo do MCL.....	38-42
III- O MCL conta a sua história: arquivo virtual e documentos disponibilizados....	43-46
IV- O cristianismo católico e a inspiração religiosa.....	46-52
IV.a Cristianismo Católico	46- 50
IV.b Pacifismo	50-52
V- O surgimento da liderança: Oswaldo Payá Sardiñas.....	52-54
Capítulo 3: Embates legais e projetos de sociedade.....	55-84
I – O início dos embates e a ascensão do MCL: o Proyecto Varela	55-61
II- Projeto político e projeto de memória: o Diálogo Nacional e o Programa Todos Cubanos	61-75

II.a Transformações institucionais.....	65-75
II.a.1 Estrutura administrativa	65-69
II.a.1.1-Plan Cuba Primero.....	69-70
II.a.1.2 - Partido Comunista Cubano, Unión de Jovenes Comunistas, Unión de Pioneros de Cuba e Comités de Defensa de la Revolución	70-74
II.a.1.3 -Plan Cuba Primero.....	74-75
III- Reconciliação e reencontro.....	75-84
III.a – Reconciliação.....	75-81
III.a.1– Plan Cuba Primero.....	81
III.b- Reencontro.....	82-83
III.b.1 – Plan Cuba Primero.....	84
Considerações Finais	85-86
Referências Bibliográficas	87-91

Apresentação

O trabalho ora apresentado é o resultado da pesquisa realizada sobre o *Movimiento Cristiano de Liberación* (MCL). A motivação de sua realização partiu do interesse de melhor compreender a relação estabelecida entre as esquerdas e as suas oposições. Nesse sentido, a trajetória do MCL em Cuba tornou-se foco privilegiado de estudo tendo em vista a sua relevância e a sua originalidade.

Em 2002, o grupo despontava no cenário político cubano como um contraponto real ao governo ao apresentar o *Proyecto Varela* na *Asamblea Nacional* juntamente com 10 mil assinaturas em apoio as suas reivindicações. O projeto atuava em cinco campos: liberdade empresarial, o direito à livre associação e à livre expressão, a anistia aos presos considerados políticos e a necessidade de uma nova lei eleitoral.

A estratégia era bem definida. Atuar nas brechas da legislação cubana trilhando o caminho da legalidade de modo a implementar as mudanças julgadas necessárias pelo grupo. É assegurado constitucionalmente a todo cubano o direito de apresentar projetos de leis na *Asamblea Nacional* sendo a única exigência o respaldo de 10 mil assinaturas de cidadãos em condição de votantes. Tratava-se, assim, de conseguir o apoio dos firmantes. O desafio não era pequeno. O grupo precisava conseguir as firmas sem poder contar com o apoio da divulgação dos meios oficiais de comunicação. A tarefa era, portanto, divulgar as idéias contidas no projeto e convencer os descontentes a entregar os seus nomes, os seus endereços e os seus números de identificação civil – exigências para a assinatura – a um projeto que uma vez entregue na *Asamblea Nacional* evidenciaria de pronto os signatários como opositores ao governo revolucionário.

O grupo foi bem sucedido e conseguiu recolher as assinaturas necessárias. A exigência havia sido cumprida. Ocorre que em história não é possível assegurar os eventos. Apesar de ter garantido o direito ao plebiscito um contratempo inviabilizou a votação do projeto.

O presidente à época dos EUA, George W. Bush levantou a suspeita da existência da produção de armas nucleares em Cuba. Em reação, Cuba convocou um plebiscito de modo a tornar o socialismo irrevogável na Ilha. Houve grande participação popular e o caráter perpétuo do socialismo tornou-se cláusula constitucional. Aqui há uma divergência na análise. Não é de certo possível saber o quanto a entrega do *Proyecto Varela* atuou no sentido do governo convocar um referendo próprio. É possível realmente afirmar que foi apenas uma reação a uma declaração estadunidense? Dada a incerteza da resposta resta apenas indicar a coincidência cronológica entre a entrega do *Proyecto Varela*, os discursos do presidente estadunidense e a convocação do plebiscito pelo governo cubano.

O MCL não arrefeceu com a negativa de votação e deu prosseguimento a sua atuação.

Desenvolveu outros projetos, sendo destaques o *Diálogo Nacional* e a elaboração do programa *Todos Cubanos*. Não há dúvida de que o programa é o tratado mais extenso e melhor elaborado no sentido de um programa político opositor ao governo revolucionário. É o trabalho de maior maturidade do grupo e que contém o acúmulo de sua atuação e crítica ao governo.

O MCL é um divisor de águas na história das oposições cubanas. Não é uma oposição raivosa que personifica sua insatisfação na figura de F. Castro. Não há nenhum interesse expresso na morte do líder. Ao contrário, politicamente o MCL identifica que Cuba não existe como tal devido ao desejo de um líder. Existe porque há todo um sistema construído em apoio a determinado funcionamento social que permite a sua manutenção e a sua reprodução. O movimento classifica o sistema cubano como uma ditadura sem simplificá-la ou diretamente associá-la exclusivamente ao governo revolucionário. Tal aspecto é fundamental para entender a atuação do grupo. Apenas assim será possível evidenciar o seu esforço em desenvolver um projeto de Estado alternativo que não se limita apenas a propor uma alternância no executivo.

Temos, assim, um ponto central que diferencia o MCL das tradicionais oposições. Cuba é uma ditadura, mas não o é pelo desejo de F. Castro. É uma ditadura por ter em seu amparo uma construção histórica ditatorial que permitiu a formação de uma sociedade que não tem em seu funcionamento os valores democráticos arraigados.

Há mais. O MCL recusa a saída de Cuba. É uma oposição interna que defende ser esse o único caminho. São os cubanos dentro da ilha que devem fazer as transformações necessárias. O apoio estrangeiro é recusado em qualquer possibilidade de ingerência ou intervenção. A soberania cubana é defendida. A autodeterminação do povo cubano é uma constante em seus documentos. Não há o desejo de aceitar o domínio estrangeiro ou de sair de Cuba para se estabelecer em terra estrangeira.

É também defendido o caminho legal. O MCL não almeja um golpe ou uma destituição brutal. Ao contrário, afirma a necessidade de se evitar conflitos nesse sentido. O que interessa ao grupo são os embates legais. A atuação dentro do que é permitido pelas leis cubanas de modo a subverter os Estado por dentro de seus limites. É a possibilidade de transformação sem cataclismos, mas não apenas. É o desejo de ser reconhecido como oposição.

É talvez esse o ponto que transforma o MCL no principal grupo opositor cubano: a reivindicação do estatuto de oposição. Tradicionalmente as oposições em Cuba são tratadas como dissidências. Ou seja, não são reconhecidas em sua legitimidade. O dissenso é criminalizado. Opor-se fora dos limites permitidos é adentrar no terreno da dissidência, é passar a fazer parte do grupo classificado como traidor e como entreguista. São eles que podem pôr tudo a perder. Todas as conquistas revolucionárias e todas as lutas em favor da manutenção da independência correm perigo na presença do dissidente. A ele interessa apenas o ganho pessoal. Entregar a pátria seria apenas

mais uma de suas artimanhas. A dissidência não possui o direito de ser oposição por atuar fora da discordância que é aceita e permitida pelo governo revolucionário. Pelo “crime” de dissidir além do autorizado é condenada ao apodo de gusano. Não passam de vermes no olhar do governo revolucionário.

A atuação do MCL de forma legal permite um embate diferente. O MCL não nega o Estado cubano e não renega as suas regras. Ele as utiliza de modo a alcançar os seus objetos. Nesse sentido, apesar dos intentos do governo revolucionário, apresenta-se como oposição e reivindica uma classificação que é negada: a de ser uma oposição reconhecida. Em conjunto, reivindica também que as suas demandas e queixas sejam tidas como legítimas. São cubanos que desejam um país diferente e não entreguistas, *gusanos* traidores, interessados apenas em benefícios individuais.

Para tal, contam com amplo apoio internacional. Seja por seu pacifismo ou por sua capacidade de se apresentar como alternativa viável ao governo o MCL ocupa na opinião internacional espaço de destaque. Não sem esforço. O grupo assume a tarefa de constantemente informar sobre a sua atuação e existência utilizando para isso um sítio na internet. Tempos modernos que permitem superar a condição insular e ganhar um espaço político que talvez seja até mesmo maior do que a sua força real.

O conjunto de características mencionadas transformam o MCL em uma interessante experiência opositora. Para expor a sua trajetória o caminho traçado no texto encontra-se dividido em 3 partes.

No primeiro capítulo é apresentada sucintamente a história cubana da Revolução até a década de 1990. Essa é a década de maior interesse para a pesquisa. É nela que ocorre o início da atuação do MCL, a renovação da sociedade civil cubana e o pulular de oposições. É uma década particularmente rica em seu debate político e intelectual. É o momento de decisão sobre a existência, ou não, de uma sociedade civil em Cuba. E, no caso de resposta positiva, de descobrir quem eram os seus componentes. Os opositores fariam parte? Seriam eles agentes históricos legítimos? Um debate público que não se limitou ao meio acadêmico. Um exemplo claro de debate intelectual com forte implicação política.

Em seguida, no capítulo 2, será apresentada a história do MCL. Melhor, a história que o MCL conta de si. O sítio elaborado pelo grupo contém uma série de documentos. A seleção e a organização foi realizada pelo grupo. A pesquisa parte do princípio de que apenas estão disponíveis os documentos que são de interesse do grupo. Sendo assim, a construção do arquivo e a seleção de seus documentos será apresentada com o ânimo de demonstrar a história que o grupo quer que seja contada de si. O trabalho com a memória que o grupo almeja construir será exposto nesse capítulo para evidenciar a construção da sua identidade e de que modo se apresenta como oposição.

O capítulo 3 trata dos projetos do grupo. O *Proyecto Varela*, a campanha pelo *Diálogo*

Nacional e o programa *Todos Cubanos* são analisados. O interesse é expor o projeto de Estado contido. Um projeto de Estado que parte de um projeto de memória e que tem na sua proposta de anistia política a chave de sua compreensão. É na anistia e na afirmação da necessidade de anistiar o governo revolucionário que o MCL busca a classificação do governo cubano como ditadura. Nunca é demais lembrar que sobre o regime cubano não há consenso. Cabe, portanto, ao MCL como oposição a uma ditadura demonstrar que a ditadura existe.

Resta ainda uma explicação. Inicialmente a pesquisa contava com um número infinitamente superior de fontes. Eventos não previstos levaram a necessidade de reformular o projeto de pesquisa tendo em vista a redução do material disponível. Sendo assim, a pesquisa ora apresentada difere de seu projeto inicial em alguns pontos. Tal fato impediu que a trajetória do MCL fosse perfeitamente elucidada. Alguns anos e algumas experiências não foram documentados ou não possuem documentação disponível para consulta. O lusco-fusco é uma constante. A opção mais segura em alguns momentos foi a de levantar questões e possibilidades e não a de precipitar explicações que não possuem respaldo na documentação. Todos os momentos em que há falha na documentação foram evidenciados. Em nenhum caso a escolha foi a de tentar “tampar buracos” com elucubrações pessoais.

Cabe ainda mencionar que ao ser iniciada essa pesquisa, ainda nos tempos do trabalho de conclusão do curso de graduação, o líder do *Movimiento Cristiano de Liberación*, Oswaldo Payá Sardiñas, era vivo. No percurso da pesquisa ocorreu o seu óbito, em 2012, de causa não totalmente esclarecida. No momento, o MCL parece concentrar os seus esforços em buscar explicações. O grupo vive, então, um momento definitivo. O de dar continuidade aos seus trabalhos sem contar com a presença do integrante de maior destaque.

Capítulo 1: **A Revolução e os tempos de renovação**

I – Cuba e a Revolução

Existem vários caminhos para apresentar a história de Cuba e da Revolução de 1959. A escolha feita atende diretamente aos interesses da pesquisa, mas não se quer como a única linha possível a seguir. O destaque a ser dado nas próximas linhas será o da relação entre Cuba e Estados Unidos. A escolha é justificada por assim ser possível tratar diretamente dos movimentos pela emancipação e da contenda presente no discurso contra os opositores.

A controversa relação entre Cuba e EUA remonta ao período das guerras pela independência. Após um extenso período de embates contra os espanhóis, finalmente Cuba estava próxima de conquistar a sua independência nos anos finais do século XIX. Entretanto, antes mesmo que a independência pudesse ser realizada exclusivamente pelos cubanos ocorreu o desembarque das tropas estadunidenses na Ilha. Tal fato foi fundamental para assegurar a saída dos metropolitanos, mas repercutiu de forma indesejada na história da nova Cuba que nascia.¹

Em 1901, Cuba estava oficialmente independente da Espanha, porém encontrava-se submetida aos EUA. O auxílio prestado naquele momento crucial era o pretexto para a manutenção da relação desfavorável. De certo, a historiografia ressalta que a participação estadunidense não pode ser atribuída ao desejo cubano, e, sim, deve ser inserida no conjunto de políticas adotadas pelos EUA com o ânimo de exercer soberania no continente. Fato é que não é possível mensurar o quanto seria possível assegurar a independência sem a participação estadunidense e que essa atuação marcou diretamente a relação entre os dois países.

Para os EUA, Cuba estava em dívida e deveria pagar o favor prestado. O preço logo foi apresentado e demonstrou ser caro o suficiente para ser minimizado em simples retorno. A Emenda Platt passou a fazer parte da constituição cubana reconhecendo aos EUA o direito de intervir na política externa de Cuba, prevendo a possibilidade de ingerência em solo cubano e assegurando o direito de estabelecer uma base militar na região de Guantánamo.²

Ademais, a aprovação do Tratado de Reciprocidade Econômica atuou em linhas gerais no sentido de garantir benefícios comerciais aos EUA. Sendo assim, não seria um exagero afirmar que Cuba estava política e economicamente ligada e submetida aos interesses do norte.

¹ SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992, p.7.

² SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992, pp.7-8.

Não sem razão os cubanos demarcam o ano de 1902 – aprovação da Emenda Platt e assinatura do Tratado de Reciprocidade Econômica – como sendo o início do período neocolonial. Neocolonialista³ por Cuba novamente estar submetida aos intentos estrangeiros, por mais uma vez não estar voltada aos desejos dos naturais da terra. Se antes era preciso lutar contra o domínio espanhol pelo fim da condição de colônia, agora, tornava-se um imperativo reagir de modo a não ser mais um protetorado dos EUA.

Uma das consequências do Tratado foi o crescimento vertiginoso dos investimentos dos EUA em Cuba. Alguns setores foram focos privilegiados tendo em vista a relevância desempenhada na economia cubana. As minas, as ferrovias, os transportes, o setor elétricos e os engenhos rapidamente passaram a receber um fluxo maior de capital. Dados indicam que os investimentos de origem estadunidense cresceram nos anos entre 1902 e 1925 de 80 milhões para 1,36 bilhões de dólares. Cuba passou, portanto, a ser no início do século XX o maior receptáculo na América Latina dos investimentos dos EUA.⁴

O caso dos engenhos merece particular atenção. A economia cubana era essencialmente mono exportadora e sua principal riqueza era o açúcar. A concentração de capital estadunidense nesse setor era tão significativa que chegava a 60,3%. Isto é, a principal fonte de arrecadação e comércio com o exterior estava em sua maioria em mãos estrangeiras e de um único país. Cuba não era independente no quesito econômico e, em 1953, o desemprego atingiu 35% da população ativa.⁵

A força dos EUA se fazia presente na figura de seu embaixador em Cuba que exercia notória influência nos governantes. Para C. Barão, apenas nas lutas contra a ditadura de G. Machado é que haverá transformação nesse quadro. Nesse momento, uma figura ganha destaque: F. Batista. É ele quem atuará na dianteira do processo que levará ao fim o governo de G. Machado e que em 1940 assumirá como presidente cubano. Ainda de acordo com C. Barão, o governo de F. Batista foi marcado pelo esforço de assegurar uma aliança nacional, esforço que teve prosseguimento até o seu encerramento em 1944.⁶

Em 1952, F. Batista voltou à cena como presidente, mas não de forma eleita e legítima. As eleições de junho de 1952 indicavam que o partido ortodoxo sairia vitorioso e que F. Batista não teria colocação melhor do que o último lugar. Descontente com o possível resultado do pleito, F. Batista antecipou-se e, em 10 de março de 1952, desvelou o golpe que o tornaria mandatário com irrestrito apoio estadunidense.⁷

³ SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992, p.8.

⁴ Idem.

⁵ BARÃO, Carlos Alberto. O debate econômico dos anos 60 em Cuba: um momento do processo revolucionário. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2005. p.38

⁶ BARÃO, Carlos Alberto. O debate econômico dos anos 60 em Cuba: um momento do processo revolucionário. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2005. pp.40-41

⁷ BARÃO, Carlos Alberto. O debate econômico dos anos 60 em Cuba: um momento do processo revolucionário. Tese

É no contexto de reação ao ditador que ocorre, em 1953, o assalto aos quartéis de Moncada (Santiago de Cuba) e 'Carlos Manuel de Céspedes' (Bayamo). O ataque não foi vitorioso, mas a sua relevância para a organização das forças contra F. Batista foi tamanha que a data de sua realização foi adotada como nome do grupo que seguiria adiante na luta, o Movimento 26 de Julho.⁸ Julgados e condenados, somente em 1955 os integrantes do ataque serão anistiados. E será do exílio no México que os que permaneceram na luta reorganizaram sua estratégia.

Em um livro que influenciou toda uma geração de jovens guerrilheiros latinos americanos, R. Debray⁹, apresentou em tons de heroísmo a travessia pelo mar dos combatentes, o desembarque em Cuba e a frustração com o descompasso. Estava acordado que o desembarque seria realizado ao mesmo tempo em que ocorreria em Cuba uma série de movimentações políticas com o objetivo de desviar a atenção das tropas oficiais. Ocorre que diversos foram os percalços no mar e o desencontro com os que esperavam na Ilha foi inevitável. Desse modo, a movimentação preparada em solo serviu apenas para alertar F. Batista do desembarque que iria ocorrer. Encurralados pelas tropas, os sobreviventes rumaram para Sierra Maestra e lá estabeleceram o primeiro foco da guerrilha contra o governo.

Chamado de *Revolução na Revolução*, o livro apresenta a tese do foco revolucionário, um centro do qual emanaria a revolução. Em sua narrativa eclipsa os movimentos urbanos de modo a enaltecer a guerrilha rural e criar o mito do guerrilheiro da Sierra. De fato, a atuação da guerrilha foi fundamental e é dela que sairá o grupo mais forte da Cuba que se formará após a derrubada de F. Batista. Por outro lado, é erro crasso desconsiderar a movimentação urbana em geral contra o ditador. As revoltas contra F. Batista tiveram protagonistas conhecidos pela História, mas não seria correto reproduzir uma mitologia e obliterar a participação popular. Entretanto, mais uma vez é importante pontuar, é no Exército Rebelde que temos o núcleo central dos que irão assumir cargos executivos ao longo dos anos da Revolução.

Já no ano de 1958, os trunfos dos movimentos contra F. Batista eram visíveis. As chamadas zonas livres, isto é, ausentes de ingerência governamental, multiplicavam-se. E o Exército Rebelde foi forte o suficiente para derrotar uma ofensiva militar de F. Batista contra a Sierra Maestra. Animados pela conquista, partiram em direção à capital. E ao primeiro dia de janeiro de 1959 era findado o governo de F. Batista, precedido pela saída do mesmo rumo à República Dominicana.

O cenário encontrado pela Revolução em seus anos iniciais não era nada favorável. Elevadas taxas de analfabetismo, desemprego, doenças diversas, vícios generalizados e forte corrupção marcavam o cotidiano cubano. Males não exclusivos e que representavam grande desafio para um

de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2005. p.43

⁸ BARÃO, Carlos Alberto. O debate econômico dos anos 60 em Cuba: um momento do processo revolucionário. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2005. p.44

⁹ DEBRAY, *Revolução na Revolução*. Lisboa: Ed Lisboa, 1970.

país que dificilmente poderia se afirmar que possuía real autonomia econômica. Dados informam que no ato do êxito revolucionário Cuba contava apenas com 70 milhões de dólares em caixa e dependia da economia estadunidense para manter o país funcionando.¹⁰

Das medidas sociais adotadas para reverter tal quadro algumas foram de impacto imediato. A redução do preço dos aluguéis, dos medicamentos, dos livros escolares e o aumento dos investimentos em educação rapidamente asseguraram melhorias para a população. De todas as políticas realizadas uma é de fundamental relevância. A reforma agrária foi responsável direta pela reconfiguração cubana.

Em parte por mexer em uma área de interesse expresso dos EUA, mas, de forma fundamental por atender aos anseios de boa parte da população. E. Sader afirma que o caráter moderado preponderou na primeira lei de reforma agrária. Em maio de 1959, foi iniciada a expropriação de qualquer propriedade que ultrapassasse a marca do 400 hectares. A consequência foi o acesso à terra de 200 mil famílias na forma individual ou cooperativada.¹¹

Em 1963, a segunda lei de reforma agrária, mas radical, permitia apenas propriedades rurais de até 67 hectares. O Estado tornava-se o maior proprietário de terras com o controle de 70% do território fértil.

A reação dos EUA às mudanças ocorridas no campo cubano não tardou. Vale lembrar que no campo, melhor, na produção do açúcar, estava boa parte do interesse estadunidense em Cuba. Alterar o cenário rural de forma tão drástica deixou claro o quanto que os interesses estrangeiros não seriam privilegiados em detrimento das necessidades nacionais. Os EUA tão acostumados a ter de Cuba de tudo um pouco estranharam e não aceitaram a nova situação. A ofensiva se deu de várias formas. Boicotes econômicos e sabotagens passaram a fazer parte da agenda estadunidense para Cuba. E , ao poucos, como reação em um mundo bipolar Cuba aproximou-se do inimigo declarado que poderia fornecer apoio.

Como resposta econômica, mas também política e militar de defesa diante das agressões, o governo cubano intensificou suas relações com a URSS. Primeiro vendendo para aquele país o substancial de sua safra de açúcar, que os EUA se negavam a seguir comprando. Depois, recebendo da URSS o petróleo que o vizinho do norte deixava de fornecer e, posteriormente, se abastecendo dos produtos que a interrupção brusca de seu intercâmbio com os EUA requeria.¹²

O mundo vivia os tempos da Guerra Fria, da disputa polarizada entre os EUA e a URSS.

¹⁰ BARÃO, Carlos Alberto. O debate econômico dos anos 60 em Cuba: um momento do processo revolucionário. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2005. p.70

¹¹ BARÃO, Carlos Alberto. O debate econômico dos anos 60 em Cuba: um momento do processo revolucionário. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói(RJ), 2005. pp.76-77

¹² SADER, Emir. Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina. São Paulo: Atual, 1992, p.18.

Entre dois modelos distintos de sociedade. De um lado o capitalismo e todo o seu atrativo consumista, de outro o socialismo e a promessa de uma alternativa à ordem vigente. Aproximar-se da URSS significava entrar no conflito e aderir a um dos lados. Cuba havia feito sua escolha e, em 1961, declarava-se socialista. A Revolução que começara contra um ditador e a usurpação estrangeira e em defesa da pátria livre e da democracia, metamorfoseara-se em uma revolução socialista. O nacionalismo presente dos primeiros anos começava a ganhar tons vermelhos.

Após consolidada a transição para o socialismo, Cuba viveu as etapas de sua Revolução. Para a finalidade dessa pesquisa interessa particularmente a década de 1990. Uma etapa de crise e de reestruturação.

II. A década de 1990: o Período Especial em Tempos de Paz e a crise

A década de 1990 é um período de enorme crise. Nunca antes o projeto socialista cubano de sociedade encontrara-se em semelhante situação de ameaça. Cuba acabara de sair de seu Processo de Retificação de Erros e Tendências Negativas. Presente na década de 1980, mas precisamente a partir do III Congresso do Partido Comunista Cubano (1986), o Processo de Retificação tinha por meta rever as políticas adotadas na condução do processo revolucionário. Deve, então, ser entendido como uma etapa de autocrítica e de estímulo à participação popular para manifestações e opiniões sobre os “erros” e “equivocos” da Revolução. Assumia-se a necessidade de rever os caminhos escolhidos e conclamava-se a população a participar da construção do novo futuro a seguir.

Com a meta de “aprimorar o socialismo à cubana” e distanciar-se o máximo possível do modelo soviético, foram implementadas medidas diversas, tais como

[...] suspensão do pagamento da dívida externa; campanha de incentivo à exportação de produtos não tradicionais; introdução de um programa alimentar estatal; o restabelecimento do controle centralizado da economia, com a abolição de várias iniciativas privadas ('mercados livres'); e o restabelecimento da visão guevarista de uma sociedade moral, com a abolição dos incentivos materiais.¹³

Buscava-se retomar à ordem do dia algumas questões éticas e morais do socialismo mediante a valorização do caráter nacional da Revolução. Com o ensejo de ampliar o espaço de

¹³ FEITOSA, Emilly Couto. As Assembléias de poder Popular e a tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2011. p. 26

diálogo entre a sociedade política e a sociedade civil, o exercício da crítica foi estimulado como parte constitutiva do processo de “aperfeiçoamento do socialismo cubano”.¹⁴

Ocorre, entretanto, que é necessário contextualizar¹⁵ o Período de Retificação em um processo maior da experiência socialista. O mundo vivia o tempo das reformas de Gorbachev. Tendo assumido em 1985 o governo da URSS, adotou a plataforma da defesa da necessidade premente da abertura política e da reestruturação econômica: a Glasnot e a Perestroika. Na prática, significavam uma crítica ao protagonismo do Partido Comunista na vida política nacional e ao excessivo controle da economia pelo planejamento estatal. Nesse sentido, como ressalta E. Feitosa¹⁶, o Período de Retificação pode ser entendido como uma resposta às propostas soviéticas, como uma alternativa encontrada para a sobrevivência de um sistema sem que fosse necessário passar pelos traumas de uma ruptura que poderia ser brutal ao ponto de desestabilizar por completo o projeto cubano de sociedade.

Entretanto, antes que o Processo de Retificação pudesse apresentar resultados concretos e capazes de fornecer maior estabilidade à vida cubana os anos de 1990 trouxeram a crise.

A década de 1990 é marcada por uma grande virada na composição socioeconômica cubana, uma nova etapa, conhecida como o *Período Especial em Tempos de Paz*. Cuba, até então considerada uma das sociedades com maior nível de equidade social, sofreu fortemente os impactos da desarticulação do Bloco Socialista.

Alternativa encontrada ao bloqueio econômico estadunidense, a progressiva aproximação com a URSS resultou na inserção de Cuba no Conselho de Ajuda Mútua e Econômica (CAME), em 1971. Tendo como diretriz a Divisão Socialista Internacional do Trabalho, o CAME caracterizava-se pela especialização produtiva de cada um de seus entes, formando uma rede internacional de cooperação comercial. Sob a órbita soviética, Cuba manteve seu caráter essencialmente mono exportador e dependente, sendo de fácil compreensão o forte impacto sofrido com a desarticulação do campo socialista, responsável por 85% do comércio exterior cubano¹⁷. Somava-se a esse quadro já crítico o recrudescimento do bloqueio econômico, manifestação do oportunismo estadunidense que viu no declínio do Leste a possibilidade do desmonte total de qualquer alternativa ao capitalismo.

A crise e o cenário internacional do fim da URSS e da desagregação do Leste foram entendidos pelo governo dos EUA como momento propício para uma investida contra o governo

¹⁴RUAS, Luís Eduardo Mergulhão. *Nacionalismo e democracia na Revolução Cubana*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. pp.113-134.

¹⁵FEITOSA, Emilly Couto. *As Assembléias de poder Popular e a tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2011. p. 26

¹⁶FEITOSA, Emilly Couto. *As Assembléias de poder Popular e a tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2011. pp 25-26

¹⁷ BURCHARDT, Hans-Jürgen. “Deberían leer en Cuba a Bourdieu? Socialismo, estructura social y capital social.” Mimeo, s/d. pp. 24-28.

cubano e a sua estrutura institucional. Nas considerações da Lei Torricelli (1992) é afirmado:

A queda do comunismo na antiga União Soviética e Leste Europeu, o agora universal reconhecimento na América Latina e no Caribe que Cuba oferece um modelo falido de governo e desenvolvimento, e a evidente inabilidade da economia cubana de sobreviver às tendências atuais, fornece aos Estados Unidos e à comunidade democrática internacional uma oportunidade sem precedente de promover uma transição pacífica para a democracia em Cuba.¹⁸

A Torricelli, também identificada como “Cuban Democracy Act of 1992”, estipulou que ao governo do EUA cabia a função de encorajar a restrição das trocas comerciais e das relações de crédito dos demais países com Cuba. Também foram criados empecilhos, tais como a proibição, a partir do 61º dia após a promulgação dessa lei, de que embarcações que tenham comercializado em portos cubanos aportem nos EUA em menos de 180 dias transcorridos.

Dando continuidade a esse processo, a Lei Helms-Burton (1996), conhecida como “Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act of 1996”, representou uma tentativa por parte dos EUA de legislar para além de seu território. Aprofundando as restrições impostas pela Torriceli, a Helms-Burton criou sanções para empresas internacionais que insistissem em manter relações econômicas com Cuba¹⁹.

Em resposta, o governo cubano elaborou um folheto de divulgação da lei traduzida para o espanhol com introdução de Ricardo Alarcón de Quesada, presidente à época da *Asamblea Nacional Del Poder Popular*, na qual era possível ler que

Jamás podrá realizarse el sueño anexionista. De impedirlo nos encargaremos los cubanos de hoy y de mañana que sabremos continuar la lucha nacional por la independencia y la justicia iniciada en 1868. Hace 35 años dirigidos por la CÍA desembarcaron terratenientes, malversadores, batistianos y explotadores que venían a "recuperar" sus "propiedades" y todo el mundo sabe como terminó, en Playa Girón, aquella invasión.

La "Ley" Helms - Burton está condenada al fracaso, se agregará a la larga lista de medidas agresivas con que Washington ha tratado de destruir nuestra Revolución desde 1959. Ni el mundo se plegará dócilmente a la prepotencia imperial ni los cubanos permitirán que nadie los esclavice.

Garantizar desde ahora que Girón y sólo Girón sea lo que reciban siempre nuestros enemigos es un deber político y moral inexcusable de todos los patriotas. Conocer el plan anexionista, comprenderlo a fondo, contribuirá al cumplimiento de ese deber, será un arma necesaria en una batalla en la que todos aseguraremos la victoria.²⁰

Por sua vez, a comunidade internacional reagiu com a elaboração de leis que serviram para contornar a situação e minimizar os possíveis efeitos da Helms-Burton, como foi o caso da União

¹⁸ Cuban Democracy Act of 1992, 1992. Tradução pessoal do original.

¹⁹ Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act of 1996, 1996.

²⁰ Folleto Ley de la esclavitud, 1996. Disponível em: <http://www.parlamentocubano.cu/>. Consultado em: 18/07/2010.

Européia, do Canadá e do México.²¹ Por solidariedade a Cuba ou por não aceitar a ingerência legislativa de outro país, fato é que a lei imposta pelos EUA encontrou forte resistência por parte de outros países.

Entretanto, apesar da contenda diplomática existente entre os EUA e Cuba, da qual a expressão mais tradicional é o Bloqueio, M. Santoro pontua as “brechas” existentes que permitem que essa relação não seja de total asfixia. É um exemplo o *Trade Sanctions Reform and Export Enhancements* (2000) que legalizou o comércio de alimentos com Cuba mediante a existência de condições estabelecidas, transformando, ao final do Período Especial, os EUA num dos seus principais fornecedores de alimentos.²²

Em crise, sem mais poder contar com o apoio da URSS, a busca por novos caminhos tornou-se um imperativo. Cuba precisava se inserir na economia global capitalista sem abdicar das conquistas revolucionárias. A política social – glória e orgulho da Revolução – foi considerada o ponto a não ser abandonado. A saúde e a educação sofreram com a queda de qualidade do serviço prestado, mas em nenhum momento o governo revolucionário indicou desejo de economizar mediante o sacrifício desses setores.

O sistema educacional, apesar de sofrer com a escassez de recursos materiais e com o sucateamento de sua infra-estrutura, logrou não fechar nenhuma escola ou curso superior. Entretanto, o ingresso nas carreiras universitárias passou por significativa redução. Em comparação aos trabalhadores que prestavam serviços ao turismo e, por esse motivo, possuíam fácil acesso ao dólar, a remuneração de diplomados era inferior. Esse desestímulo foi responsável pela redução de 56% do número de matriculados em cursos superiores durante a fase mais aguda da crise. A recuperação tardou e, mesmo assim, nos anos de 2002-2003 ainda estava 20% abaixo das estáticas de 1989.²³

Na saúde, encontramos a mesma situação: hospitais não foram fechados e foi garantido o acesso ao todo da população, mas a falta de recursos reverberou diretamente na qualidade do serviço oferecido. Antes da crise, o sistema de saúde cubano era considerado uma referência - atendimento universal, gratuito e de qualidade. Durante a crise, esse quadro será transformado, mas não apenas pela deteriorização do serviço prestado. Para compreender o real estado da saúde cubana ao longo do período é preciso considerar o processo de fragilização pelo qual a população passou.

²¹ SANTORO, Maurício. Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e limitado diálogo com os EUA. *Revista Brasileira de política Internacional*. Nº 53 (1), 2010. p.135

²² Idem, p.132

²³ MESA-LAGO, Carmelo. “Problemas sociales y económicos en Cuba durante la crisis y la recuperación.” *Revista de la CEPAL*. Nº 86 (agosto), 2005. pp. 193-195

A alimentação dos cubanos estava organizada em um sistema que tinha por base uma agricultura fortemente dependente da compra de insumos produzidos no exterior e da importação de alimentos dos países membros do CAME. Os dados disponíveis indicam que mais de 50% das calorias adivinham desse mercado. Com a crise e a desagregação do CAME foi grande o impacto sofrido pela população em sua alimentação diária.²⁴ Para contornar a situação, a política adotada pelo governo revolucionário foi a de subsidiar itens considerados indispensáveis para a nutrição. Apesar disso, alimentos e artigos de primeira necessidade passaram a figurar na lista das carências sofridas ao longo da crise.

O fornecimento de água potável também foi afetado. As crises de energia elétrica, a falta de equipamentos novos e de reparo dos antigos e de produtos químicos fez com que os sistemas de abastecimento de água e de saneamento deixassem de funcionar em condições adequadas. No caso da água, por exemplo, o serviço foi reduzido para uma média de 12 horas diárias, tornando necessário o armazenamento, raramente de forma adequada, para suprir as necessidades do dia²⁵.

Nesse sentido, é possível entender o fato de que a população cubana passou a estar especialmente sujeita às doenças infectocontagiosas. Em 2002, a taxa de infectados com tuberculose atingia um número 60% maior do que em 1989²⁶. Embora em alguns casos, como as taxas de mortalidade infantil e de expectativa de vida, os índices sejam mais favoráveis e de que, mesmo nos piores momentos, o governo revolucionário tenha demonstrado real esforço em garantir investimentos para a saúde, é indiscutível o decréscimo da qualidade do serviço prestado.

Vale pontuar que o Período Especial não foi sentido apenas nas estatísticas governamentais. Na vida diária, os longos “apagões” passaram a fazer parte do cotidiano dos centros urbanos juntamente com um novo vocabulário. *Jineteras* (prostitutas), *merolicos* (vendedores ambulantes) e *paladares* (restaurantes domésticos improvisados e clandestinos) eram palavras ouvidas nas cidades.²⁷ Para lidar com a crise, o improvisado foi necessário. Além disso, algumas famílias podiam contar com o auxílio financeiro de parentes que viviam no exterior. O recebimento das remessas enviadas para Cuba por familiares foi uma das formas presentes de lidar com a crise e minimizar seus efeitos. Pode-se até mesmo afirmar que o fato de ter uma família no exterior constitui fonte de distinção social durante o período.

²⁴ FENÁNDEZ, Maria Teresa Valdés. & DUYOS, Edith Felipe. “La crisis y el ajuste cubano em los noventa: apuntes en torno a lo social”. *Perfiles Latinoamericanos*. N°8 (enero-junio), 1996. p.102

²⁵ MESA-LAGO, Carmelo. “Problemas sociales y económicos en Cuba durante la crisis y la recuperación”. *Revista de la CEPAL*. N° 86 (agosto), 2005. pp. 195-197

²⁶ Idem. p.197

²⁷ ARANA, Roberto González. Cuba desde la Posguera Fría: dilemas y desafíos. *Investigación y Desarrollo*. Vol. 11, n° 2. 2003. P.304

Oficialmente, mudanças foram introduzidas na tentativa de reerguer o funcionamento econômico cubano. Das medidas adotadas, é significativo o número de reformas aprovadas na economia durante o ano de 1993. Dentre elas constava: a autorização do exercício do trabalho por conta própria, a livre circulação de moedas estrangeiras em território cubano, autorização para a entrada de capital estrangeiro mediante a aprovação da lei para inversões estrangeiras, além da já mencionada autorização para a atuação de determinados setores em um funcionamento que privilegia as leis de oferta e demanda.²⁸ O resultado foi o surgimento de uma economia mista. Enquanto determinados setores considerados fundamentais permaneceram planejados pelo Estado, outros, privados, passaram a ser regidos pelas leis de oferta e demanda, tendo suas trocas efetivadas em dólar.²⁹ Desigualdades sociais renasceram e surgiu uma distinção pautada na distinção de possuir, ou não, acesso ao mercado do dólar e ao seu funcionamento.

Se por um acaso aos ocidentais em geral é permitido viver com a certeza da continuidade, dado o sentimento de atemporalidade do capitalismo – existe, sempre existiu, sempre existirá –, a partir do Período Especial a insegurança passou a fazer parte do cotidiano de Cuba. Tornou-se realidade aos cubanos a certeza de que o mundo tal como conhecido por eles poderia deixar de existir a qualquer momento. Em uma pesquisa realizada por M. Perera para analisar a subjetividade dessa etapa, foi constatado nos relatos recolhidos que as palavras mais recorrentes para definir o cotidiano vivido à época eram: *recondenación, rutina, monotonía, agobio, agotadora, tormentosa, desgracia, agonía, tragedia, sacrificio, agitación, difícil e insoportable*.³⁰ Termos fundamentalmente negativos que refletiam as agruras e os sacrifícios necessários para a sobrevivência durante a crise.

O cubano do Período Especial é alguém que presenciou o fim da URSS e o desmonte do Leste, que viu a doutrina filosófica que serve de base a sua sociedade cair em descrédito e que ouviu no discurso oficial do governo o reconhecimento dos “erros” e das “escolhas equivocadas” ao longo do processo revolucionário. Mais do que isso, é alguém ciente de que mesmo com a superação da crise, Cuba não poderia mais contar com antigos aliados e precisaria sozinha aprender a fazer parte de um mundo dominado por um modelo de sociedade não favorável a sua existência.

²⁸ Idem. 307-3010.

²⁹ MESA-LAGO, Carmelo. “Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa.” *América Latina Hoy*, março / vol. 18, 1998. pp.19-22.

³⁰ PERERA, Maricela. *Vida Cotidiana y subjetividad en la Ciudad de La Habana*. s/p

III. Aspectos sociais da década de 1990

III.a Religião e religiosidade

É no contexto do Período Especial que percebemos um renascimento da religiosidade, presente não apenas no aumento do número de fiéis, mas, principalmente, na capacidade de ingerência do religioso no cotidiano. Para ser possível entender o real significado desse renascimento do religioso é preciso um breve retrospecto das relações entre o governo revolucionário e as questões relativas às crenças e à fé. Para uma elucidação desse processo a ênfase será dada na relação entre a Igreja e os seus fiéis e o governo revolucionário.

As relações entre o governo revolucionário, a religiosidade em geral e a Igreja em específico experimentaram uma série de idas e vindas ao longo do processo revolucionário. Antes de tudo, é preciso indicar que a Igreja nunca experimentou em Cuba o mesmo papel de destaque entre os fiéis como o vivenciado no restante da América Latina. Durante muito tempo sua imagem esteve associada à opressão espanhola da fase colonial. A conformação do clero era maciçamente de estrangeiros em detrimento dos naturais da Ilha. O resultado foi o distanciamento de parte significativa dos sacerdotes em relação aos despossuídos da terra. Gozando de privilégios na sociedade colonial dada a sua proximidade com a Espanha, a Igreja, como instituição, não se apresentou como braço de apoio na luta contra a metrópole. Conquistada a independência, permaneceu associada às elites cubanas³¹.

Ademais, o quadro religioso cubano, marcado por grande sincretismo, tem na religiosidade popular, que não obedece aos dogmas católicos, sua maior expressão³². Essas manifestações religiosas, apesar das tendências secularizantes iniciadas com a Revolução e certa valorização do ateísmo, fruto de interpretações da base filosófica posteriormente adotada, não se deixaram arrancar. Para compreensão desse fenômeno será preciso remontar a um período anterior ao êxito revolucionário.

Ao longo do governo de F. Batista, a sociedade cubana viveu um momento de ebulição nos movimentos sociais. A luta contra o ditador uniu forças em diversos setores, contando, inclusive, com a participação de católicos e membros do clero, ainda que, como instituição, a Igreja não se tenha colocado contra F. Batista. Vencido este, vitoriosa a Revolução, é iniciado o processo de formação de uma nova sociedade, que teria como função, dentre outras coisas, definir o espaço

³¹ Cf. CUARTERO, Izaskum Alvarez. “*Y yo pasé, sereno entre los viles: Estado, revolución e Iglesia en Cuba, 1959-1961.*” *América Latina Hoy*, v. 18, março, Salamanca, Espanha, 1998. pp. 83-90,

³² Cf. CALZADILLA, Jorge Ramírez. “La libertad de religión: su evolución en las condiciones cubanas”. *Religiones y Sociedad*, n°6, maio-agosto, México, DF, 1999. p.3

destinado à religiosidade.

Inicialmente, fruto da heterogênea aliança contra Batista, encontramos em Cuba uma sociedade aberta ao diálogo com diversos setores, existindo, portanto, espaço para a expressão do sentimento religioso na ordem a construir. Frente à Revolução, a Igreja, como instituição, assumiu uma postura extremamente reacionária. Desejando poder voltar ao período anterior de “paz e harmonia”, participou ativamente na organização da primeira grande onda migratória, de caráter fortemente anti-revolucionário, e na organização da comunidade que se formava em Miami³³. Ao contrário da alta hierarquia da Igreja, alguns fiéis permaneceram atuantes na luta pela construção da Cuba revolucionária, o que, em muitos casos, resultou em um afastamento dos templos, dada a intolerância da Igreja em aceitar fiéis/revolucionários³⁴. É importante destacar que a postura da Igreja nunca foi uniforme, sendo um bom exemplo a reação despertada quando da Reforma Agrária. Enquanto parte do clero ressentia-se e se colocava abertamente contra qualquer medida que contrariasse a lógica da propriedade privada, outros setores apoiaram a medida defendendo uma aplicação fiel da Doutrina Social Cristã³⁵.

Este cenário de relativa proximidade, considerando, é evidente, a relação com alguns dos fiéis e não com a hierarquia da Igreja, foi progressivamente alterado conforme ganharam escopo as mudanças impostas ao caráter da Revolução. Inicialmente nacionalista, em defesa da pátria livre e independente, contra uma ditadura, transforma-se, devido à aproximação com a URSS, em uma Revolução Socialista, reverberando diretamente na relação com a Igreja. Aderir ao campo socialista significou aceitar determinadas diretrizes que incluíam, de acordo com a interpretação à época do marxismo, uma deriva ateizante. Rompia-se então qualquer possibilidade de uma maior aproximação com a Igreja, transformando o ambiente revolucionário em algo desagradável para muitos daqueles que participaram ativamente na derrubada de F. Batista, como é possível ler abaixo.

Luchando por la Revolución, nunca pensaron los nuestros, nunca pensó el pueblo, que la mano férrea y sin entrañas del comunismo habría de pender amenazadora sobre nuestras cabezas; ni que habrían de ser los escasos devotos de Marx y Lenin los que pretendieran arrebatar nos el bien ganado laurel de la Victoria; los heroicos voluntarios de la patria, llegando hasta a ordenarnos que nos confinemos a nuestros templos, y nos atengamos en ellos a normas trazadas osadamente por los que, a fuerza de descreídos, nada entienden de eso.³⁶

Em 1965, lançadas as bases do renovado Partido Comunista Cubano, passou a ser dever de

³³ Cf. PINTADO, Ana Celia Perera. “Oleadas migratorias, religión e Identidad Cubana”. *Convergencia*, México, maio-agosto. 2003. nº 32, p.86

³⁴ Cf. Calzadilla, Jorge Ramírez. “La religión en el contexto de los derechos humanos en Cuba”. *Sociedad y Religión*, Cuba, La Habana, TII, 2004. s/p

³⁵ Cf. CUARTERO, Izaskum Alvarez. “Y yo pasé, sereno entre los viles: Estado, revolución e Iglesia en Cuba, 1959-1961.” *América Latina Hoy*, Salamanca, Espanha, v. 18, março. 1998. p.88

³⁶ *Apud* Cf. CUARTERO, Izaskum Alvarez. *op. cit.* p.89

seus militantes combater o “obscurantismo religioso”.³⁷ Ainda que o direito de liberdade religiosa tenha sido resguardado no Estatuto do Partido, com tal diretiva, amplamente interpretada como uma proibição à atuação no partido de todos aqueles que professassem alguma fé, fecharam-se as portas do diálogo com os fiéis de todas crenças. Partido de vanguarda, o PCC ocupa um importante papel na organização política do Estado Cubano, é a “(...) fuerza dirigente de la sociedad y del Estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista”³⁸. Estar “impossibilitado” de pertencer aos quadros do Partido significava, portanto, severas restrições à atuação política institucional.

Os embates entre a Igreja e a Revolução geraram um ambiente de desconfiança com relação à fidelidade civil daqueles que mantiverem sua fé, criando dificuldades para a expressão da religiosidade em geral. Com o surgimento da Teologia da Libertação, responsável por uma maior aproximação na América Latina entre a Igreja e os desfavorecidos, percebemos mudanças na postura do clero cubano. Aos poucos, é visto em Cuba uma progressiva abertura do Estado à aceitação do universo religioso como parte constitutiva da sociedade, além da adoção de postura menos reacionária por parte da Igreja.³⁹

Na década de 1980, encontramos o momento de maior proximidade entre a Igreja Católica e o Estado Cubano. Em 1986, em uma expressão clara do desejo de diálogo, no *Encuentro Nacional Eclesial Cubano (ENEC)* é defendido que a revolução “ensinou a dar por justiça o que antes se dava por caridade”⁴⁰. Vale lembrar que no ano anterior havia sido publicado o livro “Fidel e a Religião”, uma série de conversas com Frei Betto nas quais conhecemos a vivência religiosa de F. Castro confidenciada em um tom amigável a tudo aquilo relacionado à fé.

Os anos de 1990, com todas as transformações ocorridas no Período Especial em Tempos de Paz, alteram fortemente o quadro dessa relação.

Em 1991, teve lugar na cidade de Santiago de Cuba o IV Congresso do Partido Comunista Cubano, de significância ímpar para o entendimento do surgimento de uma mentalidade renovada com relação à questão religiosa. No Congresso, são aprovadas duas mudanças em particular que terão grande reflexo na relação entre o Estado e a religiosidade. A primeira delas diz respeito às mudanças no estatuto referentes à necessidade de excluir do seu texto qualquer menção que possa ser interpretada como uma restrição à atuação de fiéis no Partido. A segunda destas medidas refere-se à aprovação de alterações à Constituição, implementadas em 1992 quando da Reforma Constitucional. Nela são alterados, dentre outros, os artigos 8, 42 e 55, que versam sobre o caráter

³⁷ Cf. CALZADILLA, Jorge Ramírez. “La libertad de religión: su evolución en las condiciones cubanas”. *Religiones y Sociedad*, México, DF, n°6, maio-agosto, 1999. p.9

³⁸ Constitución de la República de Cuba, versão 1976.

³⁹ Cf. CALZADILLA, Jorge Ramírez. “La libertad de religión: su evolución en las condiciones cubanas”. *Religiones y Sociedad*, México, DF, n°6, maio-agosto, 1999, p.12

⁴⁰ Cf. Idem, p.11

laico do Estado e a liberdade religiosa, ausente até então do texto constitucional, aprovado em 1976.

Apesar das mudanças no sentido de uma maior tolerância com relação à religiosidade, em um dos momentos mais críticos da crise do Período Especial, a Igreja, em 1993 em *Comunicado da Conferencia de Obispos Católicos en Cuba*, intitulado “*El Amor todo lo Espera*”, apresentou suas mais severas críticas desde o inicial rechaço ao movimento revolucionário. Apresentando-se apartidária, a Igreja, em seu comunicado, afirmava seu direito e dever de fornecer juízos morais a tudo aquilo que diz respeito ao homem. Em sua concepção, o governo revolucionário, caracterizado como um grande agente fomentador do ódio e da discórdia entre os cubanos, naturalmente “pacíficos” e “cordiais”, passava por uma crise que não era apenas econômica, mas também moral, resultando numa sociedade de valores degenerados. Dizia o *Comunicado*:

El carácter excluyente y omnipresente de la ideología oficial, que conlleva la identificación de términos que no pueden ser unívocos, tales como: patria y socialismo, Estado y gobierno, autoridad y poder, legalidad y moralidad, cubano y revolucionario. Este papel, centralista y abarcador de la ideología produce una sensación de cansancio ante las repetidas orientaciones y consignas.⁴¹

A Igreja clamava pela necessidade de “quebrar o silêncio”, “romper com a verticalidade”, “dar voz ao que já era murmurado nas ruas”, o descontentamento com os rumos da Revolução “(...) *un proceso que nació lleno de promesas e ideales, alcanzados algunos pero que, como tantas veces pasa la realidad no coincide en todos los casos con la idea que nos hicimos de ella, porque no es posible adaptarla siempre a nuestros sueños*”.⁴²

O governo revolucionário era apontado como o grande responsável pela derrocada por ter permitido que Cuba mantivesse uma economia dependente, subserviente às decisões externas em detrimento de uma organização autônoma que fosse capaz de fazer frente ao bloqueio estadonidense sem a necessidade de se submeter.

A *reconciliación* entre os cubanos e o *diálogo*, em oposição ao pensamento único, deveriam ser a base da nova Cuba que se pretendia construir, onde a convivência no dissenso seria o caminho para evitar a centralidade do pensamento único.

O documento continha ainda um protoprograma político de oposição, que contemplava em cinco pontos específicos os problemas decorrentes do caráter excludente e onipresente da ideologia oficial, das limitações à liberdade, do controle dos órgãos de segurança do Estado, dos presos políticos e da discriminação por razões ideológicas, políticas e/ou religiosas. Era dever do governo revolucionário a solução para a crise enfrentada sendo indispensável a efetiva participação popular nas decisões tomadas.

⁴¹ El Amor todo lo Espera, Comunicado da Conferencia de Obispos Católicos en Cuba, 1993. s/p

⁴² Idem. s/p

Ânimos mais calmos, Cuba encontrou na segunda metade da década espaço para um maior entendimento entre Estado e religiosos. É significativa a celebração da primeira missa em praça pública após mais de três décadas de proibição de realização de reuniões religiosas fora dos templos, em 1997. No ano seguinte, cercada de grande expectativa mundial, Cuba recebeu a visita, há tempos negociada, do papa João Paulo II. É importante destacar o papel que foi atribuído pela mídia internacional ao pontífice no desmonte do campo socialista e, em particular, no caso da Polônia. Considerado protagonista nos processos do degelo socialista, esperava-se que o papa causasse em sua visita um impacto desagregador no regime cubano. A sociedade ocidental capitalista voltou-se para Cuba para ouvir, contrariada, as severas críticas morais feitas pelo pontífice ao neoliberalismo como alternativa e ao bloqueio econômico imposto pelos EUA⁴³. Ao contrário dos prognósticos que previam uma desestabilização das estruturas do Estado após a passagem do papa, transcorrida, por sinal, em um ambiente de respeito mútuo, o que percebemos é um saldo positivo da visita, reforçando os laços de tolerância e convivência entre Estado e Igreja.

É importante salientar que a visita do Papa não deve ser considerada como um estopim no processo de aproximação entre o Estado Cubano e Igreja, e sim como parte constitutiva de um processo iniciado antes mesmo da década de 1990 e que não diz respeito apenas ao campo religioso, mas sim a uma reestruturação mais ampla da sociedade cubana, tal como foi visto no tópico relativo à renovação da sociedade civil.

III. b Intelectuais, crise e Revolução

O debate intelectual da década de 1990 assumiu o desafio de encontrar e dar visibilidade à pluralidade da sociedade cubana em uma Cuba que se queria homogênea e planificada. O ponto central desse debate foi a sociedade civil. A renovação pela qual a sociedade civil passou durante essa etapa e todo o debate suscitado a seu respeito são indispensáveis para a compreensão não apenas do funcionamento sócio-político do período, mas também para o entendimento das propostas de repensar a Revolução Cubana e os seus rumos.

A organização social que emergiu nos anos de 1960 conseguiu, de acordo com R. Abreu⁴⁴,

⁴³ CALZADILLA, Jorge Ramírez. Iglesia Católica, catolicidad y religiosidad popular ante el paso de Juan Pablo II. *Cuba: sociedad y trabajo*, 2000. pp. 4-7.

⁴⁴ ABREU, Reynier. “Cuba, sociedad civil e identidad: los años 90”. *Revista Cubana de Filosofía*, Nº12 (mayo-septiembre, 2008). s/p.

desenvolver e expandir a sociedade civil, mas, com o avançar do processo revolucionário, as organizações características da sociedade civil foram praticamente absorvidas, mesmo que de forma não oficial, pela administração governamental, sendo exemplo clássico o caso dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR).

Originados em 1960, os comitês são constituídos por três cargos principais. São eles: presidente e vice-presidente, eleitos dentre os membros do próprio CDR, e o agente responsável pela vigilância. Este para ser empossado depende da aprovação do chefe de vigilância de sua respectiva zona, que congrega os comitês sob sua alçada, e do parecer positivo do *Ministerio del Interior* que julga, a partir dos arquivos da *Dirección Nacional de Investigaciones*, os antecedentes do candidato para averiguar se já foi “*objeto de atención*” e, dessa forma, decidir se pode, ou não, ser considerado apto ao posto.⁴⁵

Inicialmente, a tarefa dos CDR era a de atuar na vigilância e na defesa da Revolução, além de esporadicamente executar tarefas de apoio a programas nacionais, tais como de saúde e de educação.⁴⁶ Aos poucos, tornaram-se vigilantes dos hábitos e movimentações da vizinhança, por meio do estímulo à delação, identificando aqueles de comportamento considerado inadequado ou suspeito. Passaram, então, a ser a linha de frente no combate ao “inimigo” e aos “agentes da contra-revolução” prestando irrestrito apoio ao PCC, partido único e oficial, demonstrando claramente a assimilação de organizações populares pelo governo.

Somente nos anos de 1990 que ocorreu uma mudança nesse quadro e a sociedade civil novamente adquiriu características autônomas ou de relativa autonomia. Os anos de 1990-1995 foram a etapa de maior desenvolvimento dessa renovação. Esses anos viram um grande crescimento no número de associações em geral e de organizações não-governamentais, sendo possível afirmar a existência de um fenômeno associativista. De acordo com estimativas, no ano de 1993, Cuba contava com mais de 1000 organizações independentes das instituições estatais, sendo algumas delas organizações não-governamentais que lograram ter uma real incidência pública. Essas ONGs, em muitos casos, contavam com financiamento ou auxílio de suas similares internacionais, em particular das européias e das canadenses, mas em nenhum dos casos assumiam o supostamente presumível discurso de apoio às políticas estadonidenses para Cuba.⁴⁷

A despeito desse primeiro lustro da década de 1990 ter sido de renovação, o ano de 1996

⁴⁵ Idem, pp. 288 -290

⁴⁶ Ibidem, pp.288-290

⁴⁷ Cf. ALFONSO, Haroldo Dilla. “Actores larvados, escenarios inciertos y guiones críticos: ¿Hacia dónde va la sociedad civil cubana?”, in: HERNÁNDEZ, Rafael et al (orgs.). *Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005, p.39. p.43

marca um avanço da burocracia governamental contra setores da sociedade civil. O registro para novas organizações não-governamentais foi suspenso e diversos grupos influentes na sociedade civil foram dissolvidos. Para H. Dilla, isso faz com que esse período de suposta abertura seja classificado por aquilo que denominou de *Tolerancia por Omisión*⁴⁸. Tratava-se de uma fase de estímulo ao exercício da crítica e de abrandamento de controles, sem que tenha havido na realidade um plano governamental de abertura política.

No entanto, é possível pensar uma interpretação alternativa para essa investida governamental contra a sociedade civil. Proponho que o caso cubano deva também ser entendido como uma disputa entre o projeto governamental de relativa abertura e o avanço crítico de uma sociedade civil que se encontrava em um momento de renovação e plena efervescência. Assumir essa perspectiva e compreender esse momento como uma etapa de negociação acerca dos limites permitidos de ação e de consenso é mais proveitoso do que uma abordagem teleológica que parte do fechamento final para afirmar que em nenhum momento houve real interesse em flexibilizar os entraves político-institucionais.

Prova disso é a elaboração que H. Dilla faz do quadro de agentes que durante o Período Especial passaram a compor a sociedade civil em Cuba. Para H. Dilla a sociedade civil passou a ser composta por: 1. organizações sociais de massa, que são consideradas pelo autor *correas de transmisión* entre o governo revolucionário e a sociedade civil, posto que atuam como prepostos e assumem posições políticas concordantes com as do governo, ainda que em suas bases apresentem brechas para uma relativa autonomia; 2. os intelectuais, plurais em suas posições políticas e ideais; 3. as organizações não-governamentais, um setor que congrega grupelhos sem grande incidência individual e coletivos de maior porte; 4. as organizações comunitárias, que apresentam significativo impacto nos bairros e comunidades; 5. os agentes do mercado, representados por empresários nacionais, nacionais associados com estrangeiros e estrangeiros, tipificados pelo autor como *actores internalizados*; 6. a oposição organizada, marcada pela diversidade e multiplicidade de suas organizações; 7. a comunidade emigrada, que se faz presente na constante remessa de divisas a partir do exterior; e, 8. os grupos religiosos, representantes de diversas crenças e igrejas⁴⁹.

Apesar das limitações existentes em uma apresentação tão fragmentada, é interessante utilizar os apontamentos desse autor para demonstrar o quanto o cenário da sociedade civil em Cuba

⁴⁸ Cf. ALFONSO, Haroldo Dilla. "Actores larvados, escenarios inciertos y guiones crípticos: ¿Hacia dónde va la sociedad civil cubana?", in: HERNÁNDEZ, Rafael et al (orgs.). *Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005, p.39.

⁴⁹ ALFONSO, Haroldo Dilla. "Actores larvados, escenarios inciertos y guiones crípticos: ¿Hacia dónde va la sociedad civil cubana?", in: HERNÁNDEZ, Rafael et al (orgs.). *Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005. pp.40-47.

ganhou novas cores e a marca da diversidade.

Nesse contexto, para a compreensão da “recém-descoberta” diversidade organizativa cubana o debate sobre a sociedade civil foi eleito como o principal ponto de combate. Politicamente, representou um esforço de democratização no sentido de assumir a existência da pluralidade entre os cubanos. Mais do que uma característica acadêmica de pesquisas longamente desenvolvidas e publicadas em obras a serem lidas apenas por aqueles que já são iniciados numa linguagem específica, o estudo da sociedade civil apresentou um forte tom de intervenção, tendo sido realizado principalmente a partir da publicação de artigos em periódicos de relativa circulação. É sintomático que R. Hernández, o principal representante desse debate, seja por formação um especialista em literatura francesa, e não um cientista social nos moldes clássicos. Além disso, seus trabalhos foram por ele justificados pela necessidade de *mirar a Cuba* e encontrar os cubanos, e não apenas se contentar com a oficial imposição de modelos teóricos de análise que obliteravam a realidade vivida no país. Para R. Hernández, “Cuba no es la transfiguración de una doctrina, ni la reificación de una filosofía totalitaria. Se trata de un país. Se escribe poco y se publica menos, dentro y fuera de Cuba, acerca de ese país real.”⁵⁰ Sendo assim, é possível identificar o quanto esse debate constitui e é constituído por um período político de reivindicações sociais. É também evidente o quanto a busca pela diversidade dos atores sociais está inserida em um esforço característico desse decênio de efetiva participação nas decisões dos rumos a assumir e a necessidade de reconhecer a voz das muitas “Cubas” existentes.

Os artigos produzidos por R. Hernández entre 1993-1994 são considerados o marco inicial para o debate sobre a sociedade civil. Nesses escritos, posteriormente reunidos no volume “*Mirar a Cuba: Ensayos sobre cultura y sociedad civil*”⁵¹, em forte tom combativo, a crítica do autor é dirigida às abordagens até então predominantes, que assumiam o governo revolucionário, os discursos políticos, as personalidades revolucionárias históricas e a organização econômica como aspectos privilegiados para o estudo da história da Revolução Cubana. Para R. Hernández, essas abordagens, sustentadas - nas palavras do autor - em uma interpretação “dogmática” e “catequética” do marxismo, promoveram uma visão distorcida na qual a sociedade e a história da Revolução aparecem em um bloco único e acrônico, como meros reflexos – homogêneos e harmônicos - do governo revolucionário e de discursos políticos. A alternativa proposta pelo autor nesses artigos é a adoção do conceito de sociedade civil tal como desenvolvido por A. Gramsci, juntamente com a valorização dos aspectos culturais da história de Cuba, usualmente renegados por conta de interpretações excessivamente economicistas.

⁵⁰ HERNÁNDEZ, Rafael. *Mirar a Cuba: Ensayos sobre cultura y sociedad civil*. La Habana: Letras Cubanas, 1999.p. 34

⁵¹ Os artigos de *Mirar a Cuba* foram originalmente publicados pela UNEAC e por La Gaceta de Cuba.

Em A. Gramsci, o conceito de sociedade civil é desenvolvido como parte constituinte de suas reflexões acerca do Estado e de seu funcionamento⁵². Para esse pensador, o Estado possui uma dimensão ampliada e é composto tanto pela sociedade política, responsável pelo exercício do domínio direto, como pela sociedade civil, “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”.⁵³ É importante salientar que essa separação é puramente metodológica, não sendo suas esferas passíveis de dissociação.

Uma das tarefas de destaque do Estado é a função educativa, responsável pela construção e hegemonização de valores e costumes na sociedade. O exercício dessa hegemonia deve ser entendido como a assimilação no todo social desses valores e costumes. É ainda importante pontuar que ao grupo dominante, caso deseje permanecer como tal, é necessário considerar os anseios e interesses dos grupos sobre os quais exercerá a hegemonia. A. Gramsci demonstra que o exercício da hegemonia não é meramente uma manifestação da força do grupo dominante com a prática coercitiva, sendo indispensável, portanto, compreender o consenso em torno dos valores hegemônicos.

Nesse sentido, R. Hernández buscará na visão ampliada de Estado desenvolvida por A. Gramsci inspiração para a interpretação da sociedade cubana. O conceito de Estado tal como elaborado por A. Gramsci pode ser entendido como um conjunto constituído por duas esferas indissociáveis, a saber: a sociedade política e a sociedade civil. Longe de representar uma dicotomia, sociedade civil e sociedade política significam uma interconexão complementar. Posto isso, o que R. Hernández propõe em *Mirar a Cuba* pode ser entendido como uma busca da metafísica do conceito de Estado em A. Gramsci, um Estado que é pensado tendo por base a impossibilidade de separação de suas esferas, interpenetradas de modo que praticamente inviabilizam a delimitação de seus espaços específicos. É nessa característica de indissociabilidade, presente na estruturação do conceito de Estado de A. Gramsci, que R. Hernández encontrará o referencial teórico para a legitimação da aplicação do conceito de sociedade civil ao caso cubano. Não deve com isso ser entendido que por conta de sua característica de indissociabilidade a aplicação desse conceito serve à subjugação ou a absorção da sociedade civil pela sociedade política. A utilização desse conceito foi justificada principalmente pela forte inserção da sociedade política na sociedade civil cubana. Isso não significa afirmar que a sociedade civil não existe em Cuba, é apenas a indicação de sua existência com características próprias. Ficou obscuro...

⁵² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere (V. 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. & _____. *Cadernos do Cárcere (V. 3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁵³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere (V. 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.20.

Entretanto, é preciso mais uma vez pontuar que o debate sobre a sociedade civil em Cuba não estava restrito ao ambiente acadêmico. Para muitos, a sociedade civil era uma característica típica do liberalismo e, portanto, incompatível com o projeto socialista, em que o Estado freqüentemente é tido como onipresente. Ademais, a defesa do desenvolvimento de uma sociedade civil em Cuba estava fortemente presente no discurso estadonidense e de alguns grupos opositores, em falas que assumiam a sua inexistência, o que colaborava para que houvesse forte resistência ao conceito. Contrapondo-se a essa visão, R. Hernández defendeu a aplicação do conceito de sociedade civil ao caso cubano, pontuando que as críticas feitas referiam-se ao fato de que o conceito de sociedade civil, mesmo entre marxistas, estava sendo utilizado em uma acepção liberal, isto é, de modo a marcar a separação total entre grupos e indivíduos do Estado. Sendo assim, o autor identificou a necessidade de redefinição de tal conceito tendo por base as especificidades da sociedade civil em Cuba de modo a ser tornar viável o reconhecimento de sua pluralidade, evitando as já criticadas interpretações centralistas.

Rechaçando a conotação anti-socialista do conceito de sociedade civil e adotando o modelo gramsciano, R. Hernández defenderá que a sociedade civil em Cuba existe com características próprias, não sendo semelhante ao modelo liberal e é a partir de seu estudo que será possível compreender a dinâmica diacrônica da Revolução e a diversidade da organização social em Cuba.

Lançadas as bases do debate, outros seguiram o caminho aberto por R. Hernández, mas não sem enfrentar a resistência dos ideólogos do Partido Comunista Cubano e de seus simpatizantes.

É possível traçar um histórico das disputas envolvidas na adoção do conceito de sociedade civil em três fases distintas⁵⁴. A primeira delas tem por marco final o ano de 1994. Até esse momento, o que predominou foi o rechaço ao conceito, classificado como instrumento teórico exclusivo dos detratores do regime cubano e do socialismo como alternativa ao modelo liberal. Não se pode afirmar a existência de um real debate nessa etapa, posto ser praticamente unânime o entendimento do conceito de sociedade civil em sua acepção liberal e a conseqüente recusa de seu emprego nos estudos sociais cubanos.

A segunda fase é iniciada pela publicação dos artigos de R. Hernández. Passa a ser possível identificar um real debate sobre o conceito, com a apresentação de posições diversas com relação a sua definição e aplicabilidade.

De um lado, os autores que permaneceram fiéis à ortodoxia e à abordagem oficial. Dois

⁵⁴ Faço uso da tipificação elaborada por J. Acanda. GONZÁLES, Jorge Luis Acanda. Cambios en la sociedad civil cubana y su reflejo en el pensamiento cubano desde los noventa al momento actual. in: HERNÁNDEZ, Rafael et al (orgs.). *Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005. pp.141-146.

artigos podem ser destacados como os símbolos maiores daquilo que posteriormente J. L. Acanda denominou de *marxismo de la sospecha*,⁵⁵ uma vertente que se recusou a reconhecer a necessidade de repensar os modelos interpretativos cubanos e a aceitar o conceito de sociedade civil como uma ferramenta útil, colocando-se contrária a uma outra perspectiva marxista que surgia disposta a rever a sua produção intelectual e a repensar a sociedade cubana e sua organização em vista da necessidade de democratização.

Os artigos “¿Sociedad civil o gato por liebre?”⁵⁶, de R. V. Vivó, e “Civilidad y participación”⁵⁷, de N. Núñez, escritos durante o ano de 1996, defendem a inexistência da necessidade de problematizar a sociedade civil e o seu funcionamento. O argumento central exposto nesses trabalhos é de que o conceito de sociedade civil estava intrinsecamente ligado aos interesses externos de desestruturação do sistema político vigente. A defesa presente era a de que em Cuba vigorava um sistema democrático que apenas seria aperfeiçoado caso permanecesse centralizado pelo governo revolucionário.

Por mais que pareça contraditório, lemos em A. Davalos que

El fortalecimiento del Estado viene por la vía de un perfeccionamiento democrático asentado en una cada vez más amplia y popular participación desde los Consejos Populares pasando por las Asambleas Municipales y Provinciales hasta la Asamblea Nacional del Poder Popular. Esto es, en primerísimo orden, aspiración, compromiso y tarea del Partido. Cumplir con eses objetivo hará a nuestra vanguardia partidista más fuerte e más democrática.⁵⁸

Desse modo, a atuação política permaneceria enclausurada nos limites dos órgãos governamentais reconhecidos. Organizações independentes e movimentos autônomos não deveriam competir com os espaços centralizados pelo governo e legitimados no discurso oficial como mantenedores da “democracia” cubana.

Nesse sentido, foi forjada a identificação do debate proposto em *Mirar a Cuba* com o discurso da necessidade do “desenvolvimento da sociedade civil em Cuba” que julgavam ser típico dos grupos “contra-revolucionários” – os “dissidentes” - e de todos aqueles supostamente alinhados às políticas estadonidenses. Fazendo uso mais uma vez das considerações de A. Davalos, é possível identificar de que forma essa associação foi fundamentada:

El estado burgués y el régimen económico que le sirve de sustento pretende utilizar el término de sociedad civil como una alternativa contra nuestro estado socialista y las relaciones económicas que el pueblo cubano, en el ejercicio de su derecho soberano,

⁵⁵ *Idem.* pp.142-143.

⁵⁶ VIVÓ, Raul Valdés. “¿Sociedad civil o gato por liebre?”. *Granma*, 02/01/1996.

⁵⁷ NÚÑEZ, Nestor. “Civilidad y participación”. *Bohemia*, Vol. Abril – 1996.

⁵⁸ DAVALOS, Armando Hart. *Sociedad Civil y Organizaciones No Gubernamentales*. *Granma*, 23/agosto/1996. p.3.

ha forjado.⁵⁹

Em contrapartida, um outro grupo formado por um número crescente de autores passou a utilizar o conceito de sociedade civil em seus artigos e intervenções públicas, afirmando a urgência de um olhar renovado ao caso cubano, capaz de dar conta de sua pluralidade e dinâmica. São exemplos: “*Sociedad civil y hegemonía*”,⁶⁰ de J. L. Acanda; “*Pensando la alternativa desde la participación*”⁶¹, de H. Dilla; “*Marxismo y espacio de debate en la Revolución Cubana*”⁶², de A. Alonso; “*Estado y sociedad civil en Cuba*”⁶³, de H. Azcuy; “*Cuba ¿Museo socialista o laboratorio social?*”⁶⁴, de J. A. Blanco; e, “*Izquierda y marxismo en Cuba*”⁶⁵, de F. Martínez, todos publicados entre 1995-1996.

Em linhas gerais esses trabalhos propunham, assim como R. Hernández, a redefinição do conceito de sociedade civil tomando por base o caso cubano, sendo predominante a utilização do conceito tal como elaborado por A. Gramsci. Conscientes das questões políticas envolvidas no debate acerca da sociedade civil e do contexto de transformações estruturais em Cuba no qual estavam inseridos, esses autores defendiam que assumir uma perspectiva não centralista do processo histórico da Revolução era um imperativo necessário para pensar um Estado mais participativo e menos hierarquizado. Respondiam, portanto, aos críticos com a afirmação de que era uma tarefa revolucionária repensar o Estado cubano de modo a dar conta da dinâmica de seus entes. Sendo assim, a sociedade civil e os aspectos culturais tornaram-se um campo privilegiado de estudo na busca por um entendimento amplo do processo revolucionário.

Tratava-se, portanto, de decidir qual seria a história a ser contada sobre o processo revolucionário e quantos seriam os atores a compor a sua trajetória. Esses autores que participaram ativamente da renovação do marxismo cubano optaram por uma história capaz de respeitar a historicidade da experiência cubana.

Atualmente, o debate intelectual cubano encontra-se em uma terceira fase, caracterizada pelo abandono de qualquer reticência ao emprego do conceito de sociedade civil à experiência cubana. Utilizado sem reservas, esse conceito permitiu o abandono do singular em favor do plural. Mais do que Cuba, falar dos cubanos. As abordagens essencialmente economicistas foram superadas em vista da compreensão da pluralidade e dos diversos aspectos da organização social.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ ACADANDA, Jorge Luis. “Sociedad civil y hegemonía”. *Temas*, nº 6 – 1996.

⁶¹ DILLA, Haroldo. “Pensando la alternativa de la participación”. *Temas*, nº 8 - 1996

⁶² ALONSO, Aurelio. “Marxismo y espacio de debate en la Revolución Cubana”. *Temas*, nº2 – 1995.

⁶³ AZCUY, Hugo. “Estado y sociedad civil en Cuba”. *Temas*, nº 13 – 1995.

⁶⁴ BLANCO, Juan Antonio. “Cuba ¿Museo socialista o laboratorio social?”. *Contracorriente*, nº 2 – 1995.

⁶⁵ MARTÍNEZ, Fernando. “Izquierda y marxismo en Cuba”. *Temas*, nº 3 – 1995.

Reivindicando a existência de uma sociedade civil em Cuba, esses intelectuais não apenas adotaram um referencial diferenciado, mas, principalmente, ajudaram a criá-la. Também contribuíram diretamente para o alargamento dos limites do dissenso e da oposição considerada legítima. Se hoje é possível dizer que se tratou de uma oposição ao registro oficial da Revolução é indispensável pontuar que antes dos anos 1990 o grupo encabeçado por R. Hernández facilmente seria classificado como típica dissidência. As disputas travadas por esse grupo com os representantes intelectuais do governo não são apenas uma narrativa crítica. São, mais do que tudo, manifestos em favor do renascimento da sociedade civil cubana e da sua urgente necessidade de democratização.

III.c A sociedade homogênea: a negação da pluralidade e o preconceito de cor

Amplamente estudada a condição negra em Cuba após a Revolução demonstra o interessante aspecto da padronização social revolucionária. A Revolução assumiu a política de homogeneizar a pluralidade social sob o rótulo de “revolucionário”. Assim, ao lidar com grupos ocai distintos não colaborou para o fortalecimento de diversas identidades. Ao contrário, agiu no sentido de impor a identidade revolucionária como exclusiva de modo a minar as aspirações concorrentes. Tal fato não ocorreu apenas com a população negra, mas por contar com inúmeras pesquisas esse foi o caso selecionado para exemplificar a política homogeneizante do governo revolucionário.

Em 1959, a Revolução vitoriosa não tardou a colocar em prática uma série de políticas sociais que objetivavam a superação da pobreza – em muitos casos da miséria – e das desigualdades sociais presentes na sociedade cubana. Não foi pequeno o esforço. Medidas ligadas à moradia e à existência cotidiana (a redução do preço de aluguéis, das tarifas telefônicas e dos combustíveis e o subsidiamento estatal de gêneros considerados fundamentais para a alimentação) e políticas de reparação de injustiças sociais (reformas agrária e urbana, nacionalização de empresas e dos sistemas educacional e hospitalar, universalização do acesso aos serviços de saúde e ampla campanha de alfabetização) fizeram presença no planejamento revolucionário.

Essas ações beneficiaram diretamente aqueles que se encontravam marginalizados. Parte significativa desse grupo era composta por negros. Ademais, existiram medidas específicas direcionadas para essa parcela da população. É um exemplo a eliminação de qualquer impedimento para que negros frequentassem locais públicos anteriormente reservados aos brancos. Antes da Revolução, era possível encontrar hotéis e restaurantes que limitavam ou até mesmo impediam a

entrada de negros em seus estabelecimentos. A partir da Revolução, tais proibições não foram mais toleradas. Não é, portanto, difícil compreender a rápida aprovação dos negros ao novo governo.

Para não dizer que o contentamento da população negra foi incondicional, é possível indicar um ponto de discordância. É feita menção ao caso da religião. Ao assumir-se comunista, em 1962, o novo governo adotou o ateísmo como linha oficial. A partir de então, Cuba não era apenas um Estado laico, mas, sim, um Estado ateu. ⁶⁶ Sendo assim, oficialmente o Estado não apenas indicava um predileção pelo ateísmo, mas trabalhava no sentido de sua imposição.

Esta política entrava em choque com o fato de a população negra ser fortemente religiosa. Herança africana, a Santería era a principal expressão religiosa entre os negros, seguida em distante posição pelo catolicismo, mais típico das elites brancas que migraram da Ilha após o triunfo revolucionário. A interdição da manifestação religiosa significou para boa parte da população negra um ponto de discordância com o novo governo. Por mais que alguns (é incalculável o número) tenham aderido ao ateísmo, outros permaneceram fiéis as suas crenças de forma secreta. Entretanto, ainda que a questão religiosa tenha sido motivo de desacordo, a avaliação do novo governo por parte dos negros permaneceu positiva tendo em vista as transformações socioeconômicas ocorridas.

Além disso, o novo governo condenava abertamente toda forma de discriminação e agia no sentido de viabilizar a superação das distinções sociais. A população negra foi efetivamente beneficiada. O acesso ao estudo e ao trabalho permitiu a superação da pobreza e a inserção social em condições similares aos brancos. A situação econômica do negro após a Revolução em nada era semelhante ao momento anterior.

Em conhecido poema, chamado Tenho⁶⁷, é possível encontrar uma ilustração do que passou a ser viver em Cuba para um negro após a Revolução:

Quando me vejo e toco
eu, Juan Sem Nada ainda ontem,
e hoje Juan Com Tudo,
volto os olhos, vejo,
olho-me e toco
e me pergunto como pode ser.
Tenho, vamos ver,
tenho o gosto de andar pelo meu país,
dono de quanto nele há,
olhando bem de perto o que antes
não tive nem podia ter.
[...]
Tenho, vamos ver,
que sendo um negro
ninguém pode me deter,

⁶⁶ Constitución de la República de Cuba versão 1976.

⁶⁷ GUILLÉN, Nicolas. Obras Poéticas. La Habana. Editora Letras Cubanas, 1981, T.2 . APUD BARÓ, Dionísio Lázaro Poey. Cuba: estratégias de sobrevivência de mulheres negras (século XX). Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

na porta de um dancing ou de um bar,
 Ou bem no balcão de um hotel,
 me gritar que não há quarto,
 um mínimo quarto e não um quarto colossal,
 um mínimo quarto onde eu possa descansar.
 [...]
 Tenho, vamos ver,
 que já aprendi a ler,
 a contar,
 tenho que já aprendi a escrever,
 e a pensar
 e a rir.
 Tenho que já tenho
 onde trabalhar,
 e ganhar
 o que tenho que comer.
 Tenho, vamos ver,
 tenho que tinha que ter.

Entretanto, a questão que cabe levantar é se a transformação na vida econômica dos negros implicou na extinção do racismo. Ao falarmos de um grupo étnico é sempre importante ter em conta a existência de mecanismos específicos de dominação que existem em conjunto e para além dos aspectos econômicos. Uma dominação que não é propriamente material, embora manifestadamente atue na realidade. Assim como a discriminação econômica representava um entrave à participação social dos negros, o racismo trazia a marca de uma sociedade acostumada a discriminar e a subjugar uma parcela da população. Portanto, modificar a situação do negro na sociedade cubana não era apenas uma questão econômica e por esse motivo é válido indagar até que ponto o governo revolucionário conseguiu perceber as nuances da marginalização dos negros e desenvolveu políticas para alterar a situação social vivenciada por esse grupo.

III.d O negro e a Revolução

Durante anos, Cuba foi marcada pela escravidão e após o seu término por políticas de branqueamento e de valorização do arquétipo europeu. O negro era sinal de atraso. Não era belo, nem confiável. Era a marca de um passado que deveria ser superado. A Revolução inquestionavelmente alterou a situação de marginalização do negro, mas até que ponto conseguiu transformar uma cultura política racista em uma cultura política que aceita e valoriza a diversidade étnica é o interesse de análise desse trabalho.

Antes do mais, é preciso pontuar de que forma é empregado o conceito de cultura política nesse texto. Como explica E. Dutra⁶⁸, a cultura política não é mero sinônimo de “força políticas” ou de “ideias políticas”. É, como pontua S. Bernstein⁶⁹, o resultado da conjunção de diversos elementos coerentes adquiridos a partir de espaços de sociabilidade política: nos anos iniciais, a família, posteriormente, os ambientes escolares e de formação profissional, juntamente com outros espaços de organização da vida em coletivo que exercem influência sobre um dado indivíduo. É importante destacar, que estas influências não resultam de manipulações ou doutrinação e de que em um indivíduo é possível perceber a ação de influências diversas.

Uma cultura política não forma bloco fixo e imutável. Em constante formação, sofrendo influência de outras culturas políticas e se reformulando à luz de novas questões lançadas pelo presente, uma cultura política existe enquanto é capaz de oferecer respostas aos indivíduos, não sendo possível sobreviver caso não consiga oferecer tais respostas e entre em contradição com a realidade vivida.

S. Bernstein. indica ainda que a cultura política uma vez internalizada transforma-se em um núcleo central do indivíduo e dos coletivos que a reivindicam, sendo responsável por uma leitura comum do passado e uma expectativa de futuro que atuam nas motivações das ações do presente. É, portanto, possível afirmar que uma vez interiorizada será difícil colocá-la em questão, posto que atua diretamente na formação da identidade individual, sendo exceção apenas um “grave traumatismo”.

Nesse sentido, uma sociedade de passado escravista e de manifesto racismo como a cubana do período anterior a Revolução desperta interesse no ponto em que se levanta a questão de até qual nível mudanças econômicas são capazes de alterar uma cultura política. É inegável o enorme impacto causado pela Revolução, mas seria ele o suficiente para ocasionar o “trauma” necessário para quebrar uma cultura política fortemente enraizada sem que tenha havido efetivo empenho no sentido de quebrar antigas crenças e difundir uma nova leitura de mundo no que diz respeito às relações étnicas?

O governo revolucionário foi o primeiro a reconhecer a existência do racismo em Cuba como um problema. Entretanto, reconhecia como um problema que era mero reflexo da realidade econômica.⁷⁰

Um dos ideólogos de maior destaque no que diz respeito à abordagem oficial da questão negra, é P. Serviat. Em sua conhecida obra “*El problema negro em Cuba y su solución definitiva*”

⁶⁸Eliana Dutra. “História e culturas políticas. Definições, usos, genealogias”, in *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002.

⁶⁹BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François(orgs). *Para uma história cultural*. Editorial Estampa, 1998.

⁷⁰SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. *Identidade e imaginário social: mulheres negras em Cuba após 50 anos de Revolução*. *Fazendo Gênero* 9, Diáspora, Diversidade, Deslocamento, 23 a 26 de agosto de 2010.p.4

disserta ao longo das páginas sobre qual defende ser a forma adequada para lidar com o racismo. Para o autor, não deveria existir nenhuma forma de organização autônoma independente. Os negros deveriam buscar a inserção nos organismos representativos reconhecidos pela Revolução e atuar juntamente com os brancos em favor do aperfeiçoamento do socialismo. Deveriam, portanto, seguir o padrão estabelecido para a representatividade em Cuba.

Como já antes mencionado, as organizações da sociedade civil foram praticamente absorvidas e o padrão estabelecido passou a ser o de atuação dentro das instituições oficiais, tais como o Partido Comunista Cubano.

Organizações de caráter étnico em nada poderiam contribuir e não eram recomendadas. Ao contrário, eram apontadas como uma espécie de racismo invertido, uma forma de manutenção da existência de distinções étnicas. Ora, se existisse uma organização de negros isso significaria, ainda de acordo com P. Serviat, a reafirmação da distinção entre brancos e negros. Além de fragmentar a sociedade cubana, esse tipo de organização em nada poderia contribuir para o objetivo maior de aprimoramento do socialismo cubano e para a completa superação da sociedade classista.

Em nenhum momento da obra é feita menção a necessidade de combater as formas características de dominação étnica. O autor reconhece a existência da situação desfavorável que prevaleceu durante anos para os negros, fato que atribui exclusivamente ao campo econômico. O livro de P. Serviat ilustra perfeitamente a abordagem oficial do racismo em Cuba: os negros ocupavam um papel de segunda classe antes da Revolução devido a existência de um sistema social excludente e a solução para essa questão encontrava-se na eliminação desse sistema.

Entretanto, é preciso considerar que esse posicionamento intelectual não era direcionado exclusivamente aos negros. A concepção do marxismo difundida em Cuba reduzia todas as mazelas sociais às questões econômicas e de classe. Até a renovação ocorrida no campo das ciências sociais na década de 1990, o tom oficial e predominante no discurso intelectual cubano era o da unidade nacional e o da inexistência de distinções sociais, posto ter sido findado o capitalismo. A dinâmica diacrônica da Revolução e a diversidade da organização social não eram reconhecidas nem estimuladas, ao contrário, eram combatidas. Por ser a sociedade de classe baseada em distinções, qualquer manifestação dicotômica da planificação estabelecida serviria apenas para alimentar características do sistema social a ser combatido.

Tendo em vista o acima exposto, é importante apresentar de que forma se deu a aceitação desses argumentos principalmente na população negra. Os autores apontam que o interesse manifesto do governo revolucionário em combater as disparidades e promover a melhoria das condições de vida da população foram o ponto central para a aceitação desses discursos. Os ganhos sociais não eram um embuste dos pronunciamentos governamentais, mas, sim, uma real transformação. As conquistas sociais da Revolução são inquestionáveis e os negros estavam no

grupo que em pior situação se encontrava antes de 1959. O impacto ocasionado na vida dessas pessoas foi enorme e contribuiu com o sentimento de que bastaria superar o capitalismo para que o racismo fosse eliminado.

Antes, iletrada e excluída do sistema de educação formal, a população negra viu mudar sua situação com a universalização do ensino gratuito. Além dos anos iniciais de instrução, a carência de especialistas ocasionada pela migração de boa parte da antiga classe média após 1959, fez com que houvesse estímulos para o ingresso nas universidades e a eliminação de possíveis entraves, tais como os excludentes exames de acesso. Após a conclusão dos estudos superiores, os recém-formados encontravam um mercado de trabalho irrestrito. Cuba conseguiu durante as primeiras décadas da Revolução ser um sociedade de pleno emprego. Sendo assim, com estudo e meios de sustento garantidos, os negros conseguiram ascender socialmente.

Cabe, no entanto, fazer algumas ponderações. Ainda que os negros tivessem passado a ter a mesma qualificação dos brancos, não era tão raro a existência de desfavorecimento quanto da distribuição de postos de trabalhos. Cargos de menor prestígio e de remuneração inferior costumavam ser confiados aos negros, enquanto que os brancos desfrutavam de melhor colocação. De certo que muito negros conseguiram galgar espaço em postos de elevada relevância, mas, ainda assim, existia tratamento diferenciado no universo do trabalho. Sem dúvida, mesmo que em condições inferiores, a situação dos negros estava economicamente melhor do que antes da Revolução e isso servia para atenuar esses contrastes e diminuir a possibilidade de conflitos étnicos abertos. Agora, essa constatação não permite desconsiderar o quanto que os negros ainda recebiam tratamento diferente dos brancos. E, tendo em conta a superação da pauperização, não era mais possível afirmar que a fonte desses desprestígios estava pura e simplesmente no campo econômico.

Ao falarmos de relações de dominação é sempre fundamental ter em conta a importância do simbólico na construção e reafirmação de estereótipos no campo social. Em Cuba, assim como em quase todos os lugares, o sistema televisivo é parte fundamental do aparato de divulgação de ideias e simbologias e servirá de exemplo para a discriminação que permaneceu mesmo após as transformações econômicas.⁷¹ Diferente dos países capitalistas em que os canais televisivos costumam selecionar sua grade de programas de acordo com a taxa de aceitação em vista de valorizar seus horários de modo a atrair anunciantes, o sistema televisivo cubano tem claro papel social. Sua função principal não é comercial, mas sim educativa. Cabe aos programas de televisão contribuir diretamente na aquisição intelectual e cultural da população cubana. É um sistema que possui claras diretrizes e respeita a linha das políticas oficiais. Nesse sentido, analisar de que forma os negros são representados na ficção desses programas é um interessante instrumento para

⁷¹BARÓ, Dionísio Lázaro Poey. Cuba: estratégias de sobrevivência de mulheres negras (século XX). Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2009. pp.181-183

entender o local destinado a esses entes no imaginário da sociedade cubana.

Nos programas televisivos, os negros são frequentemente apresentados em situação de inferioridade com relação aos brancos. Trata-se de uma distorção da realidade. Em Cuba, graças às políticas sociais implementadas quando da vitória da Revolução, a população negra é qualificada e atua em diversas áreas da economia. Ainda assim, em programas ficcionais televisivos de massiva divulgação a figura recorrente é a do negro ou a da negra como escravo ou escrava, como trabalhadores subalternos, como criminosos ou contraventores ou, ainda, com atuação ligada à prostituição. No contexto dessas obras de ficção, o negro e a negra permanecem relegados à marginalidade que mais do que em parte foi economicamente superada durante os anos da Revolução. Concretamente, a sociedade cubana não apresenta significativos desníveis no que diz respeito ao aspecto econômico entre negros e brancos. É evidente que existem campos de exceção, como o mercado ligado ao turismo⁷², mas mesmo assim não é possível afirmar que a colocação econômica seja o ponto que define a posição que os negros ocupam em Cuba. Sendo assim, é injustificável a quase ausência de negros e negras na ficção em situações diferentes das acima relatadas.

É mais do que claro que isso não significa que haja uma política governamental oficial em favor da discriminação desse grupo ou que os responsáveis por esses programas acreditem que os negros devam ocupar sempre situações de inferioridade social. É, entretanto, um indicativo de que por mais que as políticas sociais da Revolução tenham assegurado que essa parcela da população tivesse acesso à educação, ao emprego e à efetiva inserção social, a carência de políticas no sentido de combater os preconceitos alimentados durante anos de escravidão e de marginalização não permitiu a superação por completo da crença da existências de distinções baseadas na tonalidade da pele e de uma cultura política fortemente racista.

O racismo permaneceu. Em sua pesquisa, D.Baró apresenta dados que comprovam a afirmação feita. Em 1995, um levantamento foi realizado em três bairros da capital cubana com o ânimo de averiguar a imagem social que se tem do negro. Foi constatado que “58% dos brancos consideram os negros menos inteligentes; 69% expressaram que os negros em relação aos brancos possuem menos valores e decência e 68% dos brancos se opõem aos matrimônios inter-raciais”.⁷³ Tendo em vista o fato de negros e brancos serem economicamente similares, os dados poderiam ser considerados inesperados. Mas isso apenas se fosse aceito que a vida social existe como reflexo puro e simples da estrutura econômica e é determinada pela inserção dos indivíduos na produção econômica. Para isso, seria necessário negar os múltiplos aspectos da vida social. Seria necessário

⁷²DURÃES, Bruno José Rodrigues e MATA, Iacy Maia. *Cuba, os afrocubanos e a revolução: passado e presente*. S/d, p.147

⁷³ BARÓ, Dionísio Lázaro Poey. *Cuba: estratégias de sobrevivência de mulheres negras (século XX)*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.p. 196

desconsiderar os aspectos simbólicos e culturais envolvidos.

Ao desconsiderar todo o aparato que envolve a marginalização dos negros em Cuba e ao atribuir exclusivamente às questões de classe o racismo, o governo cubano falhou em desenvolver políticas voltadas para a solução desse problema. A Revolução não conseguiu fundar uma cultura política de valorização da diversidade étnica. Preocupada em desenvolver uma política revolucionária de valorização do *homem novo*, sacrificou as diversas identidades da sociedade cubana.

Reivindicar uma identidade étnica era sinal de desvio, de reminiscência burguesa. Era fazer permanecer a fragmentação capitalista em uma sociedade que se queria una e por assim se querer considerava inadequado a existência de múltiplas identidades. O revolucionário – o *homem novo* – era a identidade a ser fortalecida em favor da unidade nacional. Todas as outras deveriam ser sacrificadas em nome da Revolução. Mulheres, negros, religiosos, homossexuais... Todos deveriam aceitar que suas especificidades eram empecilhos que poderiam comprometer o aprimoramento do socialismo. Uma sociedade sem classes é uma sociedade sem nuances de acordo com a interpretação do marxismo feita pela Revolução. Insistir em distinguir era agir no sentido de manter aspectos característicos do capitalismo. Ao negar a existência das distinções sociais fora do capitalismo, o governo revolucionário acabou por renunciar a pluralidade social.

Talvez o momento em que mais claro ficou a permanência do racismo foi quando do retorno das dificuldades econômicas durante a década de 1990. Os empregos clandestinos e as atividades ilícitas ganharam força no período juntamente com a disseminação da prostituição. Nesse novo “setor econômico” a presença de negros passou a ser predominante com relação aos dos brancos.⁷⁴

Em parte, isso se deve as mudanças ocorridas no grau de instrução dessa população. Nos anos iniciais da Revolução, existia grande urgência de formação de profissionais qualificados. Os especialistas migraram e deixaram Cuba sem os profissionais de maior nível formativo, tais como médicos, professores e engenheiros. O grande estímulo ao ingresso no ensino superior assegurou a formação de novos profissionais e a entrada de negros em condições iguais nas universidades. Esse quadro foi alterado a partir do momento em que a necessidade desses profissionais foi perfeitamente suprida, não sendo mais necessário, portanto, a existência de estímulos ao ingresso nas carreiras universitárias. Por outro lado, os cursos profissionais de nível técnico e formação média passaram a rarear no mercado de trabalho e os estímulos do governo voltaram-se para o ingresso nesses estudos. E é possível constatar que os negros passaram a predominar na formação de nível técnico enquanto que o padrão universitário passou a ser o de maioria branca nas diversas carreiras existentes. Os estudiosos do tema indicam que caso as distinções étnicas e a cultura política do

⁷⁴DURÃES, Bruno José Rodrigues e MATA, Iacy Maia. *Cuba, os afrocubanos e a revolução: passado e presente*. S/d, pp. 147-148

racismo tivessem sido plenamente superadas, não surgiriam novas distinções sociais desfavoráveis aos negros, tais como as dos graus de formação, ao longo da Revolução e em particular durante o período de maior crise.

É possível, então, afirmar que apesar de economicamente não ter poupado esforços para modificar a situação de marginalidade em que os negros se encontravam antes da Revolução, por ter negligenciado os aspectos político-culturais que envolvem as questões étnicas o governo revolucionário não conseguiu efetivamente por em prática a eliminação do racismo. Sua interpretação estruturalista do marxismo não permitiu outra forma de agir. Negando a pluralidade da organização social e a existência de múltiplas identidades, relegou o racismo a um redução economicista e por esse motivo não concretizou a meta de uma sociedade sem discriminações mesmo nos anos de maior fartura.

Capítulo 2:

História Contada: o Movimiento Cristiano de Liberación e Cuba

I- História Política e História do Tempo Presente

A História tradicional, de matriz positivista, tinha como suas características principais a preponderância do político e o destaque dado ao Estado e aos seus grandes homens, a busca pela objetividade - materializada na redução do ofício do historiador à narrativa factual cronologicamente linear da história-, e o predomínio da documentação escrita de caráter oficial.

Tratava-se, portanto, de uma história centrada nos indivíduos, na oficialidade do Estado e que acreditava ser o político uma esfera dissociável do todo social.

É a esse fazer histórico que a Escola dos Annales vai direcionar suas críticas, estimulando os historiadores a assumir novas perspectivas. Em defesa de uma história-problema que fosse capaz de compreender a sociedade como um todo, o contexto histórico-social da atuação humana e a organização dos indivíduos em grupos passaram a ser valorizados em detrimento dos “indivíduos excepcionais” e da exclusividade do político. Para dar conta dos diversos aspectos da vida em sociedade, buscou-se a interdisciplinaridade em vista das contribuições que os outros campos do conhecimento poderiam oferecer à História. São também destaques da proposta dos Annales a ampliação da noção de “documento”, que não mais estaria restrita às fontes escritas oficiais, e um novo entendimento com relação ao tempo diferente da linearidade cronológica progressiva característica da história tradicional, além da alteração do enfoque do topo da hierarquia social para a sua base, concedendo destaque aos excluídos e marginalizados.

As críticas lançadas pela Escola dos Annales resultaram, dentre outras coisas, na associação entre a perspectiva tradicional da história e a história política, que, a partir de então, passou por um momento de declínio e descrédito, fase que perdurou até a sua retomada nos anos 1960. Em “Uma história presente”⁷⁵, R. Remond assinala que esse reencontro entre os historiadores e o estudo do político é devido à renovação da história política. Revendo seus preceitos e assimilando as críticas recebidas, enriquecida pelo contato com outras disciplinas, a história política passou a reconhecer que o político é um dos aspectos da vida em sociedade, não podendo ser compreendido sem os que os demais sejam considerados. Além do mais, passou a buscar dar conta de todos os atores da dinâmica social e assumiu uma temporalidade múltipla, composta por diversos ritmos.

Ainda assim, a noção de tempo de atuação clássica do historiador permanecia com força. O tempo do historiador persistia sendo o passado distante e não coetâneo. O fato objeto de estudo não deveria ter sido presenciado pelo agente da pesquisa durante o tempo de sua vida. Mesmo a Escola dos Annales com a sua enorme contribuição e crítica transformadora da produção historiográfica não conseguiu promover efetiva alteração nesse quadro.

Sobre a relação dos Annales com a contemporaneidade A. Sá afirma que:

Na França, com a revolução historiográfica empreendida pela Escola dos Annales, a partir de 1929 o contemporâneo encontrou um lugar legítimo na história, ainda que tenha mantido o estigma de objeto de estudo problemático e a sua legitimidade tenha sido constantemente questionada, tornando-se mesmo uma *história sem historiadores*. Na própria revista dos *Annales*, na década de 1930, a história do presente ficou por

⁷⁵ Uma história presente in: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV & Editora UFRJ, 1996.

algum tempo restrita aos cientistas sociais [...] ⁷⁶

Apenas após a II Guerra Mundial é que o contemporâneo ganhou espaço na atuação do historiador. A experiência da guerra e a urgência em entendê-la e o mundo que dela adveio atraiu a atenção do campo. O presente e suas vibrantes questões passaram a fazer parte das preocupações dos centros de pesquisa historiográfica.

Surgiu, assim, a história do Tempo Presente. Uma história coetânea ao historiador e ao seu trabalho. O distanciamento temporal não é uma de suas características marcantes ou até mesmo um imperativo para o seu desenvolvimento. Ao contrário, o testemunho pessoal dos processos estudados é uma constante. Não raro o historiador trabalha com processos históricos ainda inconclusos, o que faz com que a pesquisa ocorra ao mesmo tempo em que transcorre o curso da experiência histórica do objeto estudado.

Sendo assim, trata-se sempre de uma pesquisa com questões em aberto. Questões que nem sempre poderão ser respondidas. Muitas vezes o esforço é o de problematizar e trazer à luz o objeto de estudo indicando e apontando o que nele já é possível trabalhar tendo em vista as condições disponíveis. É, portanto, um trabalho a ser constantemente complementado, revisto e, até mesmo, corrigido em suas falhas. O caráter provisório é a regra.

O presente como objeto de estudo do historiador exige especiais cuidados. Um deles diz respeito ao fato do Tempo Presente ser o Tempo da Memória, como quer A. Sá. Em suas próprias palavras:

A relação entre história e memória constitui-se, assim, em permanente reflexão para o historiador preocupado com o mundo contemporâneo, na medida em que o Tempo Presente é o Tempo da Memória, isto é, o presente é um conteúdo da memória que constitui o substrato identitário das diferentes sociedades e a memória possibilita o desvendamento do presente. ⁷⁷

É, portanto, correto concluir que é no presente que a memória manifesta sua expressão revivendo e ressignificando o passado de modo a construir o futuro. Logo, compreender os caminhos da construção e da reconstrução da memória em suas lembranças e em seus esquecimentos é fundamental ao estudo do Tempo Presente.

II – Tempo Presente e Memória: a construção do arquivo do MCL

Uma das características identitárias do MCL é a utilização da internet. O grupo possui um sítio freqüentemente alimentado com novos dados ⁷⁸. Nele é possível encontrar informações sobre o

⁷⁶ ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando de. *A história do presente como tempo da memória*. s/p

⁷⁷ Idem. s/p

⁷⁸ www.oswaldopaya.org/

movimento em formato de texto, de áudio e de vídeo. Todos os projetos desenvolvidos pelo grupo estão disponíveis. É possível assinar o boletim de notícias para que se recebam informações diretamente em um endereço eletrônico pessoal, além de um acervo com documentos que por ora cobrem o período que vai de 1988 até os dias atuais de forma desigual. A documentação está concentrada nos anos mais recentes.

O sítio é o principal meio de divulgação de notícias sobre o grupo. É inquestionável a relevância de se fazer existir e de possuir um veículo capaz de dar a conhecer as ações desenvolvidas. É sempre importante lembrar que a atuação do MCL se dá em um país de forte e centralizada imprensa oficial. O silêncio sobre os opositores é uma constante em Cuba. É nesse sentido que o sítio torna-se um recurso extremamente rico para o contato com o mundo exterior e para manter-se vivo e atualizado no cenário político internacional.

O uso de uma nova tecnologia como instrumento político de divulgação é sem dúvida uma das muitas características interessantes e definidoras da personalidade do MCL, mas não se trata apenas disso. É fundamental pontuar a existência do acervo de documentos disponibilizado.

O MCL seleciona, organiza e disponibiliza a sua documentação de modo a constituir um arquivo virtual para eventuais pesquisadores e interessados em geral na trajetória do grupo. Ter um arquivo próprio não é um ato de vaidade ou um capricho menor. E não se deve recorrer unicamente à explicação da busca por visibilidade para esclarecer o tempo despendido e o empenho necessários para a construção do arquivo virtual. Trata-se, também, de uma disputa pela memória. Pode-se inclusive, dizer que é o interesse não expresso e o mais interessante a ser revelado no estudo da constituição do acervo.

A memória constantemente é utilizada nas disputas pelo poder por aqueles que querem e almejam interferir no curso da história. Contar ou recontar a história é força poderosa no jogo político quando se consegue deter a versão dominante.

M. Pollak⁷⁹ ensina que a memória é constituída tanto por lembranças, quanto por esquecimentos e atua diretamente na constituição da identidade de indivíduos e grupos. Submetida ao presente e aos seus imperativos, a memória constantemente é reconstruída, hierarquizando e organizando os elementos constitutivos de acordo com o que é propício ao seu contexto de atuação. Disso decorre que tanto o ato de esquecer, como o de lembrar não são fixos e não apresentam sempre o mesmo padrão. Transmitida no ambiente e em redes de sociabilidade, a memória é alimentada pelas experiências que ocorrem ao passar do tempo, sendo informada por diversas fontes.

O autor afirma ainda que é possível identificar a existências de várias memórias em um dado contexto. Caso essas memórias estejam integradas à memória dominante, poderão coexistir sem que

⁷⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos. 1989/3 Rio de Janeiro: FGV

com ela entrem em conflito. No entanto, caso entrem em contradição e encontrem um momento apropriado para a sua atuação, os silêncios do esquecimento e o inconscientemente reprimido rapidamente são acionados e as memórias entram em disputa.

O MCL disputa a memória da Revolução com o governo revolucionário ao mesmo tempo em que constrói a sua identidade como oposição. A utilização que faz da memória no terreno da identidade atende tanto à formação do grupo quanto à tentativa de renovação da identidade cubana estabelecida ao longo dos anos revolucionários.

A identidade que se faz menção é a do revolucionário. A rigor, a identidade nacional está historicamente associada ao ser revolucionário. Para ser cubano há que ser revolucionário. Intrinsecamente é uma identidade construída e fixada que em muitos aspectos atua na consolidação e continuidade do sistema revolucionário e de seu modo de governar. Assim, o trabalho do MCL é o de desconectar os dois termos - “revolucionário” e “cubano” - de modo a fomentar uma identidade descolada da Revolução. Tal tarefa é uma disputa aberta.

Enquanto ao governo interessa demonstrar e constantemente reforçar a idéia de que o cubano surge em sua essência quando da Revolução – livre, autônomo e senhor de seu destino -, ao MCL cabe insistir no fato de que o “cubano” antecede o “revolucionário” e até mesmo existe sem que dele dependa ou haja algum tipo de conexão obrigatória com a experiência revolucionária.

A construção do “revolucionário” na identidade cubana é parte dos efeitos da memória construída pela Revolução. Uma vez solidificados certos elementos constitutivos da identidade pela memória não serão pequenos abalos que causarão alterações fundamentais. Assim, o decorrer do percurso revolucionário e as críticas ao longo do processo não foram capazes de alterar o ponto central da identidade pátria cubana.

M. Pollack explica que

É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece geralmente em memórias construídas coletivamente – houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala.⁸⁰

Sendo assim, a consequência central de tal fato para aqueles que atuam no campo das oposições é a de que as críticas direcionadas ao governo revolucionário são transformadas em críticas à Revolução e, portanto, à Cuba.

Assim como a memória a identidade está em conflito constante. É sempre uma possibilidade

⁸⁰ Idem. p.2

de disputa e de reconfiguração. Apresentar uma alternativa de identidade ao padrão “revolucionário” é a forma encontrada pelo MCL para construir a sua própria identidade social. Somente quando para ser cubano não for mais necessário ser revolucionário será possível ao MCL ter assegurada a sua identidade como oposição legítima. Mais uma vez será preciso recorrer a M. Pollack . O autor afirma que

Se assimilarmos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente é o Outro. Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.⁸¹

O MCL luta, portanto, pela própria identidade. A saída da condição de “dissidência” - de uma oposição que não é legítima e é criminalizada – para a de uma oposição reconhecida é talvez o maior desafio. Seria conseguir reverter a relação estabelecida entre o governo revolucionário e as oposições.

Na atuação que o outro tem na construção da identidade do MCL reside a chave do conflito. Entre dissidência e oposição o MCL traça o seu caminho buscando o espaço político que é negado aos opositores criminalizados em dissidência. É nessa negociação com o outro que lhe atribuiu o termo dissidente que o MCL atua buscando combater a sua expressão. A força presente daquilo que em suas Cartas do Vidente ⁸²A. Rimbaud sentenciou na assertiva de que “Eu é um outro” , posto que “É errado dizer: Eu penso: dever-se-ia dizer: sou pensado. - Perdão pelo jogo de palavras. Eu é um outro.”⁸³

É esse outro - na interação com esse outro - que atua diretamente na construção da identidade do opositor como dissidente. É ele quem define as margens do dissenso legítimo e expulsa do ser cubano todo aquele que ultrapassa o limite permitido de desacordo.

Em um espaço não físico residem aqueles que Cuba renega. Trata-se do insilio. Na ausência de uma categoria sociológica capaz de melhor expressar a condição do opositor-dissidente quando em solo cubano será feita a apropriação de uma categoria literária como um instrumento que possibilite uma maior aproximação do cotidiano vivido pelos grupos opositores. Trata-se do *insilio*.

Em um jogo de prefixos, o *insilio* é um neologismo criado na língua espanhola para dar conta da realidade de um “exílio interno”⁸⁴. Figura presente na literatura cubana, de forma explícita

⁸¹ Idem. p.5

⁸² RIMBAUD, Arthur. *Cartas do Vidente*. Sem referência.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Para uma explicação sobre o neologismo cf. ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959 -1971). *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, V. 19, nº 1. p. 73.

ou tácita, refere-se à condição de existência daqueles que mesmo que não tenham sido apartados de sua terra de origem – Cuba -, se encontram em uma situação próxima daqueles que vivem no exílio. Em outras palavras, ainda que permaneçam em solo pátrio, por não concordarem com as diretrizes traçadas pelo governo revolucionário e com os valores hegemônicos em Cuba, os membros dos grupos de oposição enfrentam severas restrições a sua sociabilidade e vida pública.

Párias sociais renegados pelo todo social que enfrentam severa resistência ao reconhecimento da legitimidade de suas demandas. Vestido com os trajes do “estrangeiro” são reduzidos em seu papel social à materialização em solo cubano de “ideologias infiltradas”, sendo esse um sinal da negação de sua própria cubanidade.

Sendo assim, compreende-se o esforço do MCL de disputar a memória da Revolução e a sua identidade em paralelo com a identidade do ser cubano. O MCL montou o seu acervo com o intuito claro de contar a sua história. Entramos, portanto, no terreno das disputas pela memória. Na história que o MCL quer contar e nas motivações envolvidas. Ao contar a sua história o grupo entra em disputa com a história oficial cubana sobre as oposições. Busca demonstrar a sua atuação e a relevância histórica da sua presença em Cuba. Disponibilizar o seu acervo e assegurar que pesquisadores poderão realizar consultas e obter informações sobre o grupo é garantir uma entrada para a história a seu modo.

Nos caminhos da memória já foi visto o quanto que os esquecimentos são tão importantes quanto as lembranças. Sendo assim, é preciso pontuar alguns aspectos. A organização do acervo foi realizada pelo MCL o que impõe a conclusão de que houve uma seleção prévia do material. Existem períodos inteiros sem documentação. Difícil estabelecer o quanto a ausência é devida à falta real de documentação ou ao desejo de ocultar o material existente. E, caso seja um desejo de ocultação, poderia ser tanto por motivos políticos definidos quanto por se julgar que determinada documentação não tem sua relevância justificada no oceano de informações prestado pelo MCL. Fato é que a documentação parece seguir um curso, ter uma história para contar. A documentação disponível demonstra atender diretamente aos elementos de identidade reivindicados pelo grupo. Ainda que não seja um texto corrido escrito segue uma lógica e uma ordem. Possui temas definidos de organização e transcorre de modo a contar a história do MCL tal qual o grupo deseja como seja contada. Cabe, assim, problematizar a seleção realizada pelo grupo não apenas considerando o que há de disponível, mas, também, as ausências possíveis de detectar.

É preciso ter em conta que o ato de contar a sua história atende diretamente as necessidades de atuação no presente. De legitimidade e de espaço para as suas demandas. Se utilizada de forma favorável pelo grupo a memória pode auxiliar no estreitamento dos laços e na construção da identidade. Ademais, atua diretamente na construção do consenso social. É J. Le Goff quem afirma que:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é um das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas.⁸⁵

O grupo que detém a memória sobre determinado aspecto da história é aquele que consegue estabelecer o consenso necessário para levar adiante os seus projetos e manter-se hegemonicamente. Disputar o poder com o governo revolucionário é também disputar a memória da Revolução com o governo. O MCL possui um projeto de memória que é a base do seu projeto político. E no seu projeto de memória que o MCL atua de modo a se fortalecer como grupo opositor.

Será evidenciado adiante que o MCL consegue identificar que a ditadura cubana não é fruto exclusivo da existência da figura carismática de um ditador. Desse modo, identifique que para levar adiante as transformações que pretende não bastará apenas uma transição de governante, será necessário renovar os valores da sociedade cubana. Nesse sentido, um projeto de memória que recontar a história da revolução e da atuação das oposições é perfeitamente compreensível dentro de seu projeto político de transformações. Sendo assim, será na problematização da construção de seu arquivo que o estudo da batalha pela memória travada pelo MCL iniciará.

III– O MCL conta a sua história: arquivo virtual e documentos disponibilizados⁸⁶

Para contar sua história o MCL escolheu ter como documento número 1 disponível para consulta uma nota de jornal publicada em dezembro de 1988. Nela é possível ler a notícia de um processo aberto devido à distribuição de 2000 exemplares de um panfleto intitulado *Pueblo de Díos*. A nota é pequena, quase mínima, mas é esclarecedora por ter sido escolhida para abrir o acervo do grupo. Ela facilmente indica a associação com o cristianismo católico. Abaixo a transcrição:

En la comunidad internacional de exilados cubanos se comenta en estos días el próximo proceso contra un nuevo grupo de disidentes: Oswaldo Payá Sardiñas, Santiago Cárdenas y Rolando Gabín, un ingeniero y dos médicos, cuyo único delito há sido haber repartido dos mil ejemplares de una revista religiosa, 'Pueblo de Díos', sin pretensiones políticas.⁸⁷

É um destaque a informação de que não existia nenhuma pretensão política na elaboração e

⁸⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Edu. Unicamp, 1990. P.426

⁸⁶ Todos os documentos citados foram retirados do sítio oficial do MCL.

⁸⁷ Dezembro, 1988

na distribuição da revista. Adiante será explicada a reincidente defesa do apartidarismo pelo grupo. Por ora, cabe apenas levantar algumas questões.

No lusco fusco criado pela carência de documentações, o mais profícuo é indicar as ausências que conduzem à reflexão. Assim, ao que tudo indica o MCL é filho da reunião de um grupo de leigos interessados em ter uma atuação mais participativa nos rumos do catolicismo cubano. Nasceu, portanto, dentro dos muros da Igreja, ainda que não indique ter tido participação organizativa de membros do clero. A questão é, portanto, identificar o momento preciso em que esse grupo ultrapassa os limites da atuação local para buscar incidir socialmente como um grupo organizado de oposição – o MCL.

A ausência a destacar é o fato de que o acervo salta da pequena nota de dezembro de 1988 para uma documentação não correlacionada de outubro de 1990. É inevitável questionar qual seria a razão do MCL não ter interesse em esclarecer o máximo possível o evento de seu nascimento. Não é um fato desprezível ou de menor de curiosidade. A qualquer um que interesse a história do grupo a sua gênese e de incontestável relevância. Sendo assim, como explicar o fato de um movimento político montar um arquivo virtual para contar a sua história e praticamente obliterar o momento em que é fundado?

Consta em seu sítio a informação de que entre 1986 e 1988 é fundada por O. Payá a *Peña Cristiana del Pensamiento Cubano* na paróquia de El Cerro e de que publica *Pueblo de Dios* com o fito de que seja distribuído em todas as igrejas. É nesse intervalo de tempo que o MCL é fundado. De acordo com o próprio sítio seu nascimento ocorre no ano de 1987. A despeito das datas e da nota sobre a distribuição dos 2000 exemplares de *Pueblo de Dios*, não é possível ter conhecimento das circunstâncias que levaram à formação do MCL e a própria revista *Pueblo de Dios* não é disponibilizada para consulta e leitura.

Em larga medida a opção feita pela divulgação dos documentos é contar a história do grupo a partir do transcorrer cronológico das campanhas realizadas. Temos, assim, no período delimitando para a pesquisa *Proyecto Varela*, *Diálogo Nacional* e *Todos Cubanos*.

De todos, o *Proyecto Varela* ganha destaque na documentação. Não é nenhuma surpresa. É com o projeto que o MCL ganha visibilidade e ultrapassa os limites geográficos da Ilha. Ademais, passa a ser um grupo opositor com um projeto político divulgado e uma força de ação definida.

O caminho legal e a exploração das brechas existentes na legislação revolucionária é um ato inovador. O MCL faz uso da própria legislação revolucionária para tentar reverter a situação política cubana a favor dos descontentes. Consta no ano de 1998 um reveladora entrevista concedida por O. Payá. Nela é possível decifrar a particular visão construída pelo grupo sobre o funcionamento político de Cuba e sobre os pontos que são a diretriz do *Proyecto Varela*. Segue uma parte da entrevista:

El Proyecto Varela es un proyecto que pide al ciudadano su participación concreta para buscar la solución del problema cubano. Que participación? Exigir, pedir legalmente, apoyados en el Artículo 88 de la Constitución, un referéndum sobre cambios en las leyes. Nosotros estamos proponiendo cambios concretos que garantice la libertad de expresión y asociación, la libertad de los presos políticos, la posibilidad de que los cubanos tengan sus propias empresas, porque eso es un privilegio ahora de los extranjeros, una nueva ley electoral porque la actual Ley Electoral viola la constitución y es antisoberana y nuevas elecciones. Esto no es un proyecto político en cuanto a un nuevo modelo socio-económico. Esto es un primer paso para que los cubanos tengan la capacidad de participar en la vida política y económica de su país, de elegir sus gobernantes, de ser elegidos. Es decir, es un primer paso que va en la participación libre y responsable de los ciudadanos, para que después de un consenso, podamos escoger un camino a más largo plazo. Pero ese primer paso tiene que darse. Es urgente. Y si nos quedamos en la contemplación van a pasar momentos muy duros para Cuba que está sufriendo ahora una tendencia de un proceso de descomposición, de corrupción, de la creación de grupos de poder, de una nueva oligarquía que se está fomentando y de intereses que se van acomodando con uno u otro argumento, unos muy burdos, otros muy bien elaborados, pero con la teoría de que hay que esperar a que pasen las cosas, hay que esperar el tiempo, quizás a que Fidel no esté. Y esa es la teoría del oportunista. Y la del Movimiento Cristiano Liberación es que hay que servir al pueblo desde ahora porque los cambios tenemos que hacerlos nosotros, pacíficamente, pero nosotros. Esa es nuestra posición. Te doy las gracias por darme la oportunidad de exponerla y ojala que sea escuchada.⁸⁸

Em sua trajetória o MCL conseguiu estabelecer pontos de distinção que permitem atribuir originalidade política ao movimento. A leitura que fazem da realidade cubana, do governo e de seus governantes é incontestavelmente uma evidência.

Para o grupo não existe a possibilidade de reduzir o funcionamento social cubano a um líder e a seus desejos. A atuação do grupo é até mesmo instrutiva nesse aspecto. F. Castro não é considerado a personificação do sistema político. Não é a sua existência e vigência no cargo executivo maior que determina em exclusivo os rumos da política cubana. A ditadura não é o ditador.

Demonstrando maturidade em sua leitura da realidade o movimento consegue identificar que uma eventual saída de F. Castro não seria o suficiente para que mudanças estruturais ocorressem em Cuba. O movimento esclarece que o ponto central é o fato de que se trata de uma estrutura social complexa. De um modelo de Estado construído ao longo dos anos revolucionários e perfeitamente enraizado.

Sendo assim, ao traçar sua estratégia condena em seus discursos como sendo oportunista a expectativa em torno em torno da saída de F. Castro ou de ondas autônomas capazes de paulatinamente alterar a configuração social cubana. Ao contrário, defende a participação ativa da população.

O MCL ambiciona mais do que a mera derrubada de governantes, intenciona a edificação de

⁸⁸ Março, 1998

um novo Estado a partir da reformulação da sociedade cubana e de seus valores. Deseja que seja construída uma mais afeita politicamente ao reconhecimento dos direitos de liberdade de expressão e de associação, da liberdade empresarial e de um sistema política pautado no pluripartidarismo, que são os eixos centrais do *Proyecto Varela*.

Cabe destacar que o *Proyecto Varela* foi acompanhado por uma campanha de recolhimento de firmas promovida para cumprir com a exigência legal do número de assinaturas exigidos de modo que fosse possível apresentar o projeto na *Asamblea Nacional*.

A própria campanha pelo recolhimento de firmas em favor do projeto configura um ato de divulgação das ideias opositoras e de formação de base. Para assinar a petição era preciso informar nome completo, endereço residencial e número de identificação civil. Em outras palavras, foi um ato de trazer à luz os descontentes. De nomeá-los e apresentá-los como muito mais do que um gueto desorganizado e golpista. Foi uma campanha capaz de no seu somatório de nomes demonstrar a insatisfação dos próprios cubanos e o desejo de mudança presente em alguns setores. O MCL ganhou destaque dentre outras coisas por ter conseguido ser uma oposição interna e organizada que buscou demonstrar o desejo de transformação partindo daqueles que residem em Cuba. Se de nada mais serviu a campanha do levantamento de firmas tendo em vista a não aceitação de votação do plebiscito, sem dúvida serviu para mostrar a face dos que discordam. Não como gusanos, vermes rastejantes e ocultados nas sombras. E, sim, como cubanos que aceitam sob repressão informar os seus dados pessoais ao governo na esperança de fazer valer seu desejo de renovação.

Não cabe aqui debater em extensão os projetos do MCL. Toda a discussão sobre tal ocorrerá no capítulo 3. Sendo assim, a exposição passará a apresentar de que forma a documentação do MCL é disponibilizada de modo a reafirmar as características arrogadas ao grupo.

IV- O cristianismo católico e a inspiração religiosa

Inquestionavelmente o caráter cristão católico é uma força agregadora e propulsora do MCL. Apesar da autodefinição de partidário poucas características são tão evidentes no grupo quanto a sua inspiração religiosa.

A assertiva acima conduz a uma interessante questão. É sabido que o MCL é formado em fins da década de 1980. Sendo assim, sua gênese está contextualizada em um período ainda marcado pela oposição entre a Igreja e o governo revolucionário. Isto posto, é na década de 1990 que o grupo começa a estabelecer sua personalidade de modo mais claro e se define como oposição. Ora, foi previamente exposto no capítulo 1 que esse é o momento de reconciliação entre a Igreja e o governo. A ausência de fontes orais não permitirá a exploração por completo desta problemática, mas no arquivo virtual do MCL é possível encontrar algumas pistas de como o grupo vivenciou essa

transformação e de como o cristianismo católico compõe a sua identidade.

É feita a opção de demonstrar no mesmo bloco a filiação ao cristianismo católico e a defesa integral do pacifismo. As duas problemática caminham lado a lado e são complementares. É necessário apenas fazer a ressalva de que o pacifismo do grupo não pode ser simplificado ou reduzido ao catolicismo. Há mais do que a submissão a um doutrina teológica. Trata-se também da opção por um caminho capaz de oferecer maior segurança a todos aqueles que optarem por seguir junto com o MCL. Mais ainda, a partir da documentação disponível foi possível constatar o quanto que o pacifismo também é uma das moedas de troca com a comunidade internacional. O quanto que é o pacifismo que assegura ao grupo a certeza de não ser classificado como um grupo terrorista e manter a sua denominação de organização pacífica política de oposição.

IV.a- Cristianismo católico:

É de conhecimento que foi atribuído ao papa ação de destaque no desmonte do socialismo do Leste pela imprensa internacional. Em particular, é possível sublinhar o caso polonês no qual a visita do pontífice foi marcada pelo tom fortemente crítico e político. Assim sendo, poucos não foram aqueles que ansiavam que o mesmo ocorresse em Cuba. Entretanto, o tom utilizado em Cuba foi moderado e conciliatório. Uma possível explicação para a diferença de tratamento é o fato da década de 1990 ter sido uma fase de aproximação entre a Igreja e o governo revolucionário. Um esforço de reencontro que culminou na própria visita de João Paulo II.

Em uma entrevista (disponibilizada no sitio do MCL) para falar sobre suas impressões a respeito da visita do Papa, O. Payá fez questão de mencionar aquilo que considerou uma omissão: o fato da oposição não ter sido mencionada no discurso de João Paulo II. Abaixo, um fragmento:

Creo que hubo una omision desde mi punto de vista grave al menos aqui en La Habana y en general, de ni si quiera mencionar la existencia de la disidencia aquí en Cuba y la oposicion que son un sector de la sociedad. Ya no es que se politice la visita del Papa, es que no se excluye a ese sector de la sociedad tan importante que es la avanzada de la sociedad porque es la que defiende los derechos de todos, de manera publica, sin tener micrófono, ni muchos recursos, ni quizás tanto apoyo, pero a base de mucho sacrificio.

[...]

Y ademas que es un sector amplio, o por lo menos muy importante de la sociedad. No se les puede excluir, no se les puede excluir inclusive como laicos dentro de las ceremonias, porque ninguno fue invitado a nada, no ya como disidentes, ni como personas.⁸⁹

É preciso pontuar que é nesse decênio que ocorre o debate sobre a sociedade civil cubana. Foram anos de incerteza e de pungente criticidade. Apesar da grande crise econômica Cuba não

⁸⁹ Março, 1998

esmoreceu politicamente e muitos intelectuais se apresentaram publicamente para o debate. Era preciso definir se existia, ou não, sociedade civil e, caso a resposta fosse positiva, demonstrar qual era a sua composição. Sendo assim, não é nenhum espanto constatar a dedicação do MCL em ter o campo das oposições representado quando da visita do pontífice. Momento em que os olhos do mundo ocidental estavam curiosamente voltados para a Ilha, portanto, uma ótima oportunidade de ganhar visibilidade. A sociedade civil estava em disputa e cabia o esforço de se fazer presente e de reivindicar legitimidade.

É assim que podemos perceber que o reconhecimento das oposições como parte constitutiva da sociedade civil não foi nenhuma benesse dos intelectuais envolvidos no debate. Ao contrário, contou com o esforço e o protagonismo dos opositores.

Cabe ainda destacar que em diversos casos o movimento busca demonstrar aproximação com a Igreja. Tal busca de legitimidade na Igreja demonstra não apenas a predileção religiosa do movimento como, também, a escolha por se aproximar de uma instituição historicamente associada à oposição ao governo. Vários serão os momentos em que a documentação disponibilizada pelo MCL demonstrará tal tentativa de proximidade. A seguir é possível ler um trecho que trata do momento em um dos de O. Payá necessitou de cuidados médicos especializados no exterior e para garantir o seu direito de saída contou com a ajuda da Igreja.

Una gestión conjunta de la Iglesia Católica cubana y los gobiernos de Estados Unidos y Cuba logró en tiempo récord que Oswaldo Payá Acevedo viajara a Miami para recibir atención médica especializada, reveló su padre, el líder opositor Oswaldo Payá Sardiñas. La Iglesia Católica en La Habana intercedió directamente ante el gobierno de Fidel Castro para conseguir el permiso de salida para Payá Acevedo y sus padres. “Donde único se podría lograr un tratamiento heroico era aquí”, dijo Payá, coordinador nacional del Movimiento Cristiano Liberación en Cuba.⁹⁰

O fragmento anterior não deve ser entendido apenas no tom de uma denúncia contra o sistema de saúde cubano. O que parece ser mais interessante é a divulgação da ação da Igreja em auxiliar o concedimento de autorização para a saída de Cuba. Demorado e nem sempre garantido, o visto de saída exige procedimentos burocráticos demorados. A ênfase no “tempo record” para a autorização vem a confirmar que a intervenção da Igreja foi fundamental para agilizar o processo. Demonstra assim que para a Igreja cubana O. Payá é um elemento que merece esforços extras.

O discurso cristão católico também serve como fundamentação para as bandeiras levantadas pelo próprio movimento. Um exemplo é a forma como o discurso realizado por João Paulo II é apropriado pelo grupo. É possível identificar tal fato nos comentários feitos por O. Payá ao discurso realizado pelo papa. Cito abaixo:

⁹⁰ Abril, 1997.

El nos dijo: ¡No tengan miedo! ¡Los cubanos deben ser los protagonistas de su historia! Esa ha sido nuestra inspiración para luchar por la verdadera liberación. Damos gracias a Dios, por habernos dado a este maestro, profeta y pastor por todos estos años. ¡No tengan miedo en abrir las puertas de sus corazones a Jesucristo!, clamaba. Ojalá que todos lo escucharan.⁹¹

Uma das bandeiras do MCL é a de que os próprios cubanos residentes na Ilha é que deverão protagonizar as transformações desejadas. São eles que deverão problematizar o cotidiano cubano, levantar demandas e buscar caminhos para que possam concretizar suas políticas. O que o grupo almeja para os cubanos é prosclênio da luta política e não a coxia limitada e tutelada por estrangeiros. Não existe, portanto, a possibilidade de atribuir ao MCL o estereótipo *gusano* – os entreguistas, traidores da pátria e da revolução, aqueles que não merecem confiança e que frequentemente colocam em risco a soberania nacional. Na documentação disponível, não é solicitada intervenção política ou armada. O que se percebe em realidade é o forte desejo de autonomia.

A “americanização” da solução para a democratização cubana é condenada. Aos EUA é relegado o papel de apoio moral e de solidariedade aos cubanos. Financiamentos e intervenções diretas são execrados. A defesa presente é a da prevalência da autonomia dos agentes internos. Inclusive, tal como pode ser visto adiante, a tentativa de ingerência dos EUA é vista como um desserviço.

Por ello, según Payá, la decisión de EEUU de crear una 'Comisión de Ayuda a una Cuba Libre', anunciada el pasado octubre con el objetivo de acelerar y planificar la transición democrática en la isla, fue un 'error'.

(...)

'Hay que desamericanizar la visión de la solución al problema cubano. Los cambios en Cuba corresponde hacerlos a los cubanos', opinó. 'Estados Unidos puede dar solidaridad y apoyo moral, pero suponer que esa transición se puede diseñar así, desde fuera, es irreal y no corresponde, porque la transición la haremos los propios cubanos, que tendremos que decir cómo será y protagonizarla', insistió Payá.⁹²

Ainda mais interessante é a capacidade do MCL corretamente identificar o uso político feito das tensões entre Cuba e EUA. Em Cuba, a pátria é oficialmente fundida com a Revolução e com a soberania nacional. A ênfase do discurso oficial é a de que a Ilha encontra-se em constante estado de alerta e imersa em um mundo hostil a sua existência. A possibilidade de invasão é constantemente reafirmada e os opositores são associados miticamente a agentes facilitadores da entrada de ideologias alienígenas em território cubano. São eles que atuam permitindo a penetração dos inimigos da Revolução. Divulgam suas idéias perniciosas e preparam o solo para o enraizamento e florescer das ervas daninhas do capitalismo. O objetivo único dos opositores seria, no discurso oficial, tombar o país e facilitar a sua transmutação em zona colonizável dos estadunidense.

⁹¹ Março, 1998.

⁹² Maio, 2004.

De modo a melhor elucidar, é preciso pontuar que para o governo a Revolução não está circunscrita a 1959. Além disso, não possui nenhum tipo de baliza temporal que sinalize um ano final para o processo revolucionário. A reafirmação constante do governo é a de que a Revolução está em curso. Permanecem, então, os inimigos. Um processo concretizado permitiria aos que dissitem almejar o estatuto de oposição. Já um processo histórico ainda em andamento precisa ser vigiado e protegido.

O medo domina o discurso oficial, o temor indica que o inimigo aguarda ansioso e a postos qualquer fraquejar. A Revolução ainda em curso cria o imperativo da guarda e da defesa. Informar oficialmente que o inimigo está agindo e que possui agentes infiltrados é a força que propulsiona o rechaço aos opositores. É um discurso forte que encontra no medo de que a própria pátria e a soberania nacional estejam em perigo.

Evidente que não é possível desmerecer o temor por completo. A Baía dos Porcos é a lembrança constante de que a Ilha pode ser atacada e de que a qualquer momento o povo cubano pode ser convocado a defender a pátria, a Revolução e a sua soberania. As lembranças da Guerra Fria ainda estão vivas e a ordem mundial em voga em nada simpatiza com projetos alternativos ao capitalismo. O Bloqueio é a constante reafirmação do quanto Cuba não é desejada. Se por um lado não é possível afirmar que o medo é o fruto de um desmesurado temor nacional, por outro não é correto dizer que o papel atribuído pelo governo aos opositores seja verdadeiro.

É preciso considerar que ao personificar o medo nos próprios cubanos – os opositores são cubanos residentes em Cuba-, nega-se a legitimidade de um grupo organizado e que possui demandas que encontram respaldo em setores da sociedade. Ademais, criminaliza-se o ator de opor-se, não reconhecendo a crítica aberta e a oposição que discorda por completo como verdadeira e parte constitutiva do cenário político cubano. Reduzir o opositor à agente manipulado é negar o direito a oposição e à críticas. É, mais ainda, assumir que as demandas opositoras não são fruto de anseios e descontentamentos internos, é afirmar que não passam de ideia importadas e impostas. O exato oposto do que o MCL buscou demonstrar em sua campanha a favor do *Proyecto Varela*.

IV. b- Pacifismo:

No que concerne ao pacifismo do grupo um comunicado escrito por O. Payá a respeito da explosão de bombas em dois hotéis de Havana é particularmente interessante. O documento está escrito em inglês e é assinado pelos membros fundadores do MCL. Os nomes citados são Oswaldo Payá Sardiñas, Antonio Ramón Díaz Sánchez, Ramón Antunes Gonzales e Miguel Saludes García. Segue um fragmento do texto:

No one can justify terroristic violence and attacks on defenseless human beings with any kind of reasoning, and much less by pretending to defend freedom and justice. Anyone who hides cynically to make attempts against human life violates the dignity of the human being and conspires against freedom and justice.⁹³

Para evitar equívocos é fundamental salientar que a documentação do MCL não se encontra em formato bilíngüe, isto é, não está em sua integralidade disponível em espanhol e em inglês. O idioma que prevalece de forma absoluta é o espanhol, sendo os escritos em inglês apenas exceções à regra. Assim sendo, não seria correto ignorar a particularidade imposta pela divulgação desse comunicado em inglês. De certo que o MCL busca reafirmar o seu compromisso com o pacifismo e o repúdio a qualquer ação violenta. Constantemente o grupo ressalta que qualquer mudança que venha a ocorrer em Cuba deverá ser fruto de ações pacíficas e cordiais. O caso é que seria um erro ler essa declaração apenas como mais um das afirmações pacíficas do MCL. O idioma escolhido é essencial na leitura. O inglês não é a língua utilizada para falar com os cubanos, é o idioma de contato com o mundo para além da Ilha.

Não seria um exagero afirmar a preocupação do movimento com a comunidade internacional. A carência de dados não permite saber ao certo a expressão real do MCL em Cuba. Não há informação disponível sobre o quantitativo total de membros ou qualquer possibilidade de censo sobre a incidência do grupo em seu contexto pátrio. Entretanto, é sim possível afirmar que sua relevância é inquestionável. E, talvez seja correto afirmar, que o mérito em parte pertence ao seu relacionamento com a comunidade internacional.

Vale lembrar que a visibilidade conferida pela comunidade internacional age no sentido de ratificar o grupo como a principal oposição organizada ao governo. O destaque dado pelo estrangeiro inegavelmente favoreceu o MCL, engrandecendo o seu vulto talvez mais até do que a própria imagem permitiria. Mais do que apenas uma oposição é reconhecido como o principal antagonista e o único realmente capaz de disputar a hegemonia com o governo revolucionário.

Tal não se deve ao fato de uma simpatia unilateral ocasionalmente despertada pelo movimento nos observadores internacionais. Muito foi feito e a partir do empenho do grupo que se concretizou uma “aliança” com a comunidade internacional. Para entender melhor será útil averiguar de que forma o movimento avalia os benefícios da aproximação com a comunidade internacional. É proveitoso iniciar com a leitura do fragmento a seguir:

Pero lo cierto es que el totalitarismo castrista pretende, con este repunte represivo, aniquilar el valeroso y cada día más potente movimiento cívico cubano, que no ceja de engrosar sus filas y de ganar influencia en el exterior. Buena muestra de esto último es

⁹³ Julho, 1997.

la concesión del Premio Sajarov 2002 del Parlamento Europeo, por su labor en defensa de los Derechos Humanos, a Oswaldo Payá Sardiñas, líder del Movimiento Cristiano Liberación y promotor del exitoso Proyecto Varela, una iniciativa ciudadana que pretende para Cuba un tránsito pacífico pero inmediato, y con la participación de todos los cubanos, hacia la democracia. Oswaldo Payá Sardiñas opta este año al Premio Nobel de la Paz, y el Proyecto Varela, respaldado por la inmensa mayoría de la disidencia, cuenta con el plácet del grueso del exilio, de personalidades tan relevantes como Vaclav Havel y James Carter y de numerosos Parlamentos democráticos de todo el mundo.⁹⁴

O apoio da comunidade internacional é utilizado para enaltecer o grupo de modo que se torne até mesmo impossível ao governo conter e negar o crescimento da oposição organizada tendo em vista a proporção que assume no exterior. A ideia é a da construção da relevância a partir dos prêmios concedidos e dos apoios declarados.

O MCL parece intencionar estabelecer que não é mais possível ignorar a sua relevância histórica, posto que a sua existência já é de veras conhecida e divulgada para que seja possível atribuir-lhe insignificância.

Outra vez mais é preciso ressaltar o imperativo da indisponibilidade de fontes suficientes. Não foi possível averiguar em nenhum momento da pesquisa a real incidência do movimento em Cuba. Sendo assim, trabalha-se com a imagem construída e com a memória que o grupo quer de si no tocante ao protagonismo exercido no campo das oposições internas.

É um movimento contínuo: o grupo cresce toda vez que tem a sua relevância afirmada na comunidade internacional e ao divulgar tal crescimento apresenta-se como indispensável às mudanças em Cuba para os que estão no estrangeiro. A imagem criada é a de um jogo de sombras, no qual a sombra projetada é capaz de engrandecer o objeto de sua origem. É na comunidade internacional que o MCL cresce e reafirma a sua força. É nela que ele desponta como único grupo capaz de disputar a hegemonia com o governo. É no fortalecimento dessa sombra que o grupo cresce em paralelo e consegue ser reconhecido pelo governo como um adversário.

V- O surgimento da liderança: Oswaldo Payá Sardiñas

Um nome é praticamente onipresente na documentação disponibilizada pelo grupo – Oswaldo Payá Sardiñas. Apresentado como fundador e líder do movimento, O. Payá tem enorme destaque. A simples menção de que os prêmios internacionais são direcionados a ele e não ao grupo como um todo já é em si um indicativo de seu prestígio individual.

Os documentos que diretamente versam sobre O. Payá é repleta de denúncias de

⁹⁴ Fevereiro, 2003.

perseguição e de tratamentos desfavoráveis de origem governamental. Um dos eixos da construção de sua imagem pública é a figura do líder político que se sacrifica em favor de uma causa. Um homem que de modo resignado aceita sacrificar a sua vida pessoal em favor da nação.

O. Payá era um engenheiro formado que atuou durante a sua vida na manutenção de equipamentos médicos. Para aprimorar os seus conhecimentos matriculou-se no curso de bioengenharia. Entretanto, foi expulso sem razão aparente, tal como pode ser lido na nota abaixo.

El destacado opositor pacífico Oswaldo Payá Sardiñas, dirigente del Movimiento Cristiano de Liberación, fue expulsado de la Universidad el día 8 de marzo pasado. Payá cursaba una Maestría en Bioingeniería em el Instituto Superior José Antonio Echevarría. Los profesores que le impartían clases en este curso realizaron una reunión en su ausencia, y dijeron a los alumnos que no lo aceptarían más en clases.

Al llegar Payá al aula, la profesora de la clase le dijo: “Usted no tiene derecho a estar en la Universidad”. La dirección de Bioingeniería comunicó formalmente la expulsión de Payá a la empresa estatal donde éste trabaja como especialista de electromedicina. Esta empresa, donde aún trabaja el ingeniero Payá, había autorizado y facilitado su matrícula en este curso de Maestría.

De esta forma, no sólo lo han expulsado arbitrariamente, sino que lo privan de una exigencia de superación profesional que establece la ley para los trabajadores de Salud Pública, y que de no cumplirse, invalidaría a Payá para ejercer como ingeniero.⁹⁵

A informação contida é a da perseguição. Do homem que tem a sua formação prejudicada por ser oposição ao governo. Uma vida de direitos negados por não compactuar com a ordem vigente. Um prejuízo que também é estendido aos seus familiares.

O. Payá possui parentes na Espanha. O irmão nascido cubano optou por migrar e tornar-se residente em terras espanholas. Para ele foi negado o visto de entrada em Cuba quando da doença da mãe dos dois. Em nota divulgada sobre o falecimento da mãe, em 2000, a ênfase recai sobre a não autorização de visita quando do seu momento convalescente.

O que transparece é o prejuízo até mesmo das relações familiares. Do direito de entrada de parentes em momentos críticos. A isso são somadas as informações das proibições de saída de Cuba para O. Payá. Um exemplo foi a impossibilidade de, em 2000, atender a um convite mexicano posto a negação do visto.

Se por um lado as negações de saída para O. Payá indicam a perseguição, o caráter rígido do governo e, até mesmo, transmitem a sensação de asfixia, de um estado de cárcere dada a não autorização – ou proibição – de saída, por outro também servem para dar conta do interesse internacional pelo líder do movimento. Afinal, se a negação do visto de saída existe é porque ocorreu solicitação e motivação informada é sempre a de convites realizados por organizações sitas em países estrangeiros. Um interesse despertado que fez com que o primeiro ministro espanhol

⁹⁵ Abril, 1999.

convidasse O. Payá para conversar aproveitando a ocasião de sua visita a Cuba. A nota abaixo faz referência a proibição de ida ao México estendida ao todo de sua família, ao caráter permanente da proibição denotado na informação de outras saídas não autorizadas e do encontro realizado com José María Aznar.

Oswaldo Payá Sardiñas, coordinador del Movimiento Cristiano Liberación, fue invitado por el Partido Acción Nacional, PAN, como visitante extranjero a las elecciones que se estarán celebrando el próximo 2 de julio en México, y el Instituto Federal Eleccionario lo acreditó como tal.

Sin embargo, una vez más el régimen cubano y su dirigente, Fidel Castro, le prohíben viajar libremente a todos los opositores que fueron invitados, incluyendo a Payá Sardiñas, a las elecciones en México. El caso de Payá Sardiñas sigue siendo muy particular, ya que la prohibición de viajar se la han extendido a su esposa, hermanos y familiares. Payá está pautado para asistir al próximo Congreso de la Internacional Demócrata Cristiana a celebrarse el próximo 9 de octubre en Santiago, Chile. Payá no pudo asistir al pasado Congreso celebrado en Madrid ya que el gobierno cubano se lo prohibió. Sin embargo, las autoridades cubanas no pudieron evitar que Payá se encontrara con el Presidente del gobierno español, José María Aznar, ya que éste lo invitó durante su visita a Cuba en noviembre pasado a una reunión donde se discutió la problemática cubana.⁹⁶

Por fim, corroborando com a imagem do estigma e da perseguição, constam informações sobre o temor pela vida de O. Payá:

El incidente ocurrió en la esquina de 23 y C en el Vedado, aproximadamente, a las 12 horas del día 30 de enero. Payá Sardiñas fue interceptado de forma abrupta por un automóvil del que descendieron dos personas que se identificaron como oficiales de la Seguridad del Estado (SE), quienes registraron el maletín donde Payá trasladaba herramientas de trabajo, algunos medicamentos, notas personales y una carta dirigida a los Diputados a la Asamblea Nacional del Poder Popular. Dicha carta le fue confiscada por un oficial que se hacía llamar Luis Javier y el Coordinador Nacional de Liberación de forma enérgica le replicó diciéndole: ” Estás cometiendo un delito. Esa carta está dirigida a los Diputados y violas mi derecho constitucional” . Oswaldo Payá Sardiñas repitió en varias ocasiones esta advertencia al agente represivo.
[...]

El Movimiento Cristiano Liberación quiere llamar la atención de la opinión pública por el hecho de que los ciudadanos cubanos, según el actuar de los agentes represivos del régimen, no puedan dirigirse a los Diputados a la Asamblea Nacional del Poder Popular como establece la Constitución de la República. Igualmente nos preguntamos como siendo la Seguridad del Estado un órgano estatal, actúa impunemente por encima de la Constitución, las leyes y los derechos de los ciudadanos cubanos.⁹⁷

A nota não apenas informa sobre a repressão como também evidencia a falta de cumprimento das leis revolucionárias pelos agentes dos governos. É interessante perceber o reforço contínuo pela opção da legalidade. A ideia de que o que se cobra é apenas que Cuba faça valer suas leis. É nessas leis e nas suas brechas que o MCL atua. Assim sendo, o argumento presente é de que

⁹⁶ Junho, 2000.

⁹⁷ Idem.

reivindicação feita está de acordo com o estabelecido pelo próprio governo. Fato que faz com que a perseguição ao líder chame ainda mais atenção e disponha de maior esforço de divulgação.

O projeto de memória do MCL é a base do seu projeto político. E nele que se constrói a justificativa histórica da existência e da relevância do movimento. Além disso, é a partir dele que é travada a disputa pela hegemonia com o governo revolucionário. E é com ele que se busca efetivar a renovação dos valores cubanos e do modo de se pensar e de se fazer política em Cuba. A materialização principal está no programa de governo Todos Cubanos a ser apresentado no próximo capítulo. É nele que consta a lei de anistia que centraliza por vez a disputa da versão histórica que se quer sobre a Revolução juntamente com o projeto de sociedade defendido pelo grupo.

Capítulo 3: Embates legais e projetos de sociedade

I- O início dos embates e a ascensão do MCL: o Proyecto Varela

O Proyecto Varela objetivava a convocatória de um referendo no qual os cubanos fossem chamados a opinar sobre a necessidade, ou não, de mudanças e, caso a resposta fosse positiva, sobre o teor das mudanças. Atuando dentro da legalidade, o projeto explorou brechas na Constituição Cubana que, em seu artigo 63, assegura aos cidadãos o direito de dirigir queixas e petições às autoridades e, em seu artigo 88, indica que a iniciativa de formular leis compete, dentre outros grupos, aos cidadãos, fazendo-se necessário, neste caso, o recolhimento de, no mínimo, 10.000 assinaturas de cidadãos em condições de eleitores.

Claramente, a leitura do Proyecto Varela indica que a opção feita pelo MCL é por uma transição institucional, sem grandes percalços. Este pacifismo não deve ser considerado apenas como uma manifestação da inspiração cristã do movimento, mas também como uma estratégia política capaz de garantir aos cubanos que a transição, caso ocorra, será por dentro das malhas do sistema, seguindo os caminhos legais, explorando as contradições e as brechas da legislação cubana. Além de agir dentro da legalidade, evita-se assim o temor de grandes sublevações e conflitos armados.

Diferente das raivosas dissidências, os gestores do Proyecto Varela não personificam suas críticas na figura de F. Castro, ocupando-se diretamente da estruturação do Estado como um todo. É interessante perceber como isto reflete uma lúcida percepção do forte consenso ao governo de F. Castro. Não raro, dissidentes cubanos e opositores em geral pecam em julgar que a permanência de F. Castro no poder deve-se a seu carisma pessoal e a um forte esquema de coerção capaz de conter qualquer manifestação popular contrária aos seus desejos. O que o Proyecto corretamente identifica é que a organização da sociedade em Cuba são frutos não das ambições pessoais de um homem, mas sim de um complexo social que lhes confere legitimidade.

Declarando não representar nenhuma corrente ou grupo em específico, sendo apenas a organização em coletivo do desejo de uma nova Cuba, o Proyecto Varela

identifica-se como apartidário e não-alinhado – nem à esquerda, nem à direita – “no es un proyecto para la oposición, sino un proyecto ciudadano para lograr los derechos de todos los cubanos”⁹⁸. Interessa , então, entender o porquê da recusa do MCL em se apresentar como uma oposição. Ao não se apresentar como oposição o MCL assume o papel de representante dos anseios da população – um canalizador de descontentamentos. Seja uma tentativa de diminuir o conflito com o governo ou ainda a marca de um grupo que talvez não tivesse tão claramente sua identidade definida, o que mais importa é a necessidade de se afirmar “nem a direita, nem a esquerda”. A intenção parece ser a de limitar o conteúdo político de suas demandas à mera participação cidadã na confecção de leis.

No estamos ofreciendo un proyecto o modelo de sociedad, sino proponiendo el primer paso para crear nuevas y mejores condiciones de derecho. Y que así, entre todos los cubanos, creen y desarrollen su propio proyecto de sociedad según su voluntad soberana, a partir de los valores espirituales de nuestra Nación y las experiencias de su historia y para responder a los desafíos que nos plantea la llegada del nuevo milenio.⁹⁹

Outra possível explicação é a existência de preocupação – mesmo que não explicitamente demonstrada - por parte do MCL de não ser identificado como uma oposição a Cuba, mas sim uma oposição cubana. Nunca é excessivo lembrar a associação existente em Cuba entre o Estado, o governo revolucionário, a Revolução e a pátria. As oposições frequentemente são acusadas de estarem contra a pátria e não contra os rumos adotados pelo governo revolucionário ou, até mesmo, a Revolução. De acordo com a narrativa oficial Cuba está desde 1959 em um período de *transición socialista*, isto é, de revolução em curso. Essa concepção atua na construção do consenso em torno do projeto hegemônico de constante recriação da Revolução e da atualização da existência de agentes contra-revolucionários, o que permite que alguns opositores sejam transformados em “inimigos”, “dissidentes”. Ciente do fato, o MCL demonstra a preocupação em não ser ajeitado de “gusano”, mas, sim, ser reconhecido como um grupo que intenciona aprimorar a experiência cubana.

O “ser cubano” é afirmado como o ponto principal de união desses opositores, estando presentes os símbolos da cubanidade em seus documentos e declarações. Em realidade, trata-se de um processo de tentar converter os símbolos que foram

⁹⁸ Presentación del Proyecto Varela

⁹⁹ Fundamentación del Proyecto Varela

previamente apropriados pela Revolução, tais como José Martí que é frequentemente citado nos documentos produzidos pelo MCL, em símbolos constitutivos da cubanidade em geral. Grande parte do esforço do MCL está em demonstrar que o ser cubano não é sinônimo de ser revolucionário. De que a permanência e o apoio à Revolução não são impulsos automáticos do cubano. De que outros caminhos podem ser traçados sem que haja prejuízo para a pátria ou para a identidade do cubano.

Outra importante ressalva a ser feita, antes de qualquer classificação, é que embora o conteúdo das demandas seja de inspiração liberal é preciso considerar que estes dissidentes cresceram e foram educados em um ambiente específico, diferente do modelo liberal de sociedade, do que resultam em grande medida as ambiguidades do Proyecto Varela e da legislação que posteriormente será apresentada. Mais do que isso, o próprio agir do MCL demonstra o quanto que a Revolução teve peso em sua formação.

Em *Mirar a Cuba*, R. Hernández indica que os grupos opositores seriam um paradoxo da Revolução. O autor considera que o desenvolvimento de opositores organizados é fruto de uma *imago mundi* revolucionária de valorização da ação política atuante e reivindicativa. É, portanto, um paradoxo por ter sido a própria Revolução que permitiu e ensinou esse saber político e porque esses grupos opositores apesar de não terem a sua legitimidade reconhecida atuam por meio de um fazer político que é valorizado pela Revolução.

Nesse sentido, o pertencimento a uma *imago mundi* hegemônica faz com que a ação opositora do MCL seja uma demonstração do cubano formado durante o período revolucionário. Combativo e atuante, o MCL age de acordo com o “ser cubano” por mais que negue a existência de um “ser cubano” revolucionário atemporal. Não é, portanto, difícil entender a existência de algumas ambivalências que mais tarde serão apresentadas nesse capítulo.

Em defesa da democracia, entendida, pelos gestores do projeto, como sinônimo de plebiscito direto e ampla participação popular nas tomadas de decisão, o Proyecto Varela fundamentava-se em cinco pontos específicos: o direito à livre associação e à livre expressão, a anistia, o direito dos cubanos de formar empresas e a necessidade de uma nova lei eleitoral.

Críticos da organização e estruturação do Estado cubano, os gestores do Projeto Varela apontam na liberdade de expressão e na livre associação um caminho para as transformações que almejam ver realizadas na Ilha. A liberdade de associação é defendida como forma dos cubanos organizarem-se fora da órbita estatal, para defender seus interesses e participar ativamente nas decisões, exercendo plenamente a soberania popular em uma democracia participativa.

A anistia é defendida como o caminho da reconciliação e deve ser concedida a todos aqueles que foram presos por exercer direitos não reconhecidos pelas leis cubanas. É importante pontuar que a anistia nos termos colocados pelo Proyecto Varela resultaria no inerente reconhecimento da existência de presos políticos em Cuba e no caráter autoritário do Estado. Tendo em vista a enorme relevância do debate sobre a anistia para o projeto de construção de memória do MCL era retomada em profundidade mais adiante. Por ora, basta a menção de que desde o Proyecto Varela a anistia está presente na ação do MCL. Em seu texto, a anistia é apresentada no tom de um “perdão” a ser concedido em vista da construção de um futuro sem ressentimentos.

Si los cubanos ahora no podemos ponernos de acuerdo acerca del pasado, si debemos ponernos de acuerdo sobre el futuro, para que este sea de paz, fraternidad y libertad, por el bien de nuestros hijos.¹⁰⁰

O ponto referente ao direito dos cubanos de formar empresas não versa sobre a eliminação da propriedade estatal, mas sim sobre a diversificação dos tipos de propriedade, mediante a regulamentação de propriedades mistas ou completamente privadas limitadas pela legislação em vigor. De acordo com os gestores, esta nova organização potencializaria as capacidades produtivas em vista de uma melhor qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento nacional e para a autonomia econômica de Cuba.

E, por fim, é defendida a necessidade de uma nova Lei Eleitoral que permita que todos os candidatos sejam propostos e escolhidos diretamente e que haja mais de um candidato por cargo. A defesa é de que a aprovação desta proposta resultaria em um avanço no caminho de uma democracia participativa.

Enfim, cumprida a exigência legal do recolhimento de firmas, no dia 10 de maio

¹⁰⁰ Fundamentación del Proyecto varela

de 2002, o Comité Gestor Del Proyecto Varela entregou, juntamente com 11.020 assinaturas, a “petição cidadã” na Asamblea Nacional Del Poder Popular. Tratava-se, agora, de esperar a resposta à solicitação apresentada. Mas uma série de acontecimentos desembocou no revés imprevisto: o Estado convocou um referendo próprio.

Vejamos de perto.

No dia 20 de maio de 2002, o presidente estadunidense G. W. Bush proferiu dois discursos, fragmentos de uma série de pronunciamentos, que ademais da tradicional acusação de ausência de democracia em Cuba, inseriam-na no grupo dos países terroristas, levantando a suspeita de produção de armas biológicas na Ilha. Detonada a crise¹⁰¹, a resposta do Estado Cubano foi a convocação, no dia 13 de junho de 2002, um dia antes do aniversário de nascimento de Maceo e do Che, a todos os cubanos a participar do referendo a ser realizado entre os dias 15 e 18 de junho, com o apoio do PCC e da UJC, para definir sobre a irrevogabilidade do socialismo em Cuba. A coincidência cronológica faz com que esta medida seja apontada como um arroubo desproporcional ao poder de fogo dos opositores em promover mudanças estruturais em Cuba. Por um motivo ou outro, ou, até mesmo, pelos dois, o referendo, que contou com massiva participação popular, resultou na aprovação do caráter perpétuo do socialismo, que, após a Lei de Reforma Constitucional de 26 de junho de 2002, passou a fazer parte do texto constitucional como adição ao terceiro artigo:

El socialismo y el sistema político y social revolucionario establecido en esta Constitución, probado por años de heroica resistencia frente a las agresiones de todo tipo y la guerra económica de los gobiernos de a potencia imperialista más poderosa que ha existido y habiendo demostrado su capacidad de transformar el país y crear una sociedad enteramente nueva y justa, es irrevocable, y Cuba no volverá jamás al capitalismo.¹⁰²

E como disposição especial:

¹⁰¹ Para maior compreensão da recepção do Estado às acusações, ver os discursos pronunciados por F. Castro nos dias: 25/05/2002, 01/06/2002, 08/06/2002, 13/06/2002, 15/06/2002 e 26/06/2002, indicados nas referências.

¹⁰² CUBA, Consituição(1976, reformada em 2002)

El pueblo de Cuba, casi en su totalidad, expresó entre los días 15 y 18 del mes de junio del 2002, su más decidido apoyo al proyecto de reforma constitucional propuesto por las organizaciones de masas en asamblea extraordinaria de todas sus direcciones nacionales que había tenido lugar el día 10 del propio mes de junio, en el cual se ratifica en todas sus partes la Constitución de la República y se propone que el carácter socialista y el sistema político y social contenido en ella sean declarados irrevocables, como digna y categórica respuesta a las exigencias y amenazas del gobierno imperialista de Estados Unidos el 20 de mayo del 2002. Lo que fue aprobado por unanimidad de los presentes, mediante el Acuerdo nº V-74 adoptado en sesión extraordinaria de la V Legislatura, celebrada los días 24, 25 y 26 del mes de junio del 2002.¹⁰³

Resultado previsível de inesperado referendo recebeu como resposta dos gestores do Proyecto Varela uma declaração da continuidade da campanha por um “referendo verdadeiro” e pelo recolhimento de firmas em apoio ao projeto, posto que as mudanças realizadas no texto constitucional não alteraram os artigos 63 e 88.

La campaña por un referendo sobre el Proyecto Varela continua porque si los privilegiados quieren perpetuar sus prebendas y su poder junto con la pobreza, la humillación y la opresión de la mayoría de los cubanos, llamándole a todo eso socialismo, los cubanos queremos y necesitamos cambios para mejorar la calidad de vida, lograr la libertad y todos los derechos, lograr la reconciliación hacer nuestro proyecto cubano de justicia social y a esto le llamamos liberación.¹⁰⁴

A campanha desenvolvida pelo Proyecto Varela marcou o início do embate direto do MCL com o governo revolucionário e catapultou o grupo a posição de principal grupo opositor. A reação internacional foi imediata e traduzida no conjunto de prêmios concedidos a Oswaldo Payá Sardiñas pela campanha. Já em 1999, por “sua resistência à ditadura de Fidel Castro”, foi laureado com o Prêmio Homo Homini, concedido pelo parlamento da República Checa. Em 2002, ano de entrega do Proyecto Varela, recebeu os prêmios: W. Averell Harriman (National Democratic Institute – EUA), Doctor Honoris Causa (Universidade de Miami), Prêmio Andrei Sarajov aos Direitos Humanos (Parlamento Europeu) e uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz.

A partir desse momento, independente do desejo do governo, o MCL passou a ser o seu principal interlocutor no campo das oposições. Dificilmente será possível

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Declaración del Comité ciudadano Gestor del proyecto Varela, 3/07/2002

calcular a real incidência em solo cubano do MCL. Atuam de forma restrita por conta da censura dos meios públicos de comunicação e não revelam o quantitativo de seus membros. O fato é que após a atenção recebida pela comunidade internacional o MCL passou a ser o grande protagonista das oposições. Seu poder simbólico talvez supere em muito seu poder para efetivar mudanças, mas em política a relevância do simbólico não pode ser questionada. Além da comunidade internacional, os pesquisadores que mencionam o MCL em seus estudos sempre atribuem papel de destaque ao grupo, chegando mesmo a ser praticamente unânime o fato de que o MCL inicia uma nova era nas relações entre governo revolucionário e oposição.

Entretanto, é preciso indicar que se por um lado este reconhecimento internacional e acadêmico assegura suporte e visibilidade, por outro serve de respaldo às críticas proferidas contra o Proyecto Varela no sentido de identificá-lo com a ambição internacional de dismantelar o socialismo em Cuba. Também é interessante destacar que tanto os prêmios como a indicação ao Nobel da Paz foram direcionados à figura de Oswaldo Payá Sardiñas, opositor de maior destaque e líder do movimento.

II- Projeto político e projeto de memória: o Diálogo Nacional e o Programa Todos Cubanos

Após o *Proyecto Varela* o MCL conquistou papel de destaque entre as oposições internas. Sem dúvida, passou a ser o grupo de maior visibilidade externa e influência nacional e estabeleceu novos parâmetros na relação entre o governo revolucionário e os opositores. Para D. J. Fernández¹⁰⁵, a ação institucional do MCL e o ato de recolhimento de firmas e de apresentação na *Asamblea Nacional del Poder Popular* significou o marco histórico de um novo tempo na ação das oposições e na análise de seu funcionamento.

¹⁰⁵ Cf. FERNÁNDEZ, Damián J.. “La disidencia en Cuba: entre la seducción y la normalización.” *Foro Internacional*, vol. 173- 2003, pp.600-603.

Em verdade, as tradicionais oposições cubanas – anteriores à década de 1990 – demonstraram-se incapazes de desenvolver projetos tão globais quanto o MCL. Não raro permaneciam presas às figuras históricas revolucionárias. No limite, algumas até mesmo chegaram a acreditar que bastaria o falecimento de F. Castro para que mudanças estruturais ocorressem em Cuba. Em uma abordagem inovadora para os padrões estabelecidos pelas oposições cubanas, o MCL claramente identifica em seus documentos que a ditadura não é o ditador, mas, sim, um funcionamento social específico. Trata-se de uma estrutura que, ainda que conte com o auxílio da presença de um líder carismático, não pode ser reduzida à figura deste personagem. Sua documentação revela o ímpeto de reformar os mais diversos aspectos da vida social em Cuba e apresenta as metas estabelecidas em pormenorizadas etapas.

Revela-se, inclusive, certa obsessão por dias e meses e pelo controle das etapas da transição. Toda a transição é minuciosamente calculada e planejada. A grande preocupação parece ser demonstrar a ordem e a tranqüilidade que será assegurada pela MCL. Talvez o mais interessante a destacar seja a sensação de controle que os textos do MCL transmitem. A idéia parece ser a de que é possível aprisionar o futuro em datas de modo a evitar a imprevisibilidade da ação humana na história. É impossível ao MCL garantir que um Estado arraigado como o da Revolução deixará de existir apenas pelo transitar de leis. Ao que parece, a participação popular estaria restrita ao voto e a apresentação ordenada de solicitações e críticas. Entretanto, a existência da institucionalidade em nada é capaz de impedir a ida da população às ruas, as sublevações e os conflitos. Mas, certamente, em seus documentos é essa certeza de segurança que o MCL pretende traduzir. Por mais que conclame a participação popular – sempre por meio institucional – não é exagerado dizer que o tecido humano mais apaixonado não faz parte da transição do MCL.

Desfrutando de prestígio e reconhecimento, em 2003, o MCL convocou uma nova campanha, intitulada *Diálogo Nacional*. O *Diálogo* convidava todos os cubanos, grupo do qual não eram excluídos membros do governo, a participar da elaboração de um programa de transição que tão logo aprovado em referendo, deveria substituir a constituição vigente. O objetivo anunciado era de que

(...) muchos cubanos de diferentes posiciones y situaciones, experiencias de vida y concepciones sobre el futuro, podrán no sólo escuchar y ser escuchados con respeto, sino diseñar juntos los cambios para Cuba y así

producir el proyecto de futuro de Cuba. Y no puede ser de otra forma porque Cuba es una sola y Cuba somos todos los cubanos. Por eso este proyecto sólo puede ser en el espíritu martiano: ‘con todos y para el bien de todos.’¹⁰⁶

Seu *Documento de Trabajo para el Programa de Transición* versava sobre pontos relativos a: direitos considerados fundamentais, soberania popular, exílio, reconciliação e anistia, educação e cultura, divisão político-administrativa, forças armadas, relações exteriores, assuntos econômicos e sociais, saúde pública, imprensa e meios de comunicação em geral, saúde e segurança social.

Reunindo diversos grupos de oposição em trabalhos realizados ao longo de dois anos, o resultado do *Diálogo Nacional* foi a elaboração, em 2005, do programa de transição intitulado *Todos Cubanos*. Um programa, nos dizeres do MCL, para “semblar esperanza” e viabilizar transformações “(...) ‘de la ley a la ley’ sin rupturas institucionales y si institucionalizando todos los derechos.”¹⁰⁷

Obra de maior maturidade, na qual os gestores exercem plenamente a atividade de legisladores, é composta por uma Constituição, uma Lei Eleitoral, uma Lei de Associações e um programa intitulado “*Plan Cuba Primero*”, diretriz central da transição a ser implementada. Não negando o *Proyecto Varela*, mas afirmando sua importância como o início de uma trajetória de embates institucionais, que não apenas deu visibilidade a esse grupo de opositores, como também serviu de referência para a formação de alianças nas quais o MCL desempenha o papel de liderança, o programa apresenta suas propostas afirmando a garantia de todos os direitos adquiridos ao longo da história cubana, de modo a assegurar uma transição sem grandes percalços.

É nesses dois documentos – *Documento de Trabajo para el Programa de Transición* e *Programa Todos Cubanos* – que encontramos as principais propostas do MCL para o projeto de Estado e de memória que pretendem executar. Não cabe a essa pesquisadora julgar a viabilidade do projeto de Estado do MCL. O interesse é expor de que forma o texto jurídico elaborado pelo movimento é constituído em manifesto político e auxilia a elucidar tanto o seu projeto quanto o funcionamento do Estado cubano por meio do diálogo travado. Para tanto, as considerações de P. Bourdieu acerca da literatura

¹⁰⁶ Documento de Trabajo para el Programa de Transición, 12/02/2003, s/p.

¹⁰⁷ Programa Todos Cubanos, 2005, s/p.

jurídica serão utilizadas como guia de análise.

De acordo com P. Bourdieu¹⁰⁸, ao lermos textos jurídicos devemos sempre ter em mente que tais construções fazem uso de uma linguagem própria, caracterizada por uma retórica de suposta impessoalidade, responsável pelos efeitos de “neutralização” e “universalização”. Por neutralização, o autor entende o ato de, a partir de recursos lingüísticos, transmitir um simulacro de objetividade em uma produção que tem a subjetividade como essência. Já por universalização, é destacada a tendência em generalizar juízos e conceitos ao todo social deslocando-o de uma visão de mundo específica. Em outras palavras, por trás de um discurso de racionalidade e imparcialidade, o que vemos nesse tipo de fonte é, ainda segundo P. Bourdieu, a manifestação de uma visão de mundo específica que expressa ou contém um projeto próprio de sociedade. Dito isso, torna-se imprescindível para a plena compreensão de seu hipertexto a historização de sua produção, ação esta que deve obrigatoriamente considerar o contexto de criação, o produtor e o receptor da mensagem.

Nesse sentido, todas as fontes ditas jurídicas serão interpretadas como fontes políticas por excelência, plenas de sentido histórico e que visam a afirmar uma visão específica do mundo, tenham sido elaboradas pelo MCL ou pelos legisladores do Estado cubano.

Não apenas. A jurisdição proposta pelo MCL não dialoga apenas com as leis cubanas em vigor, mas, sim, também com a história oficial da Revolução. Os documentos do MCL possuem um projeto claro de memória sobre o período revolucionário. Um projeto de memória que serve de base ao de Estado e por isso deve ser elucidado. A chave para o entendimento desse projeto de memória é a lei de anistia proposta pelo movimento.

Ao falar de memória não é feita menção à simples rememoração de tempos transcorridos. Como lembra T. Todorov, a memória é obrigatoriamente uma seleção. Isto é, o esquecimento constitui a memória tanto quanto a lembrança. O passado não aparece na memória em todas as suas cores. Ao contrário, é na interação do que se lembra e do que esquece que ele se faz presente. E a seleção e medida dos dois é resultado de forte

¹⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. “A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico”, In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp.209-254.

tensão emocional relativa aos eventos recordados pela memória.

Recontar fatos ocorridos significa alterar seu significado à luz do presente. A memória atende ao presente. É ele que tem a necessidade, seja qual for a motivação, de revisitar o passado e procurar novos caminhos para apresentá-lo às gerações futuras. Assim sendo, é possível afirmar que a memória desempenha importante papel na ação política do presente. Ao atribuir novos valores a fatos passados, a memória estabelece novos padrões para a relação com determinado momento histórico. Seu uso político facilmente pode resultar na absolvição ou na condenação de governos e processos históricos inteiros.

E é na sua proposta de anistia que se faz flagrante o intento do MCL de recontar a história da Revolução. Por esse motivo, será dado destaque a essa lei como o ponto central da memória que ambiciona construir sobre a Revolução. O debate sobre a memória será localizado no ponto sobre reconciliação e diálogo.

As propostas do MCL serão condensadas para fins de exposição nas próximas páginas em três linhas principais, a saber: transformações institucionais, o papel do Estado na organização da ordem social e, por fim, reconciliação e diálogo. A organização seguirá a ordem de primeiro apresentar de forma os temas são tratados no Diálogo Nacional e como são configurados em sua forma definitiva no Plan Cuba Primero.

II.a- Transformações institucionais:

II.a.1 - Estrutura administrativa:

O prazo previsto no *Documento de Trabajo para el Programa de Transición* para a realização completa da transição para o modelo de Estado defendido pelo MCL é de 14 a 18 meses. Dividida em etapas, já na sua primeira fase é possível identificar esforços no sentido de desmontar a estrutura do Estado revolucionário cubano. O passo inicial é o fim da *Asamblea Nacional del Poder Popular*, a ser substituída pelo *Consejo Nacional de Gobierno Transitório*.

A *Asamblea Nacional* é o único órgão com poder constituinte e legislador em

Cuba. Seus deputados são eleitos por voto direto para períodos de cinco anos. Toda nova legislatura elege um presidente, um vice-presidente e um secretário. Dos seus deputados são eleitos os membros que irão compor o *Consejo de Estado*. O chefe do conselho é também o chefe do Estado e do governo. Centraliza, assim, as funções executivas e legislativas.¹⁰⁹

Após a transformação do *Programa de Transición* em “*Ley Fundamental de Cambio*”, na primeira fase da transição o *Consejo Nacional* assumirá essas funções até que seja formada a *Asamblea Constituyente* que marcará o início da segunda etapa. O conselho será composto por integrantes obrigatoriamente residentes em Cuba quando da aprovação do programa de transição em referendo. Suas nomeações deverão obedecer à lógica de equiparidade entre os membros indicados pela *Asamblea Nacional* e pelo *Comité Ciudadano*, o representante da oposição pacífica, somados de mais três entes que não poderão ter nenhuma atuação político-militante prévia. Serão esses três membros que terão a função do desempate dentro do Conselho. De acordo com o MCL, esse expediente visa a evitar manobras no sentido de impedir a aprovação de medidas por interesses meramente políticos. Na prática, significa evitar que pessoas que em algum momento tenha tido ligação com o governo revolucionário assumam essas posições.

Composto, o conselho terá por função aplicar o programa de transição e nomear comissões que poderão contar com membros exilados. Essas comissões controlarão os ministérios ou grupos de ministérios, as empresas e as suas atividades afins. O principal objetivo dessas comissões é assegurar juntamente com o conselho que não haja nenhuma crise decorrente de ausência de governabilidade. É constantemente afirmado que o período da primeira etapa será de normal funcionamento no país e de que mudanças já serão postas em prática. A defesa e o exercício das liberdades de expressão e associação figuram como evidências. É afirmado que:

Para lograr la consolidación de los cambios que necesita el pueblo de Cuba, se hace imprescindible provocar cambios profundos en el orden institucional, esto no quiere decir ni mucho menos que se pretende crear un vacío de poder, todo lo contrario; la etapa de transición que nos proponemos realizar debe estar definitivamente ligada a un reforzamiento de las instituciones democráticas; pero, a través de instituciones de conducción política que superen los vicios y excesos de poder. La nueva etapa debe estar significativamente signada por el pluralismo democrático

¹⁰⁹ Constitución de La República de Cuba, 1976 (revisada em 2002), s/p.

donde el pueblo encuentre su espacio legítimo donde pueda ejercer su mandato soberano para el bien común en este presente y futuro próximo.¹¹⁰

Partidos, sindicatos e organizações estudantis serão permitidos sem restrições e novos tribunais, independentes do executivo, do legislativo e da força militar, entrarão em vigor, sendo destaque a criação do *Tribunal de Garantías Fundamentales*.¹¹¹

Na cronologia estipulada pelo MCL, os prazos estabelecidos obedecem aos limites de 15, de 20 e de 30 dias. Segue a ordem prevista para os acontecimentos: 15 dias, nomeação para os conselhos de governo provinciais e municipais; 20 dias, reorganização dos tribunais provinciais e nacional, nomeação para os cargos de fiscalização, para o *Tribunal de Garantías Fundamentales* e para o *Tribunal Superior Militar*, e promulgação de lei que garanta o direito à livre associação; 30 dias, início da liberação para eleições de novos representantes ou dirigentes em organizações estudantis, sindicais e demais, publicação de nova legislação composta por código penal, código civil, lei eleitoral e legislação básica para o funcionamento econômico. Em seguida, em um espaço de tempo de 180 a 270 dias devem ser convocados os pleitos que elegerão os membros da *Asamblea Constituyente*.

Essa transição terá o protagonismo do *Comité Ciudadano de Reconciliación y Diálogo* (CCRD) que deverá ser legalizado pelo conselho e autorizado a atuar de forma vigilante para garantir o respeito ao *Programa de Transición*. O CCRD atuará em conjunto com os *Comités de Base de Reconciliación y Diálogo* (CBRD). Eleitos localmente, os CBRD observarão as críticas e as sugestões dos coletivos que representam para que, por meio do CCRD, possam assegurar a representação de suas demandas.

Findada a primeira etapa, o próximo passo deverá ser a realização das eleições para os conselhos dos governos municipais e a formação da *Asamblea Constituyente*. Até a realização das eleições gerais no prazo de 8 a 9 meses e a entrada em vigor da nova Constituição, é a *Asamblea Constituyente* que terá poder legislativo, atuará como parlamento e deverá nomear o novo *Consejo Nacional de Gobierno Transitório*. O seu fim será marcado pela promulgação da nova Constituição e pela convocação de eleições diretas para todos os cargos do executivo, concluindo dessa forma a transição.

Uma das preocupações expressas para o novo Estado é a dissociação ideológica.

¹¹⁰ Documento de Trabajo para el Programa de Transición, 2002, p. 16

¹¹¹ Idem. p. 15

Para o MCL, o correto é que o Estado não professe nenhuma ideologia e que atue de forma independente e conciliatória. Não cabe a realização de amplos debates sobre a possibilidade, ou não, de que um Estado exista em separado de concepções ideológicas, o que importa é entender o porquê disso ser relevante para um grupo opositor e de que forma isso contribui em seu discurso.

O Estado cubano declara abertamente ser socialista. Logo no artigo primeiro da constituição é possível ler:

Cuba es un Estado socialista de trabajadores, independiente y soberano, organizado con todos y para el bien de todos, como república unitaria y democrática, para el disfrute de la libertad política, la justicia social, el bienestar individual y colectivo y la solidaridad humana.¹¹²

E seu posicionamento oficial não distingue como elementos separados a nação, o socialismo e a Revolução.

Cuando los cubanos identificamos Patria, Revolución y Socialismo, cuando los vemos como elementos inseparables, cuando afirmamos que en Cuba ha habido una sola Revolución, cuando se anuncie para mañana una concentración, una tribuna abierta en Manzanillo, a unos pocos kilómetros de donde empezó la Revolución, ¿estamos usando expresiones retóricas o estamos refiriéndonos a elementos que tienen que ser asimilados y asumidos como pilares de nuestra ideología? Evidentemente es lo segundo, pero no siempre es así, en mi opinión quizás sería una de las sugerencias para la actividad futura de quienes de algún modo nos metemos en estos temas, los filósofos y los que no son tan filósofos. Me parece que nosotros debiéramos dedicarle un poquito más de atención a esos conceptos, ayudar a probarlo, a demostrarlo, y a convencernos realmente de que es así, es fundamental porque si realmente aquí no se tratase de eso, no sería exacta la afirmación de que es lo mismo Patria, Revolución y Socialismo. Y es lo mismo. Si se pierde el sistema político, si se pierde el proyecto económico social, se pierde también la nación, la nación cubana como fue concebida.¹¹³

Dessa feita, indistintos, a crítica e a afirmação de alternativa a qualquer um significam um ataque ao conjunto. Discordar do socialismo, melhor, do socialismo tal

¹¹² Constitución de La República de Cuba, 1976 (revisada em 2002), s/p.

¹¹³ QUESADA, Ricardo Alarcón. Cuba y la Lucha por la Democracia. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2002. s/p. Disponível em:

http://www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=1475:qcuba-y-la-lucha-por-la-democraciaq&catid=43:libros-folletos-discursos-entrevistas&Itemid=130

como existente em Cuba, impõe um ato contrário ao sentimento patriótico. A parcela da oposição que não é reconhecida em sua legitimidade e criminalizada em dissidência, mais do que contra-revolucionária, é considerada antinacional. Assim, é facilmente compreendida a abolição dos órgãos que sustentam o ideal socialista governamental como será exposto no próximo tópico.

II.a.1.1-Plan Cuba Primero:

No *Plan Cuba Primero* a etapa inicial da transição obedece ao prazo de 240-270 dias. Ao ser aprovado o *Programa Todos Cubanos* automaticamente é reconhecida a legalidade do *Comité Ciudadano de Reconciliación*.

O protagonismo recai nessa versão no *Grupo de Contacto*. Esse grupo será formado por 20 cidadãos equitativamente divididos entre as indicações da *Asamblea Nacional* e do *Comité Gestor del Referendo*, representante da oposição pacífica. A função desse grupo será a de coordenador o novo conselho de ministros, que deverá ser identificado como *Gobierno de Reconciliación y Unidad Nacional* (GRUN) e a *Comisión Electoral Nacional*.

A ser extinto após a etapa inicial, o GRUN deverá ser composto também de forma equitativa. Terá o dever de velar pela observância dos termos do *Programa Todos Cubanos* e de imediatamente convocar eleições gerais e diretas e decretar seus prazos.

Na cronologia reelaborada, algumas alterações merecem destaque. São elas: 15 dias, criação da *Comisión Electoral Nacional*, a ser composta por três setores: *sector parlamentario*, *sector gestor* e *sector del exilio*; 20-30 dias, aprovação e promulgação de legislação que permita a visita e o retorno de exilados; 30-50 dias, formação da comissão que elaborará o novo código penal a ser aprovado pelo GRUN; 150-165 dias, realização de eleições para as *Asambleas Provinciales* e para as *Asambleas Municipales*; 210-220 dias, eleições presidencial e de deputados.

II.a.1.2 - Partido Comunista Cubano, Unión de Jovenes Comunistas, Unión de Pioneros de Cuba e Comités de Defensa de la Revolución

O desmonte da institucionalidade não conta apenas com o fim e reestruturação dos órgãos burocráticos da estrutura governamental. É assumido o imperativo de abolição do *Partido Comunista Cubano*, da *Unión de Jóvenes Comunistas* e seu consorte a *Unión de Pioneros de Cuba* e dos *Comités de Defensa de la Revolución*. São essas as organizações de maior penetração no cotidiano cubano e de organização da vida social dentro dos padrões estabelecidos pelo governo revolucionário. Representam as associações que atuam na sociedade civil com finalidade política de maior representatividade e legitimidade em Cuba. E, apesar de aglomerarem um sem número de jovens e adultos que não obrigatoriamente atuam diretamente em ligação com o governo, por serem oficiais e parte da estrutura estatal, restringem a autonomia da sociedade civil frente à sociedade política.

Fruto da junção dos grupos que conquistaram a hegemonia durante a luta contra a ditadura de F. Batista, nascia, em 1965, o novo Partido Comunista Cubano (PCC).¹¹⁴ Partido de vanguarda em um sistema unipartidário, o PCC rapidamente assumiu importante papel na organização política do Estado. É, de acordo com o artigo quinto da constituição cubana, a “(...) fuerza dirigente de la sociedad y del Estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista”¹¹⁵. E é por esse papel diretivo que o seu fim é justificado pelo MCL:

El PCC no tiene ninguna autoridad sobre la sociedad ni sobre los ciudadanos. Cesa toda práctica del Partido Comunista basada en su concepción de que es órgano rector de la sociedad y cesa toda práctica de fiscalización y control de los ciudadanos por este Partido.¹¹⁶

É assegurado no *Documento de Trabajo* que todo partido que não atue contra a independência e a soberania nacional e a dignidade humana e os direitos humanos, poderá ser fundado e atuar livremente. Entretanto, não fica claro se o *Partido Comunista Cubano* poderá retomar suas atividades com novas diretrizes. Seus membros poderão seguir com suas atividades, desde que não militantes e é constantemente reafirmado que os comunistas deverão fazer parte da transição e não poderão ser

¹¹⁴ HERRERA, Rémy. Cuba e o projeto comunista. REVISTA Soc. bras. Economia Política, Rio de Janeiro, nº 11. Dezembro, 2002 pp. 125-138,

¹¹⁵ Constitución de La República de Cuba, 1976 (revisada em 2002), s/p.

¹¹⁶ Documento de Trabajo para el Programa de Transición, 2002. p. 19

prejudicados pela ideologia que professam. No entanto, em nenhum momento é abordada a possibilidade de organização desses agentes em grupos, associações, organizações, partidos... Ao contrário, a preocupação constantemente demonstrada é de que não haja no futuro nenhuma atividade militante em centros de trabalho, centros educacionais, unidades militares e policiais e no governo. Por mais que esse interdito seja estendido a todos os partidos, é no tópico que diretamente trata do fim do PCC que ele é expresso, como é possível confirmar abaixo:

Cesa toda actividad política de dirección y partidista del PCC en centros de trabajo, escuelas, universidades, unidades militares y policíacas y en todas las instancias del gobierno. Se prohíben actividades políticas partidistas en todos los ámbitos mencionados a todos los partidos y movimientos políticos. Por lo tanto se suprimen los departamentos de cuadros del PCC y quedan sin autoridad sobre las administraciones, los tribunales y las direcciones, ejercidas por ciudadanos a partir del poder que ostentaba hasta ahora el PCC.¹¹⁷

Somado à extinção do PCC, está o conseqüente fim da *Unión de Jóvenes Comunistas* e da *Unión de Pioneros de Cuba*.

Em 1960, surgia uma associação que deveria organizar os jovens e educá-los nos padrões revolucionários. À época, chamada de *Asociación de Jóvenes Rebeldes* (AJR), adotava o lema - “*Estudio, trabajo y fusil*” -, denotando o forte tom combatente típico da proximidade com o ano da Revolução. Contava ainda com o suporte da *Unión de Pioneros Rebeldes* (UPR), responsável por agrupar os infantes de pequena idade. Renovada, foi renomeada em 1962, ano do *I Congreso de la Juventud*, e passou a ser conhecida como *Unión de Jóvenes Comunistas* (UJC) e, seu braço mais juvenil, como *Unión de Pioneros de Cuba* (UPC), assumindo a tarefa de organizar e formar a militância que, ao que se esperava, comporia ao envelhecer os quadros do PCC.¹¹⁸

Outra organização a ser findada é o grupo de representações locais que atente pelo nome *Comité de Defensa de la Revolución* (CDR). Originados em 1960, os comitês são constituídos por três cargos principais. São eles: presidente e vice-presidente, eleitos dentre os membros do próprio CDR, e o agente responsável pela vigilância. Este para ser empossado depende da aprovação do chefe de vigilância de sua respectiva zona, que congrega os comitês sob sua alçada, e do parecer positivo do *Ministerio del Interior*

¹¹⁷ Idem. P. 19

¹¹⁸ DONATE-ARMADA, Maida. Sociedad Civil, control social y estructura del poder en Cuba. “Cuba in Transición”, ASCE, 1996. Pp.291-294

que julga , a partir dos arquivos da *Dirección Nacional de Investigaciones*, os antecedentes do candidato para averiguar se já foi “*objeto de atención*” e, dessa forma, decidir se pode, ou não, ser considerado apto ao posto.¹¹⁹ Esses são os dirigentes que atuarão com os demais componentes do CDR na vigilância e na defesa da Revolução, além de esporadicamente executarem tarefas de apoio a programas nacionais, tais como de saúde e de educação.¹²⁰

Vigilante dos hábitos e movimentações da vizinhança, por meio do estímulo a delação, identifica aqueles de comportamento considerado inadequado ou suspeito. São a linha de frente no combate ao “inimigo” e aos “agentes da contra-revolução” e prestam irrestrito apoio ao PCC. Quando da comemoração dos 25 anos da instituição dos comitês, foram congratulados por F. Castro por seu papel conservador da revolução em curso e de proteção contra ameaças.

Cuando se crearon los Comités de Defensa de la Revolución, qué lejos estábamos de imaginarnos lo que estábamos creando. Sí, sabíamos que estábamos creando un formidable, un extraordinario instrumento frente a la contrarrevolución, eso lo sabíamos, y sabíamos que la contrarrevolución en este país no podría moverse a partir de la creación de los Comités de Defensa de la Revolución; pero estábamos lejos de imaginar cuántas tareas, cuántas funciones, y cuán necesaria era esta organización, no solo para nuestra Revolución, sino para cualquier revolución. Faltaba esta organización de masas.

(...) si no tuviéramos los Comités de Defensa de la Revolución, el Partido tendría que ser una organización de masas, la Juventud tendría que ser una organización de masas (...). ¿Quién organizaba a los vecinos? ¿Quién recogía de conjunto aquel inmenso caudal revolucionario que constituía el pueblo? Precisamente, los Comités de Defensa de la Revolución, y por eso es la organización más numerosa, porque en sus filas están los obreros, las mujeres, los campesinos, los estudiantes, los soldados, los militantes del Partido, los militantes de la Juventud; en sus filas están prácticamente todos los ciudadanos con determinados requisitos para pertenecer a los CDR.¹²¹

¹¹⁹ Idem, pp. 288 -290

¹²⁰ Ibidem, pp.288-290

¹²¹ Discurso pronunciado por el comandante en jefe Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y presidente de los consejos de Estado y de ministros, en el acto central por el XXV aniversario de la creación de los Comités de Defensa de la Revolución, en el Teatro “Carlos Marx”, 28/09/1985

Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1985/esp/f280985e.html>

Para além de sua inquestionável ligação com o ideário socialista e com a história da Revolução, essas organizações, apesar de serem representações da sociedade civil, fazem parte de uma cadeia hierarquizada da sociedade política. Nesse sentido, seu desmonte significaria, dentre outras coisas, a tentativa de liberalizar a sociedade civil dos limites organizativos de atuação impostos pela sociedade política. No mais, corresponde também a distinção existente entre a concepção de “participação popular” feita pelo MCL e pelo governo revolucionário.

A concepção do governo revolucionário de participação e soberania popular está associada à construção diária da Revolução. O delicado ponto da alternância do poder é freqüentemente reduzido em relevância, tendo em vista a afirmação do bom funcionamento do sistema plebiscitário cubano, expresso na estatística do número de votantes, e na possibilidade de automática revogação de mandatos nos casos em que o trabalho do candidato eleito é julgado insatisfatório. O sistema eleitoral perde em significado no discurso de defesa da participação popular e é na prática revolucionária cotidiana que recai a atuação direta da população na decisão dos rumos que serão seguidos por Cuba. Na explicação de R. Quesada, presidente da *Asamblea Nacional*,

(...) el pueblo ha tenido un papel protagónico desde el principio; es decir que no ha sido simplemente el beneficiario de una serie de logros sociales, sino que él los ha conquistado y ha participado en la concreción y el desarrollo de esos resultados. Y es así desde el Primero de Enero cuando, con la huelga general revolucionaria, en la que participan millones de cubanos, se logra la conquista del poder político; no fue solamente un grupo de vanguardias que derrocasse la tiranía, sino que lo hizo con la participación de la gente. Y desde ese día para acá, y yo no voy a meterme en eso, porque es que prácticamente es toda la vida nuestra, en la defensa, en la producción, en el trabajo voluntario, en la educación, en la salud, en todas las esferas de la vida, si nos fijamos, y quizás a veces no nos damos cuenta porque es parte de la vida cotidiana, pero en todas hay una participación activa de la gente.

De modo distinto, é no sistema representativo plebiscitário que o MCL encontra a inspiração necessária para expor sua proposta de participação popular. Pluripartidarismo, eleições periódicas, limites à constante reeleição... Todos fazem parte do repertório de requisitos considerados necessários para que uma sociedade exerça a sua soberania e possa ser considerada democrática. Um aprendizado que desde cedo deve ser posto em prática na transição que se almeja, por meio da atuação nos *Comités de Base de Reconciliação y Diálogo*.

Los Comités de Base de Reconciliación e Diálogo garantizan la presencia del pueblo desde la base, en el proceso de transición. Estos comités de base se formarán en todos los centros de trabajo, cuarteles, barrios e escuelas. Los CBRD de vecinos, trabajadores, Estudiantes y otros se harán presentes en unidades de policías y militares, en las sedes de los gobiernos municipales, en hoteles, fábricas, escuelas y todas las entidades para colaborar en la aplicación del Programa Transitorio y garantizar su cumplimiento. Estos comités ciudadanos son el mismo pueblo, haciendo valer sus derechos y opiniones a la hora de transformar la sociedad.¹²²

II.a.1.3 -Plan Cuba Primero:

É reiterada a obrigatoriedade de abolição das organizações acima tratadas sem grandes alterações. O destaque a fazer é que no *Plan Cuba Primero* fica claro que o *Partido Comunista Cubano* poderá se reestruturar desde que assumindo diretrizes que respeitem a nova legislação a entrar em vigor. É inclusive resguardo o direito de manutenção do mesmo nome como pode ser lido abaixo:

La ley garantiza el derecho a formar partidos políticos, sindicatos, organizaciones estudiantiles y sociales a todos los ciudadanos por igual. Los ciudadanos de ideología comunista, que voluntariamente quieran formar y legalizar un partido basado en esta corriente ideológica, podrán hacerlo, con la misma denominación u otra, siempre que sus estatutos y actuaciones no violen lo establecido en el PCP y la Constitución aprobados en Referendo soberanamente por el pueblo. La formación de un partido político deja de ser facultad exclusiva para los comunistas y excluyente para el resto de los ciudadanos, pues desde ahora será un derecho para todos, también para los comunistas. Los trámites y requisitos exigidos para formar un partido político están definidos en la Ley de Asociaciones y son iguales para todos los ciudadanos, sin ventajas ni desventajas para ninguno.¹²³

III- Reconciliação e reencontro:

III.a – Reconciliação:

¹²² Documento de Trabajo para el programa de Transición, 2002. p. 21

¹²³ Programa Todos cubanos, 2005. p. 48

A anistia desempenha papel central no projeto de reconciliação entre os cubanos. E, mais do que isso, é o ponto central pelo qual é possível identificar os esforços de caracterização do sistema cubano em ditadura. Sem dúvida o mais interessante é acompanhar a evolução da concepção que o MCL faz de anistia, bem como quais julgam serem os atos e os indivíduos a anistiar. Para este fim, convém investigar de que forma a proposta de anistia apresentada no *Documento de Trabajo para el Programa de Transición* e a versão definitiva no *Todos Cubanos* dialogam com o governo revolucionário e a história da Revolução.

Apesar de ser evidente para os opositores que os caminhos assumidos durante o processo de construção da Revolução resultaram em um sistema ditatorial, nunca é demais lembrar que não tratamos aqui de um ponto pacífico. Para o governo revolucionário sua legitimidade é inquestionável. Ademais, para muitos dos estudiosos a Revolução Cuba não e nem pode ser classificada como uma ditadura. É nesse sentido que o recurso da anistia se configura como o principal instrumento de condenação do sistema político cubano.

Em seu artigo sobre o Massacre de Civitella, A. Portelli indica a necessidade de procurar o não dito quando o assunto é memória. Nem sempre aquilo que se quer expressar é dizível. E quando os agentes envolvidos no processo encontram-se nesse tipo de situação é usual que procurem outros caminhos para relatar o que julgam necessário. Nesse sentido será analisado o escrito do MCL sobre a anistia. Em nenhum momento há menção direta ao termo ditadura, mas o que a exposição a seguir buscará é de que está na anistia proposta a condenação do governo revolucionário.

Mais do que isso, é todo um indicativo de que o registro histórico da Revolução deve ser alterado. Se por ora não há consenso de que o governo revolucionário seja o expoente de um regime ditatorial, não resta dúvida de que a proposta de anistia do MCL ambiciona de forma tácita atribuir essa classificação.

Inicialmente, quando da apresentação do *Documento de Trabajo para el programa de Transición*, em 2003, a concessão da anistia independe do posicionamento assumido com relação ao governo revolucionário e é prevista para todos.

En la amnistía que se propone no hay excepciones en la gravedad o tipo de faltas, ni límites en etapas, fechas y personas. La amnistía es para los que están a favor y para los que están en contra del régimen anterior a la transición.

La reconciliación que queremos los cubanos y el derecho y el anhelo de nuestro pueblo a la paz están por encima de los errores de esta

generación, por eso miraremos al futuro y no al pasado por amor a nuestros hijos y a Cuba.¹²⁴

Condenados e presos por motivos expressamente políticos, ainda que não evidentes e dissimulados em condenações por outros crimes; indivíduos que cometeram crimes considerados políticos, mas que não foram sentenciados e se encontram em liberdade; aqueles que impetraram ações contra o governo; todos que por ocuparem cargos civis ou militares na administração do governo revolucionário fizeram uso de sua posição para cometer abusos e arbitrariedades; e, todos aqueles que militaram em favor do governo revolucionário, tendo ou não pertencido a uma de suas organizações, sem exceções devem ser beneficiados pela anistia.¹²⁵

É destaque o fato do MCL sentir necessidade de pontuar a existência de prisões políticas transformadas em prisões comuns, demonstrando que não há acordo com relação aos encarcerados considerados *prisioneros de conciencia*. Para o governo, em muitos casos, são presos comuns; para as oposições, presos políticos. De fato, a legislação cubana prevê delitos políticos, mas esses são em geral tratados como crimes contra o Estado, a segurança e a soberania nacional. Portanto, não é possível afirmar que o governo revolucionário compartilha com a oposição a mesma concepção de “crime político”. Ademais, é preciso considerar que a legislação cubana fornece o aparato legal necessário para que facilmente atos de contestação possam ser criminalizados e associados à ações contrárias à soberania nacional. Um breve olhar para o Código Penal e para a Constituição será suficiente para ilustrar essa dinâmica.

No que diz respeito aos delitos previstos no código penal vale indicar a difusão por quaisquer meios de propaganda inimiga contra o Estado socialista, a ordem social e a solidariedade internacional (artigo 108), a circulação de impressos clandestinos, isto é, sem a identificação de autor ou procedência, da editora ou do lugar de impressão (artigo 241). E, mais ainda, importa destacar o caráter punitivo do artigo 79 no que se refere à advertência social e ao artifício de presumida periculosidade, assumindo a possibilidade de existência do criminoso ainda que não haja crime.

¹²⁴ Documento de Trabajo para el programa de Transición, 2002. p. 21

¹²⁵ Idem. P.21

El que, sin estar comprendido en alguno de los estados peligrosos a que se refiere el artículo 77, por sus vínculos o relaciones con personas potencialmente peligrosas para la sociedad, las demás personas y el orden social, económico y político del Estado socialista, pueda resultar proclive al delito, será objeto de advertencia por la autoridad policíaca competente, en prevención de que incurra en actividades socialmente peligrosas o delictivas.¹²⁶

Já na constituição encontramos uma real restrição para a liberdade da ação contestatória e que juntamente com o código penal conforma o arcabouço legal que impõe a ilegalidade aos grupos opositores. A constituição de Cuba assegura uma série de liberdades: de palavra e imprensa (artigo 53), de reunião, manifestação, associação e crítica (artigo 54) e de consciência e de professar, ou não, crenças (artigo 55). O ponto central a destacar é que apesar de garantir esses direitos a própria constituição encerra um cerceamento a essas liberdades, impondo que apenas podem ser desfrutadas caso não firam os princípios do “Estado Socialista”, como descritos no artigo 62.

Ninguna de las libertades reconocidas a los ciudadanos puede ser ejercida contra lo establecido en la Constitución y las leyes, ni contra la existencia y fines del Estado socialista, ni contra la decisión del pueblo cubano de construir el socialismo y el comunismo. La infracción de este principio es punible.¹²⁷

Seria um equívoco considerar que o artigo 62 trata da defesa do sistema socialista como uma abstração. Em verdade, faz referência ao socialismo como experiência histórica construída em Cuba. Sendo assim, é preciso questionar até que ponto não se converte na defesa do socialismo tal qual existente em Cuba e de que forma serve à manutenção e à reprodução do funcionamento do modelo de Estado adotado pelo governo revolucionário. Governo esse que em seu discurso se confunde com a Revolução e o próprio Estado. Posto isto, não seria um exagero dizer que esse artigo representa na prática uma contenção a eventuais movimentos de oposição ao regime cubano, além de atuar no sentido de criminalizar opositores como inimigos da Revolução-Estado.

Há ainda que mencionar que no contexto da contenda entre Estados Unidos e Cuba uma série de leis foi criada de modo a assegurar a defesa nacional. Temos, então, a

¹²⁶ Código Penal, 1978. s/p

¹²⁷ Constitución de La República de Cuba, 1976 (revisada em 2002), s/p.

Ley de Reafirmación de La Dignidad y Soberanía Cubanas, de 1996, redigida diretamente contra a Lei Helms-Burton, que declara ilícita a já mencionada lei e qualquer forma de colaboração que vise a sua aplicação e a *Ley de Protección de la Independencia Nacional y la Economía de Cuba*, de 1999 que tem por objetivo defender Cuba contra as investidas estadunidense em desestabilizar a ordem social, apoiando e organizando elementos contra-revolucionários e anexionistas dentro e fora do território cubano.

Para entender de que forma essas leis atuam no cotidiano das oposições importa recordar o espaço destinados aos seus representantes dentro da ordem social cubana. As considerações de R. Girardet sobre o imaginário político¹²⁸ podem auxiliar nessa tarefa. Para esse autor, os mitos políticos constituem “um sistema de crença coerente e completo”¹²⁹ que ao fornecer uma visão do real, atuam no presente ordenando cognitivamente a realidade em uma ordem socialmente compreensível capaz de mobilizar seus contemporâneos. Dos mitos estudados por R. Girardet, destaca-se o da “conspiração”. A conspiração, tendo por seus agentes os “homens do complô”, anseia desestruturar a ordem e corromper os valores estabelecidos. Representa um corpo exógeno, que arremido às regras e aos costumes, ameaça a coesão social. Esse mito possui ainda um bestiário próprio, que animaliza seus componentes reunindo “tudo o que rasteja, se infiltra, se esconde. (...) tudo o que é ondulante e viscoso, tudo o que é tido como portador da sujeira e da infecção (...)”¹³⁰ Imagens que aplicadas ao caso cubano claramente apontam para a representação do “verme”, que é destinada a todo aquele identificado como anti-revolucionário.

Estigmatizados como “o diferente”, “o anti-revolucionário”, os opositores representam “o entreguista” que pode pôr em risco a autonomia nacional, do qual o epíteto de *gusano* é seu melhor exemplo. A identificação desses opositores como o “outro”, que vestido com os trajes do “estrangeiro” é reduzido em seu papel social à materialização em solo cubano de “ideologias infiltradas”, sendo esse um sinal da negação de sua própria cubanidade, elucida o consenso em torno das políticas governamentais que criminalizam os grupos opositores, a resistência em reconhecer a legitimidade histórica de suas demandas e a associação direta de suas reivindicações

¹²⁸GIRADERT, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. pp. 9-62.

¹²⁹Cf. Idem. p.11.

¹³⁰Cf. Idem. p.44.

com desejos internacionais de subjugação de Cuba à outros países.

É pelo acima exposto que se compreende o fato do MCL ter julgado relevante anunciar o desacordo existente com relação à classificação dada para alguns dos delitos cometidos em Cuba. Reconhecer a existência de crimes por motivação política e de um amparo legal para que esses sejam considerados crimes comuns por atentarem contra a manutenção da ordem estabelecida faz parte do esforço empenhado pelas oposições em atribuir ao governo revolucionário a classificação de ditadura.

No outro lado, temos a previsão de anistia para os membros do governo e seus simpatizantes. Longe de uma explicação que reduza esse intento a um plano meramente conciliatório de esquecimento, é proposto que se insira a anistia a esse grupo no mesmo esforço de atribuir ao governo revolucionário a definição de ditadura. É a anistia que exclui a legitimidade do sistema cubano de governo. É ela que criminaliza o ato dos governantes e de sua base de apoio. É a afirmação da necessidade de anistia para esse grupo que demonstra que para o MCL a história da Revolução deve ser contada como um processo que culminou em uma experiência ditatorial.

Parte-se do princípio de que a anistia só é necessária ao governo que de alguma forma cometeu alguma arbitrariedade. Caso o MCL considerasse o governo cubano legítimo não haveria motivo para conceder a anistia. É na afirmação da necessidade de anistiar que encontramos o julgamento que o MCL faz do governo revolucionário. Ainda que não expresse abertamente na proposta de anistia o fato de que julga o governo revolucionário ilegítimo e ditatorial, é no não dito do ato de propor a anistia aos seus componentes que encontramos a concepção que possuem.

Não se deve esquecer a particularidade dessa proposta de anistia. Não se trata de um debate institucional sobre a anistia e os futuros anistiados travado após a finalização de um período ditatorial amplamente denominado como tal. O que o MCL apresenta é um projeto de anistia escrito em manifesto por aqueles que se querem beneficiados no processo e que disputam a hegemonia com o governo revolucionário. Serve, portanto, como denúncia e acusação.

Novamente é mister lembrar as reflexões de P. Bourdieu sobre o caráter político das legislações. Todo um projeto de memória está contido na lei de anistia do MCL. E, talvez aqui, pareça um dos poucos momentos em que a matéria humana se faz mais

presente do que um sem número de datas para o MCL. Se por um lado o MCL afirma assegurar a adoção de seu projeto político sem grandes percalços, dificilmente seria possível fazer o mesmo para a ruptura da atual memória da Revolução para a entrada em cena da que é defendida pelo MCL. Sobre o caso, assim explica T. Todorov:

La memoria no es sólo responsable de nuestras convicciones sino también de nuestros sentimientos. Experimentar una tremenda revelación obre el pasado sintiendo la obligación de reinterpretar radicalmente la imagen que uno se hacía de sus allegados y de sí mismo, es una situación peligrosa que puede hacerse insoportable y que será rechazada con vehemencia.¹³¹

Outra evidência de que essa proposta de anistia não pode ser reduzida à simples “esquecimento” e “conciliação” é a lembrança feita no texto do *Diálogo Nacional* das comissões da verdade criadas no continente americano. É pontuada a experiência de alguns ex-países da URSS que optaram por fechar seus arquivos com o ânimo de “evitar revanchismos”, mas é afirmado que na América Latina foram criadas “comissões da verdade” com o intuito de dar conhecimento ao período ditatorial e permitir que indivíduos pudessem realizar ações legais contra seus algozes. Nas palavras do MCL, a opção dos latinos parece ser a mais interessante:

(...) en América Latina se han creado comisiones de la Verdad sin restringir el derecho a la información y como una vía para la reflexión abierta y transparente sobre el pasado y para que la amnistía no signifique impunidad. No podemos confundir el derecho de las víctimas a hacer reclamaciones, con acciones de venganza.¹³²

III.a.1– Plan Cuba Primero:

É adotado o prazo máximo de 7 dias após a aprovação do *Programa Todos Cubanos* em referendo para a libertação de todos os *prisioneros de conciencia*. A possibilidade da criação de uma comissão da verdade, ainda que não diretamente mencionada, é materializada no direito assegurado ao acesso à justiça para conhecimento e requisições sobre o período de vigência do governo revolucionário.

Todo ciudadano tiene derecho a presentar denuncias ante los tribunales, a recibir toda la información necesaria por parte de

¹³¹T. Todorov, p.26

¹³² Documento de Trabajo para el Programa de Transición, 2002. p. 22

las autoridades sobre hechos en los que considere que haya sido afectado injustamente, a busca la verdad sin ser reprimido por esto (...).¹³³

Não mais fazem parte menções aos integrantes do governo e a seus partidários como futuros anistiados, apenas é dito que qualquer ato de revanchismo será punido. Um importante adendo é a incorporação no grupo dos anistiados de presos que cometeram delitos e crimes comuns de motivação econômica. É assumido que esses crimes, desde que não tenham sido acompanhados de atos de violência e que tenham sido motivados para assegurar minimamente a dignidade do sustento individual e familiar devem ser considerados justificáveis em vista da situação econômica e de abastecimento em Cuba. Ainda mais, o setor que trata da anistia reserva espaço para a criação de uma comissão que assuma a função de verificar as condições dos presídios cubanos e do tratamento delegado aos presidiários condenados por crimes comuns e que não receberão anistia.

III.b- Reencontro:

O exílio cubano é um ponto fortemente controverso. Apesar do grande número de migrantes que expressam abertamente sua discordância com o governo revolucionário, não é aceito oficialmente em Cuba a existência de um exílio. Até mesmo nos meios intelectuais e em pesquisas acadêmicas sobre as migrações é facilmente encontrada a expressão “diáspora cubana”. Denominação essa que esvazia de conteúdo o exílio e mascara o real processo de migração por motivação política.

Para F. Mitjans, duas ondas migratórias são simbólicas para o exílio e para a afirmação de sua existência. Na década de 1980, a primeira delas, o “Porto de Mariel”. Em meio à crise, o porto foi aberto e todos aqueles que desejavam imigrar de Cuba receberam autorização para tal. O fato a pontuar é que além daqueles que já possuíam o ânimo de deixar o país, o governo revolucionário atuou de modo a estimular a saída de indivíduos indesejados. Opositores, presos políticos e comuns, doentes mentais e homossexuais faziam parte desse grupo de migrantes que no total alcançou a soma de

¹³³ Programa Todos Cubanos, 2005. p. 56

125.000 cubanos.¹³⁴ A segunda, os “Balseros”, nos anos 1990, quando milhares de cubanos se lançaram no mar, muitas vezes em embarcações improvisadas, rumo aos EUA.¹³⁵

Negando sua condição política, F. Castro afirma categoricamente nos pronunciamentos sobre o Mariel que essa onda migratória foi impulsionada por motivos meramente econômicos e decorrentes do bloqueio econômico imposto pelos EUA.¹³⁶ O mesmo pode ser aplicado aos migrantes conhecidos como “balseros”. Não apenas negados em seu caráter político, mas também estigmatizados como “fracos” e “traidores”.

De modo que no hay que preocuparse de que perdamos un poco de partes blandas. Nos quedamos con los músculos y con el hueso del pueblo. Con eso nos quedamos, con las partes duras. Son las partes duras de un pueblo las que son capaces de cualquier cosa. Y esas partes duras, que son muchas hay que respetarlas, porque tienen una fuerza impresionante, como se demostró en las batallas de masas de abril y de mayo. Nos quedamos sólo con el cerebro y con el corazón y los pies bien puestos sobre la tierra. Con las partes blandas cirugía plástica. Antes nos llevaban médicos, ingenieros, profesores, personal muy calificado. Ahora les tocó llevarse el lumpen. Esa es la realidad, a esos es que les han llenado la cabeza de ilusiones.¹³⁷

É nesse sentido que um dos pontos considerados essenciais é o reconhecimento da existência de exilados, de homens e mulheres que saíram de Cuba por motivação diretamente política. Para tal, uma das ações principais será a criação da *Comisión de Reencuentro Nacional*, a ser formada por cubanos de todas as localidades.¹³⁸ O objetivo é assumir o caráter político do exílio, promover a reintegração daqueles que desejarem voltar e o amplo acesso à entradas de visita rumo a Cuba, além do fim dos estigmas sociais por anos alimentadas contra aqueles que em algum momento optaram pela migração. Nos dizeres do MCL,

El largo tiempo de destierro y separación que hemos sufrido, donde manipulaciones y las humillaciones y desprecio contra los que se iban y

¹³⁴ MITIJÁNS, Fernando Luís Gonzáles. “Entre o Estado Revolucionário e o exílio: invenção e reconstrução da memória do povo cubano.” *Revista Brasileira do Caribe*, Brasília, Vol. X, nº19. Jul-Dez 2009. p.230

¹³⁵ Idem, p.231

¹³⁶ MARQUES, Rickley Leandro. “A Condición Mariel”. *Revista Brasileira do Caribe*, vol. VIII, nº 16. p.482

¹³⁷ CASTRO, Fidel. “Editorial”. In: *Bohemia*, año 72, No. 28, 11 julio de 1980.p.03 Apud MARQUES, Rickley Leandro. “A Condición Mariel”. *Revista Brasileira do Caribe*, vol. VIII, nº 16.p.482-483

¹³⁸ Documento de Trabajo para el Programa de Transición, 2002. p. 30

contra los que se han ido del país, ha sumergido en complejas situaciones a los cubanos que viven dentro y fuera de Cuba y ha sido causa de sufrimientos, reservas e incomprensiones que deben quedar atrás. Las soluciones, aunque no todas podrán darse de inmediato, son determinantes para la construcción de un futuro mejor para Cuba y para todos los cubanos, por tanto se hace necesario asumir con verdadero espíritu de diálogo y tolerancia este deber y deseo de todos. Todos los cubanos que viven en el exilio son parte inseparable de nuestro pueblo.¹³⁹

III.b.1 – Plan Cuba Primero:

Apesar de não mais existir um tópico especialmente dedicado a essa questão, o exílio não diminui em relevância no *Plan Cuba Primero*. Ao contrário, os exilados assumem papel de maior relevância no governo de transição. Como já antes mencionado no tópico sobre as transformações institucionais, no prazo máximo de 30 dias será assegurado o retorno e o direito de visitação a Cuba a todos exilados que assim o desejarem. Também será assegurada a participa o de seus representantes na *Comisión Electoral Nacional*, demonstrando o desejo da atua o direta desse grupo no processo de transi o.

¹³⁹ Idem. p. 30

Considerações Finais

A dissertação apresentada buscou seguir uma linha claramente definida. . A saber, a de estabelecer que as oposições internas cubanas são o fruto de descontentamentos internos produzidos por um contexto específico. Não devem, portanto, ser tratadas como meras manifestações de intentos externos à vida cubana. O esforço constante foi o de demonstrar a agência do povo cubano. É evidente que não se desconsidera o contexto internacional, mas torna-se necessário pontuar a atuação dos agentes internos tendo em vista a reafirmação constante de que a história de Cuba é em muitos aspectos apenas um reflexo. Um reflexo das relações com os EUA ou a URSS e da Guerra Fria dependendo do momento histórico estudado.

O campo das oposições cubanas é um exemplo claro da ação interna da Ilha. Das questões e das reivindicações de seus moradores. Ainda que no caso das oposições apareça com grande força a presença dos EUA – em atuações ou na retórica oficial – a atuação do MCL evidencia o quanto que a partir de Cuba que deve ser contada a história cubana.

A trajetória do MCL é sem dúvida um caso ímpar. A opção pela permanência em situação desfavorável e a capacidade de organização já seriam o suficiente. Mas o MCL conseguiu mais. Alcançou posição de destaque tornando-se um marco nas relações entre

as oposições e o governo revolucionário. Disputou abertamente com o governo o direito ao reconhecimento do direito de ser oposição. Angariou apoio internacional não conquistado por nenhuma outra oposição em específico. As oposições possuem o apoio, mas não na singularidade de um grupo tal como o MCL. Montou um acervo próprio de modo a ter visibilidade e assegurar a divulgação de informações sobre o grupo. Assim, fez uso de uma nova mídia para combater a sombra a que são lançados os preteridos da imprensa oficial. Estabeleceu o modelo da atuação a partir do campo jurídico e de definição da categoria política a qual pertence o governo revolucionário por meio de sua lei de anistia.

Em alguns momentos a carência da documentação se fez presente e impediu um melhor esclarecimento. Mas, em linhas gerais, a pesquisa encerra o seu curso tendo conseguido estabelecer as oposições cubanas como um objeto válido de estudo. Existem, possuem força e não são apenas materializações de intenções estrangeiras. Encerra-se, portanto, com a certeza de que é preciso ouvir o conselho dado por R. Hernández e *mirar a Cuba*, posto que é em Cuba que se encontra a chave para a compreensão dos movimentos opositores e da relação com o governo revolucionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

Ley Electoral (Ley 72)

Ley de Asociaciones (Ley 54)

Constitución de La República de Cuba (as 3 versões: 1976, 1992 e 2002)

Ley de Defensa Nacional (Ley 75)

Ley de Reafirmación de La Dignidad y Soberanía Cubanas (Ley 80)

Ley de Protección de La Independencia Nacional y La Economía de Cuba (Ley 88)

Código Penal (Ley 21).

Documentação Avulsa do MCL, disponível em <http://oswaldopaya.org/es/>

Proyecto Varela, disponível em <http://oswaldopaya.org/es/>

Documento de Trabajo para el Programa de Transición, disponível em <http://oswaldopaya.org/es/>

Programa Todos Cubanos, disponível em <http://oswaldopaya.org/es/>

Discursos pronunciados por F. Castro, disponíveis em <http://www.pcc.cu/pccweb/>

Compêndio de entrevistas e pronunciamentos de Ricardo Alarcón de Quesada – Cuba y La Lucha por La Democracia, disponível em <http://www.parlamentocubano.cu>

FONTES SECUNDÁRIAS:

- ACADANDA, Jorge Luis. “Sociedad civil y hegemonía”. *Temas*, nº 6 – 1996.
- AGUIRRE, Luis Maira. “Las relaciones entre América Latina y Estados Unidos: balance y perspectivas” In: BORÓN, Atilio A. & LECHNI, Gladys. *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- ALONSO, Aurelio. “Marxismo y espacio de debate en la Revolución Cubana”. *Temas*, nº2 – 1995.
- _____. *Iglesia y política en Cuba*. La Habana: Caminos, 2002.
- ARBOLEYA, Jesús. *La contrarrevolución cubana*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2000.
- AYERBE, Luis Fernando. *A revolução cubana*. São Paulo: EDUNESP, 2004.
- AZCUY, Hugo. “Estado y sociedad civil en Cuba”. *Temas*, nº 13 – 1995.
- BALARI, Eugenio R.. *Cuba ¿La revolución acosada?*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BLACKBURN, Robin (org). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BLANCO, Juan Antonio. “Cuba ¿Museo socialista o laboratorio social?”. *Contracorriente*, nº 2 – 1995.
- BORÓN, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico”, In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp.209-254.
- CALZADILLA, Jorge Ramírez. “Iglesia Católica, catolicidad y religiosidad popular ante el paso de Juan Pablo II por Cuba”. *Cuba: Sociedad y Trabajo*, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.ar>. Consultado em: 11/09/2008.
- _____. “La libertad de religión: su evolución en las condiciones cubanas”. *Religiones y Sociedad*. Nº6, maio-agosto, 1999.

_____. “La religión en el contexto de los derechos humanos en Cuba”. *Sociedad y religión*, 2004. Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.ar>. Consultado em: 11/09/2008.

_____. *Religión y relaciones sociales*. La Habana: Editorial Academia, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Análise de Conteúdo: Método Básico*. Texto inédito fornecido pelo autor como notas de aula. s/d

CASTAÑÓN, María del Pilar Díaz. *Ideología y Revolución: Cuba, 1959 – 1962; El problema de la formación de la imagen del mundo revolucionaria*. Tese de Doutorado, Universidad de La Habana, La Habana, 1999.

CASTELLANOS, Benigno Pablo. *Quejas contra burocratismo: problemas actuales del perfeccionamiento de la democracia socialista en Cuba*. La Habana: Editora Política, 1988.

DE LA COVA, Antonio Rafael. *The Moncada Attack: birth of the Cuban revolution*. Carolina do Sul: South Caroline Press, 2007.

DECLERCQ, Katlijn & OSPINA, Hernando Calvo. *Dissidentes ou mercenários? Objetivo: liquidar a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

DILLA, Haroldo. “Pensando la alternativa de la participación”. *Temas*, nº 8 – 1996.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Querioz, 1979.

FERNÁNDEZ, Damián J.. “La disidencia en Cuba: entre la seducción y la normalización.” *Foro Internacional*, vol. 173- 2003.

FREI BETTO. *Fidel e a religião*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAMBOA, Erika María del Carmen Lüters. *Las Damas de Blanco: las mujeres de los prisioneros de la Primavera Negra de Cuba*. Buenos Aires: CADAL, 2006.

GIRADERT, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere (V. 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere (V. 3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABEL, Janette. *Cuba: The revolution in peril*. Londres: Verso, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARNECKER, Marta. *Cuba: dictadura o democracia*. Madri: Siglo Veintiuno, 1977.

_____. *La izquierda en el umbral del siglo XXI: haciendo posible lo imposible*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2000.

HERNÁNDEZ, Rafael et al (orgs.). *Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005.

HERNÁNDEZ, Rafael. *Mirar a Cuba: Ensayos sobre cultura y sociedad civil*. La Habana: Letras Cubanas, 1999.

HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sonia Virginia. *Comunicação, Acontecimento e Memória*. São Paulo: Intercom, 2005.

_____. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Artyplano, 2000.

KAGARLIST, Boris. *A desintegração do monolito*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

KAROL, K. S.. *Guerrillas in Power: the course of the Cuban Revolution*. Nova Iorque: Hill & Wang, 1970.

LEMES, Maximiliano Francisco Trujillo. *El pensamiento social católico cubano en la década de los 60*. Tese de doutorado, Universidad Central de las Villas, La Habana, 2006.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina*. 2ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARTÍNEZ, Fernando. “Izquierda y marxismo en Cuba”. *Temas*, nº 3 – 1995.

MESA-LAGO, Carmelo. “Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa”. *América Latina Hoy*, março- Vol. 18, 1998. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx> . Consultado em: 10/07/2008.

_____. *Dialéctica de la Revolución Cubana: del idealismo carismático al pragmatismo institucionalista*. Madrid: Editorial Playor, 1979.

MUÑIZ, Mirta (org). *Elecciones em Cuba, ¿farsa o democracia?*. Canada: Ocean Press, 1993.

NÚÑEZ, Nestor. “Civildad y participación”. *Bohemia*, Vol. Abril – 1996.

O'BRIAN, Janice M. *Democracy from within? Civil society and social capital in Cuba*. Simon Fraser University, Burnaby, 1999.

OSWALDO Payá Sardiñas y el Proyecto Varela: la lucha pacífica por la apertura democrática en Cuba. Buenos Aires: CADAL, 2003.

OTERO, Lisandro. *Disidencias y Coincidencias en Cuba*. La Habana, Editorial José Martí, 1984.

PINTADO, Ana Celia Perera. “Práticas transnacionais y discursos de actores religiosos en Cuba”. *Perspectivas Latinoamericanas*, Abril, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.ar>. Consultado em: 11/09/2008.

_____. “Redes transnacionales, representaciones sociales y discursos religiosos en Cuba.” *América Latina y el Caribe: territorios religiosos y desafíos para el dialogo*. Fevereiro, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Consultado em: 11/09/2008.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3. 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Crise e desagregação do socialismo”, in: REIS FILHO, Daniel Aarão et al (orgs.). *O século XX: O tempo das dúvidas, do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV & Editora UFRJ, 1996.

RODRIGUES, Robério Paulino. “Da última Perestroika à desintegração”, in: _____. *O colapso da URSS: um estudo de causas*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RODRÍGUEZ, Carlos Rafael. *Cuba en el tránsito al socialismo*. La Habana: Editoria Política, 1987.

ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959 -1971). *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, V. 19, nº 1.

ROJAS, Ricardo Manuel. *Los derechos fundamentales y el orden jurídico e institucional de Cuba*. Buenos Aires: CADAL, 2005.

RUAS, Luís Eduardo Mergulhão. *Nacionalismo e democracia na Revolução Cubana*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SADER, Emir. *A revolução cubana*. São Paulo: Urgente, 1992.

SANTOS, Armando J. Arias. *¿Disidencia? Mercenarios del Imperio*. La Habana: Editora Política, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. “A geração”, in: FERREIRA, Marieta de Moraes et al (orgs). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 2000.

- _____. “Os intelectuais”, in: RÉMON, René. *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 1996.
- SMITH, Wayne S.. *The closest of enemies: a personal and diplomatic history of the Castro years*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 1987.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós Iberica, 2008.
- TRETO, Raul Gomez. *A Igreja e o Socialismo*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- VIVÓ, Raul Valdés. “¿Sociedad civil o gato por liebre”. *Granma*, 02/01/1996.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.